

CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

SINDICALISMO NA EDUCAÇÃO: CONSENSOS E CONFLITOS NA
DISPUTA PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO SINTESE EM SERGIPE
(1992-1996)

RECIFE

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SINDICALISMO NA EDUCAÇÃO: CONSENSOS E CONFLITOS NA
DISPUTA PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO SÍNTESE EM SERGIPE
(1992-1996)

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Serviço
Social, junto à Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação da Prof^a. Dr.^a
Ana Cristina Brito Arcoverde.

RECIFE
2002

Oliveira, Catarina Nascimento de
Sindicalismo na educação : consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996) / Catarina Nascimento de Oliveira. – Recife : O Autor, 2002.
134 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2002.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Movimentos sociais. 2. Sindicato de trabalhadores em educação – Direção do sindicato – Hegemonia, consensos e conflitos. 3. Transformações no mundo do trabalho – Reestruturação produtiva, neoliberalismo e discurso estratégico. 4. Organização dos trabalhadores em educação – Trajetória política – Relação com o poder local. Título.

**364.23
362.85**

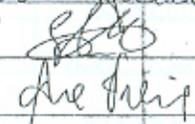
**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-653**

Ata da reunião da comissão examinadora de defesa de dissertação de mestrado de Catarina Nascimento de Oliveira, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dois.

Às onze horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dois, na sala de número seis do bloco "C", do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação de mestrado intitulada: "Sindicalismo na Educação: Consensos e conflitos na disputa pela Hegemonia e direção do Sinte em Sergipe (1992-1996)", de Catarina Nascimento de Oliveira, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. A banca examinadora indicada "ad referendum" do colegiado do curso, foi constituída por: professora Ana Cristina Brito Azevedo, na qualidade de orientadora e examinadora interna, doutora em Sociologia; professor Luís Anastácio Tomasso, doutor em Ciências da Comunicação, na qualidade de examinador externo; professora Ana Cristina de Souza Vieira, doutora em Serviço Social, na qualidade de examinadora interna; professora Eugênia Cristina Nilzen Ribeiro Barza, doutora em Direito, como suplente externa e como suplente interna, a professora Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafa, na qualidade de quintada, a professora Ana Cristina Brito Azevedo presidiu o trabalho e após as devidas apresentações convidou

a candidata a discutir sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Comissão examinadora que finalizou os trabalhos e decidiu aprovar a dissertação com as seguintes menções: prof: Ana Cristina Brito Mourão aprovada ; prof: Luis Anastácio Mourão Aprovado ; prof: Ana Cristina de Souza Vieira Aprovado. E para finalizar, deixei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 25 de outubro de 2002


Ana Brito

Ana Cristina Brito Mourão
Catarina Naveamento de Oliveira

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora... e que hora!

Chegando a conclusões inconclusas

Produzir conhecimento, não tarefa fácil!

Nessa hora, venho agradecer.

A DEUS, sem ele ficaria difícil;

A minha MÃE, sempre ao meu lado;

Aos meus irmãos Antônio e Jefferson, presença contínua, mesmo à distância;

Ao casal amigo D. Edileuza e Sr. Paulo, carinho constantes;

À Diretora do SINTESE, pela atenção constante durante a realização da pesquisa;

Às colegas de Mestrado Ana Cláudia, Tchesca e Marcina, pelo companheirismo;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação, como vocês contribuíram;

Um agradecimento particular à professora orientadora Ana Arcoverde, pelo profissionalismo, competência e paciência;

De forma carinhosa, quero agradecer a Silvana, Sâmia e Andréa, pessoas sublimes.

Vocês foram meus “Anjos de tese”;

À CAPES, por subsidiar, num primeiro momento, meus estudos;

Ao corpo docente da UNIT, especialmente a Vera pela compreensão e apoio constantes nesses últimos momentos;

Às minhas alunas, pelo carinho;

Àqueles que não foram anunciados, sintam-se contemplados;

E agradeço a MIM, por chegar onde cheguei!

RESUMO

O trabalho apresentado constitui-se em uma análise sobre os consensos e conflitos que permearam a disputa pela hegemonia e direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, no período compreendido entre 1992 e 1996. Em um contexto marcado pelos impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo na organização dos trabalhadores, a educação ocupou papel de destaque entre os setores do capital, do Estado e dos trabalhadores organizados, para responder às demandas exigidas pela nova ordem. Por entender que o movimento sindical e a educação estão intrinsecamente conectados com as temáticas relativas ao processo produtivo, o estudo buscou inicialmente situar a reestruturação produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho, assim como discutir o neoliberalismo, no contexto capitalista de países imperialistas e dependentes, de modo a entender o significado desses fenômenos e suas características. Para debater essas questões, a abordagem teórica preferencialmente utilizada no trabalho apoiou-se nas categorias hegemonia, ideologia e discurso, por entender que o Sindicato em análise estabeleceu, a partir dessas categorias, proposições imanentes aos interesses dos trabalhadores em educação de Sergipe, de modo específico, mas também tencionou um projeto político democrático de educação. Ao focalizar esses dois aspectos, através de análise documental, foi possível identificar que a disputa hegemônica de profissionais do magistério pela direção do Sindicato, permeada por consensos e conflitos, elegeu o discurso em defesa da qualidade da escola pública, como núcleo estratégico para atender a interesses profissionais e de grupos do magistério, ficando a educação em plano subsequente .

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato; hegemonia; organização dos trabalhadores; reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The presented work consists in an analysis about the agreements and conflicts, which permeate the dispute for the hegemony and direction of the workers in first and second levels education of the public schools in Sergipe state syndicate-SINTESE. Within the period between 1992 and 1996. Under the context marked by the productive reorganization impacts and neoliberalism. Behind the workers organization, the education had the main role among the sectors of capital; State and the organized workers to correspond the demands of the new order. To understand that the syndical movement and the education are intrinsically linked to the themes in relation to the productive process. The study tried to settle the productive reorganization first, and so its inflections the work world, and to discuss about neo liberation as well. In the capitalist context of imperialist and dependent countries to understand the meaning of these phenomenon and its characteristics. For discussing these points in question, the theorist approach preferentially utilized in the work , had support in the categories: Hegemony; Ideology and Discuss. Because the analyzed syndicate settled from these categories. Propositions linked to the interests of the workers in education in Sergipe state. But it also planned a politic-democratic project in education, when either projects were focused by documental analysis. It became possible to identify that the hegemonic dispute of the professionals in education permeated by agreements and conflicts. It elected the discuss defending the public school quality as strategy heart, to attend professional and groups of teachers interests, leaving education in a secondary place.

KEY-WORDS: Syndicate; hegemony; workers organization; productive reorganization.

LISTA DE SIGLAS

ADUFS	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
APMESE	Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe.
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empresas e Demitidos.
CEPES	Centro dos Profissionais do Ensino do Estado de Sergipe
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores.
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPES	Instituto de Previdência do Estado de Sergipe
LDB	Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional.
MTb	Ministério do Trabalho
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEA	População Economicamente Ativa
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PNB	Produto Nacional Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
SEED	Secretaria Estadual de Educação e do Desporto
SINDIPETRO	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Petróleo
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe.
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	16
CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	16
1.1 O Padrão de Acumulação Capitalista no Pós-Guerra: Breves Considerações	17
1.2 Compreensão sobre Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo.....	24
1.3 Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo no Contexto Internacional	30
1.4 A Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo no Contexto Brasileiro.....	36
1.5 Os Reflexos da Reestruturação Produtiva e do Neoliberalismo no Contexto Sergipano...	41
CAPÍTULO II.....	53
EDUCAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AO NEOLIBERALISMO	53
2.1 Discutindo Parâmetros de Análise do SINTESE: Hegemonia e Ideologia	55
2.2 A Educação no Contexto da Reestruturação Produtiva.....	64
2.3 A Política Educacional no Contexto Neoliberal.....	70
CAPÍTULO III	82
CONSENSOS E CONFLITOS NAS LUTAS PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO SINTESE	82
3.1 Panorama sobre a APMESE: Resgate do Movimento e Direção.	84
3.2 Lutas Políticas Internas: APMESE X CEPES.....	89
3.3 De Associação a Sindicato: Consolidando a Hegemonia.....	100
3.4 Os Congressos em Evidência nos Anos 90	107

4 CONSENSOS E CONFLITOS NAS LUTAS PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO <i>SINTESE: À GUIA DE CONCLUSÕES</i>	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

1 INTRODUÇÃO

O cenário internacional, brasileiro e local, sofreu mudanças orientadas pelo fenômeno neoliberal, que se firmou como marco de um projeto econômico, político e social hegemônico no fim do século XX e início do século XXI.

As transformações estruturais empreendidas no âmbito do sistema capitalista, no curso da última metade do século XX, possibilitaram e alimentaram a hegemonia do neoliberalismo. Nessa perspectiva, os fenômenos da ideologia neoliberal vêm imprimindo uma “cultura empresarial”, cujos discursos e práticas de qualidade e produtividade, tornam-se preponderantes.

Na década de 1990, particularmente, manifestações marcaram o cenário político, econômico e social, afetando diretamente a classe trabalhadora.

Nesse contexto, a educação marcou a década, foi tratada de forma especial pelos setores capitalistas, pelo Estado e pelo movimento dos trabalhadores, notadamente pelos sindicatos vinculados à CUT, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE.

O trabalho apresentado propõe-se a analisar os consensos e conflitos que permearam a disputa pela hegemonia e direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, no período compreendido entre 1992 e 1996, face às mudanças na organização dos trabalhadores.

A educação ocupou papel de destaque frente às demandas implementadas num contexto de mudanças estruturais e de política educacional, ocupou papel de destaque frente às demandas implementadas entre os setores do capital, do Estado e dos trabalhadores organizados, para responder às exigências da nova ordem.

Por entender que o movimento sindical e a educação estão intrinsecamente conectados com as temáticas relativas ao processo produtivo, o estudo procurou compreender como as

configurações patrocinadas por esses novos fenômenos atingiram a prática dessa entidade e sua direção, bem como qual o discurso produzido em relação à qualidade da educação.

Historicamente, na última metade do século XX, o conjunto de questões relativas ao capital, ao Estado e ao trabalho – bem assim o seu vínculo a determinados problemas estruturais do capitalismo, especialmente o da reestruturação produtiva (acumulação flexível, nova face do trabalho, exigências dos setores produtivos) – surgem como elementos norteadores no debate sobre as mudanças na ordem do trabalho.

As configurações sobre o ideário neoliberal são apontadas através da desregulamentação e privatização dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores; da crise do socialismo real e seu colapso; e da situação mundial, sob o aspecto geopolítico e geoeconômico.

De acordo com Leite (1997, p. 10), este regime “em curso nas duas últimas décadas vem sendo acompanhado, em quase todos os países do mundo, por um significativo enfraquecimento dos sindicatos ‘expresso’ em dessindicalização e perda do poder de negociação das entidades sindicais”.

Na trama dessa discussão são apresentadas as configurações de um capitalismo que conduz, dentre outros fatores, a uma sociedade do conhecimento; e do trabalho humano, que conduz a um processo nítido de transformações entremeadas pela utilização de tecnologias avançadas e propostas de novas formas de organização da produção e do trabalho.

Neste sentido, vem ganhando amplitude, no país, “a discussão sobre o papel que cabe à Educação desempenhar frente à modernização produtiva e os desafios econômicos e políticos interpostos pela nova ordem internacional” (FERRETI, 1994, p. 8).

Exigências referentes à qualificação profissional, impostas pelas transformações tecnológicas e organizacionais, imprimiram um novo perfil de trabalhador. Assim sendo,

circulou o debate sobre o papel da educação para responder às demandas impostas pelas novas tecnologias.

Como indica Azevêdo,

as novas tecnologias e a nova situação mundial exigem, fundamentalmente, a chamada educação continuada, de forma a possibilitar a adaptação do educando às novas tecnologias e às novas necessidades de mercado, de maneira muito ágil e em curto prazo. Outro elemento importante é a mudança na configuração do mercado de trabalho com o aparecimento de uma série de ocupações de novo tipo, onde a educação formal também tem muito pouco a dizer (2000, p. 15-16).

Para debater essa questão, a abordagem teórica preferencialmente utilizada no trabalho, apoiou-se nas categorias hegemonia, ideologia e discurso (elementos concatenados), por entender que estas, de fato, encontram-se inseridas na realidade econômica, política e social circundante, cujo *locus* concreto de realização está nas classes sociais, nos grupos organizados, na fábrica, na esfera de poder, na escola, no sindicato, no meio rural, dentre outros.

Embora sejam apresentadas as configurações sobre três segmentos (capital, Estado e trabalhadores – especialmente os professores), para fins de elaboração e desenvolvimento deste trabalho, privilegiou-se o segmento dos professores. Portanto, o **Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe** – SINTESE foi selecionado, pela sua representatividade no cenário político de Sergipe e por ser uma entidade sindical identificada com a questão da educação, filiada à CUT e à CNTE. Entretanto, interesses específicos levaram-no a defender argumentos diversos dos que eticamente deveria proteger.

Eleger um sindicato em educação, por sua vez, pareceu estabelecer um espaço interessante de investigação, pois as produções teóricas privilegiam categorias representadas por setores produtivos e financeiros (sindicatos operários, do setor extrativo mineral, bancário).

O estudo procurou privilegiar os efeitos do neoliberalismo, sobre a educação brasileira, patrocinados por discursos e propostas distintos produzidos por governo, empresários e sindicato.

Os objetivos que norteiam o presente o trabalho são: analisar a prática sindical de uma categoria específica, abstraindo consensos e conflitos nas lutas pela hegemonia e direção dos trabalhadores em educação de Sergipe. Em meio às mudanças promovidas pelo neoliberalismo e reestruturação produtiva, procurou-se identificar as principais proposições e direção para a educação, apontadas pelo SINTESE no período 1992/1996.

Indagações levaram à reflexão de: como os sindicatos reagiram às mudanças econômicas e políticas, sob os auspícios do neoliberalismo, e à reestruturação produtiva? De que maneira o movimento dos professores manifestou-se diante da valorização e da qualidade da educação? Quais as propostas defendidas pelo SINTESE diante do projeto hegemônico neoliberal, defendido pelo Estado via política educacional? Qual o discurso e a produção dos diretores do SINTESE, no tocante às questões de trabalho e de educação, a partir das variações conjunturais? Quais as diferenças de ideologia, hegemonia, práticas e propostas das direções do SINTESE?

Parte-se do pressuposto de que as propostas e projetos elaborados por esses sujeitos apresentaram-se sob dois contornos: um de caráter neoliberal, promovido pelo capital e pelo Estado; outro delineado por proposta democrática e de transformação social. Todavia, essa questão desencadeia um segundo pressuposto: o de que, mesmo com propostas diferenciadas, esses setores produziram um discurso análogo, na medida em que adotaram a qualidade da educação como eixo norteador de transformação.

Entende-se que a utilização e a apropriação deste tema, conduziram a interesses mais específicos. No caso do capital e do Estado, manter índices de produtividade e concorrência a partir das medidas econômicas empreendidas pela reestruturação produtiva e pelo

neoliberalismo, fato que afetou diretamente os trabalhadores, sua organização, a sociedade, pois dirigiu uma hegemonia e ideologia que privilegiaram a educação de qualidade, enquanto alternativa para o desenvolvimento de interesses específicos de produtividade e competitividade. No caso do Sindicato, defender salários e garantir condições de trabalho mais dignas, utilizando o discurso da qualidade da educação como elemento estratégico para se legitimar e garantir a hegemonia.

Foram selecionados, como material de análise de conteúdo, fontes documentais primárias como: atas de reuniões, relatórios, ofícios do sindicato, referentes ao período de 1986 a 1996 e documentos secundários como teses de congressos e jornais. Para delinear a trajetória do SINTESE foram escolhidos jornais de circulação local, que pudessem dar conta da memória e eventos expressivos da entidade. Dessa forma, recuperou-se, em primeira instância, a história e o surgimento do movimento dos trabalhadores em educação de Sergipe, em contra-face com as proposições situadas no contexto de mudanças políticas, econômicas e sociais vividas no Brasil, especialmente no âmbito da política educacional.

O primeiro capítulo, **“Caminhos para a compreensão da reestruturação produtiva”**, aborda inicialmente o padrão de acumulação capitalista no segundo pós-guerra, através de breves considerações. Em seguida, faz uma interpretação acerca do significado da reestruturação produtiva, para recuperar esse elemento no contexto internacional, privilegiando os seus reflexos na esfera sindical. Posteriormente, discute a reestruturação produtiva e neoliberalismo nos contextos brasileiro e sergipano.

O segundo capítulo, **“Educação e a política educacional brasileira: perspectivas e desafios frente à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo”**, apresenta primeiramente algumas concepções teóricas sobre as categorias hegemonia, ideologia e discurso, de contorno gramsciano, por entender que o Sindicato em análise estabeleceu, a partir dessas categorias, proposições imanentes aos interesses dos trabalhadores em educação de Sergipe. Em seguida

são apresentadas as configurações da educação e da política educacional brasileira, no período marcado pela influência da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, com destaque para a questão da qualidade da educação, já que dentre as grandes mudanças, especialmente em relação aos impactos produzidos para o trabalho, as questões do discurso da qualidade e das novas exigências para a classe trabalhadora foram destaque.

O terceiro capítulo, “**Consensos e conflitos nas lutas pela hegemonia e direção do SINTESE**”, inicia com a trajetória histórica do movimento, obedecendo a uma cronologia delineada em três momentos que marcam a memória da entidade, o seu surgimento, na década de 1960, como entidade associativa (Associação dos Profissionais do Magistério de Sergipe – APMESE); seguido pelo período expressivo dos anos 1980, quando eclodiu nacionalmente o novo sindicalismo e seus rebatimentos na entidade estudada; finalizando com o início da década de 1990 até o ano de 1996, quando questões particulares ilustraram a ascensão do **Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE**. Mudanças e continuidades marcaram o período de transição, de Associação a Sindicato, até chegar à consolidação da categoria, nos anos noventa. O capítulo apresenta, ainda, os consensos e conflitos vivenciados no período, com destaque para salário, condições de trabalho e qualidade do ensino, finalizando o debate sobre **discurso da qualidade da educação** em destaque nas Conferências da área.

Esta última sessão retoma o fenômeno neoliberal e a categoria da hegemonia, indicando que o Sindicato em análise estabeleceu proposições iminentes aos interesses dos trabalhadores em educação de Sergipe, de modo específico, mas também tencionou um projeto político democrático de educação, no plano mais geral, orientado pela CUT e CNTE. Foi possível identificar que a disputa hegemônica de profissionais do magistério pela direção do Sindicato, permeada por consensos e conflitos, elegeu o discurso em defesa da qualidade

da escola pública como núcleo estratégico, para atender interesses profissionais e de grupos do magistério, ficando a educação em um plano subsequente.

CAPÍTULO I

CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As últimas décadas do século XX testemunharam transformações significativas nas diversas áreas da vida econômica, política e social, no âmbito do modo de produção capitalista, redefinindo o papel do Estado, das instituições e organizações, bem como dos setores financeiro, tecnológico, de comunicação, da cultura, das ideologias entre outros, seja nos países capitalistas centrais, nos socialistas e mesmo no conjunto dos países periféricos, como é o caso do Brasil.

Trata-se de múltiplos fenômenos orientados, na esfera político-social, pelo neoliberalismo e por um processo de mudanças estruturais no regime de acumulação capitalista denominado *reestruturação produtiva*, caracterizado por reajustes produtivos, tecnológicos e organizacionais, cujas particularidades convergem para o mundo do trabalho.

Compreender as particularidades da *reestruturação produtiva*, no contexto atual, inspira recuperar, através de um recorte histórico, o processo de desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, pontuando, ainda que de forma breve, as condições sob as quais ressurge o trabalhador, a dimensão da ação sindical e os mecanismos políticos utilizados pelas classes no enfrentamento da questão.

Como assinala o pensamento gramsciano, torna-se necessário, assim, identificar, nos planos internacional e nacional, as diversas manifestações das correlações de força, para compreender o processo que favoreceu a emergência de um novo projeto difundido, na sociedade contemporânea, pelas forças hegemônicas.

1.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Após a Segunda Guerra Mundial as nações capitalistas avançadas, sob hegemonia americana, vivenciaram um período de expansão compreendido entre 1945 e 1973, denominado por Harvey (1993, p. 119) fordista-keynesiano, representado por “um conjunto

de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”. Em outros termos, o fordismo significou, segundo Antunes (1995, p. 17), “o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo do século”.

Tal processo baseava-se na produção e consumo em massa das linhas de montagem e dos produtos homogêneos; controle tempo-movimento pelo cronômetro e produção em série taylorista; trabalho parcelar e fragmentado de funções; separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; constituição e consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril.

Esses elementos permitiram a manutenção do fordismo no pós-guerra, especialmente por possibilitar, segundo Harvey (1993), a relativa estabilidade para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais, bem como lucros monopólicos estáveis.

Diferentes aspectos marcaram o período, como: propagação acelerada das indústrias; ganhos de produtividade das economias centrais lideradas pelos Estados Unidos; elevação no padrão de vida populacional, com políticas de pleno emprego; tendências de crise contidas; ameaça de guerra intercapitalista controlada. Esse crescimento favoreceu ainda o surgimento de novos países industrializados, novos produtos, novo processo de trabalho e também a crescente dominância financeira. Acrescente-se, ainda, outras duas tendências: o fortalecimento dos mercados e a expansão dos Estados, manifestada através do estado de bem-estar social e da intervenção estatal no processo de desenvolvimento industrial (THERBORN, 1995, p. 42-43).

Essas transformações, decorrentes das opções de caráter político-econômicas, definidas pelas potências hegemônicas e pelas unidades nacionais a elas vinculadas, concorreram para a relativa estabilidade mundial. Como ressalta Pochmann (1996, p. 166),

as baixas taxas de desemprego nos países desenvolvidos revelaram um sólido compromisso político em torno da defesa da produção e do emprego, por intermédio de um conjunto de políticas econômicas e sociais comprometidas com a inflação

reduzida, a melhor distribuição da renda e a diminuição dos níveis de pobreza entre as décadas de 50 e 70.

Nessa perspectiva, o equilíbrio do contexto dependeu, basicamente, do compromisso assumido pelos principais “atores”: o Estado, o capital corporativo e o trabalho organizado (HARVEY, 1993).

O Estado procedeu de forma intervencionista, controlando a economia através de políticas fiscais e monetárias, dirigidas para áreas de investimento público inerentes ao crescimento da produção e do consumo de massa, além de garantir pleno emprego. Os governos complementavam o salário social através da seguridade social, assistência médica, habitação, educação, bem como exerciam o poder sobre acordos salariais e direitos dos trabalhadores na produção, ou seja, combinou-se o Estado de bem-estar social, administração keynesiana e controle das relações de salário (HARVEY, 1993, p. 130).

O trabalho organizado assumiu variações entre os países de economia central. Os sindicatos americanos ganharam poder considerável no âmbito das negociações coletivas nas indústrias de produção em massa. Preservaram certo controle no interior das fábricas e conquistaram relevante poder político, garantindo benefícios, salários, seguros e outros direitos sociais. Em troca, adotaram uma ação cooperativa em relação às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas para o seu incremento. É importante ressaltar, como atenta Coggiola (1998, p. 29), que nesse mesmo período “prevaleceu a tese da ‘integração’ (e até o ‘aburguesamento’) da classe operária” tanto nos países capitalistas centrais como nos setores privilegiados dos países periféricos. Essa concepção derivou da integração sócio-política verificada na classe operária, que teria se sobreposto ao “proletariado clássico industrial”, de ação revolucionária.

Nos países europeus como Alemanha, Itália e Suécia, os trabalhadores mantiveram, através de suas organizações, elevadas taxas de sindicalização, seja pela própria história de lutas empreendidas pelos trabalhadores do setor industrial e profissional, seja em decorrência

do período, propício a essa organização. Na França esses aspectos foram diferenciados devido à modalidade da organização sindical apresentar-se, historicamente, enfraquecida, mediante concorrência entre sindicatos e suas centrais e também pelas negociações dos contratos coletivos de trabalho separadamente, por empresa. No caso do Japão, verificou-se uma organização sindical enfraquecida em razão desta se manifestar também, separadamente, por empresa.

O capital corporativo assegurava o crescimento através de investimentos que elevassem os índices de lucro e produtividade. Por isso, utilizava-se de mudanças tecnológicas, incremento na administração da produção, práticas de planejamento e preços monopolistas e oligopolistas, cujo crescimento seria o crescimento da demanda efetiva para atingir lucros seguros.

Assim, o capitalismo avançado apresentou uma fase de estabilidade, considerada como “a idade de ouro”, que prevaleceu durante os anos 50 e 60. Todavia, entre 1973 e 1975, um conjunto de fatores anunciou o desequilíbrio daquele quadro de pleno crescimento. As economias centrais foram atingidas por “estagflação, instabilidade financeira e queda da produtividade, que acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macros econômicos” (MATTOSO, 1996, p. 56).

A desestruturação marcada pelo declínio econômico se estendeu por duas décadas seguintes, sendo caracterizada como a crise do capitalismo, de contornos estruturais, dentro de conjunturas internacionais que materializaram o esgotamento do mais longo e bem sucedido período de acumulação capitalista, e o colapso do socialismo real.

Sobre o socialismo real, implicava em um funcionamento, de fato, dos sistemas sociais, termo adotado pela ideologia soviética de “países de ‘socialismo realmente existente’ [...] cujos sistemas econômicos e sociais e regimes políticos desmoronaram totalmente na Europa” (HOBSBAWM, 1995, p. 364). Esse sistema fora instaurado no final dos anos oitenta,

devido a uma “desarticulação dos sistemas sócio-políticos vigentes nos Estados socialistas e dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados e principalmente pela queda do Muro de Berlim em novembro de 1989” (NETTO, 1993, p. 12).

A economia norte-americana, que vivenciara, num primeiro momento, a expansão de mercados produtores e consumidores – patrocinando o aumento das exportações – demonstra, posteriormente, sinais de esgotamento ao influenciar a concorrência intercapitalista, disputando com as economias japonesa e européia, os espaços no mercado internacional. Paralelamente, instaura-se a perda do dinamismo patrocinado por despesas na indústria bélica (Guerra do Vietnã).

Concomitantemente, a ruptura do acordo de *Bretton Woods* – de fixação do preço do ouro e da conversibilidade do dólar – inaugura a crise fiscal nos Estados Unidos, desencadeando a aceleração inflacionária, a desvalorização da moeda americana e a sua redução do poder no âmbito da regulamentação do sistema financeiro internacional.

Na análise de Hobsbawm (1995, p. 254), entre 1950 e 1975 a economia e tecnologia dos Estados Unidos não desempenharam um crescimento vertiginoso na “era de ouro”. Para o historiador, representou uma “época mais de relativo retardo que de avanço”.

O Japão, país devastado pela II Guerra Mundial, recompõe-se durante os anos 50 investindo nos setores técnicos e organizacionais, empreende, através de uma política ofensiva, a renovação tecnológica para concorrer com setores da indústria americana e conquistar a hegemonia na economia mundial. Mas, no tocante ao papel do Fundo Monetário Internacional (FMI), verifica-se a subordinação das economias asiáticas ao organismo norte-americano que intervém através de empréstimos bilionários para conter o ímpeto das crises.

O flagelo se instaura nos países periféricos ou semi-periféricos, à exceção da China e Índia, que não se submetem aos programas do FMI, de formalização de compromisso de

empréstimo em troca de austeridade fiscal, abertura econômica e estabilização, o que ocorreria na Indonésia, não fosse a indisciplina do governo daquele país.

A Europa, por sua vez, imprime a expansão de suas indústrias nos países periféricos, num movimento de centralização e internacionalização, com bases tecnológicas mais avançadas que empresas americanas(MOTA, 1995, p. 51; SANDRI, 1994, p. 23).

Por outro lado, foi verificada a crise do socialismo real que implicou em um funcionamento de fato dos sistemas sociais, termo adotado pela ideologia soviética, de “países de ‘socialismo realmente existente’ [...] cujos sistemas econômicos e sociais e regimes políticos desmoronaram totalmente na Europa” (HOBSBAWM, 1995, p. 364). Esse sistema fora instaurado no final dos anos oitenta devido a uma “desarticulação dos sistemas sócio-políticos vigentes nos Estados socialistas e dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados e principalmente pela queda do Muro de Berlim em novembro de 1989” (NETTO, 1993, p. 12).

Foi no curso desse contexto que se instalou a ruptura do compromisso social e das relações entre o Estado, o capital corporativo e o trabalho organizado. É o momento caracterizado pela propagação da hegemonia de idéias neoliberais, como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9). Defendida desde a década de 1940, essa lógica é retomada dentro de uma ideologia fundamentada na teoria liberal, de contornos renovados, como o processo de minimização do Estado e a eleição do mercado regulador no âmbito financeiro.

Os efeitos promovidos pelas mudanças acarretaram a redução salarial, a redução das políticas sociais e, especialmente, a elevação do desemprego, trazendo tímido desempenho das economias, concentração elevada de renda e pobreza nos países imperialistas. Na visão de Pochmann (1996, p. 166), “o rompimento do compromisso com o pleno emprego do pós-guerra deu lugar às políticas neoliberais que, com o sentido deflacionário, determinam a

valorização financeira em detrimento da produção”. O corte nos gastos sociais e a alteração nas regras de controle do funcionamento do mercado de trabalho, reflexo da ampliação de políticas econômicas e ortodoxas, remetem à precarização dos contratos e das condições de trabalho nos países desenvolvidos, sem alterações substanciais na quantidade de desempregados.

Nesse contexto, os trabalhadores foram responsabilizados pela queda da produtividade, elevados custos, obstáculos à competição – supostamente gerados pelos instrumentos de regulação e pelas políticas sociais do Estado, pelas pressões reivindicatórias sobre os salários e pelas paralisações decorrentes de cortes de direitos sociais. Em contrapartida, cresceu o grau de absenteísmo, o número de greves e outras manifestações (MATTOSO, 1996, p. 57; FILGUEIRAS, 1997, p. 17; ANDERSON, 1995, p. 10).

O capital corporativo, na perspectiva de elevar os lucros, volta-se para a concorrência internacional e para a dinâmica financeira, rompendo acordos anteriormente assumidos com os trabalhadores. Assim, transferiu-se a elevação do salário real para os preços dos produtos, reduzindo o poder aquisitivo das massas, enfraquecendo o compromisso e as intervenções do Estado.

O Estado, por sua vez, teve reduzida a sua capacidade de tributação, devido à queda do ritmo de crescimento econômico, comprometendo suas receitas mas aumentando gastos, em virtude do desemprego. Como consequência, surgiram elevados déficits públicos o que promoveu o solapamento do “*welfare-state*” (FILGUEIRAS, 1997).

Como indica Mattoso (1995, p. 69),

[a] ofensiva do capital reestruturado sob dominância financeira reverteu o longo período de realinhamento da relação capital /trabalho, relativamente favorável ao segundo, e golpeou o trabalho organizado, que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de ‘conflitualidade’.

Num compasso desigual, as economias mundiais tentaram, em nível micro e macroeconômico, enfrentar os prenúncios da crise a fim de retomar o período glorioso do pós-1945. No entanto, a persistência de problemas que envolviam a elevação do preço do petróleo,

taxas de juros crescentes, queda dos investimentos produtivos associada ao endividamento das nações periféricas do capitalismo, juntamente à crise fiscal do Estado, com redução dos gastos públicos, favoreceram ao desencadeamento acelerado dos níveis de desemprego e da inflação, o que provocou um longo período de recessão, gerando assim o desgaste e a crise do fordismo (MOTA, 1995, p. 54; FILGUEIRAS, 1997, p. 18).

Na percepção de Harvey (1993), a razão da crise fordista-keynesiana estaria na “rigidez” de práticas e políticas de governo que, para manter-se legítimo, incrementava despesas públicas através do Estado de bem-estar social (programas assistencialistas) e do salário social, derivando inflação e conseqüente estagnação da capacidade fiscal.

Para sobreviver às condições acima descritas, o capital, sob o domínio financeiro empreendeu mudanças que alterariam, como adverte Mattoso (1995, p. 70),

[o] processo produtivo e o trabalho direto e indiretamente envolvido na produção, criando novas mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os anos dourados do pós-guerra.

1.2 COMPREENSÃO SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO

É a partir do desequilíbrio, detonado pela crise econômica do regime de acumulação fordista, que emerge a reestruturação produtiva e o ideário neoliberal dentro de um movimento mais amplo: o da Terceira Revolução Industrial.

De acordo com a literatura especializada, a reestruturação produtiva compreende um processo surgido, ainda na década de 70, utilizado pelas grandes corporações, sobretudo as de origem japonesa, alemã e americana, representadas pelo capital transnacional hegemônico, pelas instituições multilaterais e pelos governos das superpotências, para a superação da crise que abateu as economias mundiais através de turbulências nos mercados, nas organizações e conseqüentemente na organização do trabalho, bem como em outros setores que compunham o sistema.

Vale ressaltar, “que a reestruturação produtiva é apenas uma expressão particular de um movimento mais geral e não a determinação que funda uma nova ordem”. Esse movimento estaria configurado num “conjunto de fatores que remetem ao cenário das relações econômicas internacionais [...]” e aos “processos sociopolíticos e culturais” (MOTA, 1995, p. 67).

Dentre os traços característicos à reestruturação produtiva, são apontadas mudanças na ordem da produção – reorganização e reconversão de setores industriais, com investimentos em “setores de ponta”, dinâmicos, e declínio de setores tradicionais – e do trabalho, cuja referência se constitui na adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, voltadas para a automação de base microeletrônica, para a introdução de novos padrões de gestão e organização do trabalho, bem como acompanhados por um processo de individualização das relações entre capital/trabalho, repercutindo nas formas de organização e mobilização dos trabalhadores em torno das questões coletivas e de classe (MATTOSO & OLIVEIRA, 1990, p. 28-29).

Esses aspectos, em certa medida, são análogos ao quadro vivido na era capitalista em meados do século XVIII, quando a substituição da produção artesanal e manufatureira pela máquina propiciou lucros maiores, entretanto, a utilização de maquinário em ramos já mecanizados, ocasionou desemprego e salários aviltantes, devido ao excedente de mão-de-obra.

Agora, o que caracteriza o novo paradigma tecnológico e organizacional é a flexibilidade configurada no âmbito dos processos produtivo, comercial, financeiro e nos novos métodos de gestão, utilizando-se da automação flexível, baseada na microeletrônica, a fim de satisfazer as novas exigências do mercado, através da integração de funções de produção, permitindo a aquisição de novos produtos com rapidez e diminuição de custos, ou seja, a racionalização do trabalho.

Esse aspecto implica uma força de trabalho também flexível, ou seja, mais qualificada para atuar nos diferentes postos de trabalho assumindo múltiplas funções (polivalência). Criatividade, inteligência, capacidade de adquirir visão de conjunto sobre o processo produtivo, flexibilidade para adaptar-se às novas situações, capacidade de liderança, de gerenciamento, trabalho em equipe, acesso e processamento de informações, nos mais diversos setores (como ciência, tecnologia, educação, saúde, cultura, política), passam a ganhar maior relevância que o simples adestramento para os postos de trabalho, além de constituir instrumento essencial para atingir o lucro e a competitividade.

A conseqüência desse modo particular de acumulação, quando dirigida para o mundo do trabalho, indica o controle mais intensivo sobre os trabalhadores, através de métodos e procedimentos que permitem a elevação da cadeia produtiva e, em contrapartida, a redução da força de trabalho. Como atenta Harvey (1993, p. 141-143), a “acumulação flexível” implica “níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos moderados de salários reais e retrocesso do poder sindical”.

Mediante a crescente competitividade e o afunilamento da lucratividade, os empregadores aproveitam-se desse retrocesso sindical e do excedente da força de trabalho para “impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”, ou seja, são exigidas contratações temporárias ou subcontratações em detrimento do emprego regular. As terceirizações constituem-se em alternativas justificadas como elemento de modernização para acompanhar o ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico.

Essa forma de produção assegura a sua quantificação, isto é, o fato de que os trabalhadores acumulam funções (polivalência) e são progressivamente substituídos por máquinas de alta tecnologia, capazes de absorver toda a atividade humana e elevar os níveis de produtividade, em contrapartida, dissolve as relações sociais, dando lugar à competição; além provocar cisões na classe trabalhadora.

Por outro lado, o padrão de segurança do emprego, do salário e das garantias trabalhistas, tem se nivelado como efeitos negativos para a classe trabalhadora, pois há ausência de proteção para os segmentos laborais. Aliada a isso, a propagação dos mercados capitalistas, em diferentes regiões do globo, culminam em focos contratuais de trabalho temporário, gerando a fragilização das formas de organização da classe trabalhadora e conseqüente desestruturação política, além da atomização individual.

Neste quadro, um dos grandes atrativos do regime inovador de acumulação dá-se, justamente, no aspecto do solapamento do poder sindical, apontando para uma vulnerabilidade da classe trabalhadora quanto à defesa de seus interesses trabalhistas e para formas ocultas de precarização do trabalho (LARANGEIRA, 1994).

Outro aspecto relevante sobre o processo de reestruturação produtiva, diz respeito à versatilidade, reorganização e ampliação do sistema financeiro, no qual a grande investida está na integração global do capital financeiro, mercantil, imobiliário, bancário, de seguradoras de crédito; mediante uma rede que interliga todos os continentes através de computadores e comunicações eletrônicas que permitem, de forma instantânea, o movimento de operações financeiras.

A manifestação do sistema financeiro é entendida por Harvey (1993, p. 150-151) como:

cada vez mais organizada através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.

Sob as bases da globalização, estabelece-se uma integração econômica entre as nações de todos os continentes, no tocante à produção, distribuição e formação de um mercado financeiro mundial, cuja conseqüência diz respeito à desterritorialização das grandes burguesias nos países centrais (FILGUEIRAS, 1997, p. 25; OLIVEIRA, 1997, p. 164).

Como forma de amenizar as contradições postas pela supercapitalização, garantir a ordem e ocultar os efeitos perversos do capitalismo, criaram-se mecanismos econômicos e políticos para preservar a reprodução do sistema e formar um aparato ideológico, capaz de manter esse modelo de sociedade.

Se as formulações acerca da reestruturação produtiva indicam como principais aspectos o crescimento e a exploração do trabalho vivo, assim como a dinâmica tecnológica e organizacional, esses fatores vieram acompanhados pelo ideário político neoliberal.

O ideário político neoliberal, por sua vez, surge como pensamento básico do capitalismo, caracterizado por privilegiar a empresa privada na regulação da economia e sua liberalização, maximização dos lucros e benefícios individuais de setores privados em detrimento das necessidades sociais e garantias trabalhistas, o que vem acarretar o desemprego, a redução salarial e das políticas públicas, além de afetar os sindicatos, vistos como a grande ameaça para o mercado e a economia.

Aparece ainda caracterizado pelas políticas de privatização, abertura comercial, ajuste monetário e, sob a imagem de um Estado regulador das atividades do capital corporativo para os interesses das nações, em detrimento de ações mínimas, no que diz respeito às políticas sociais.

Este ideário torna-se, então, o mecanismo hegemônico mundial que minimiza o Estado e estabelece a supremacia do mercado para regular relações sociais. “Ideologicamente, o neoliberalismo assume a defesa dos interesses do capital, camuflado por um discurso que mescla direitos (igualdade formal), mérito e competitividade/eficiência, no âmbito da globalização” (SANTA’ANA, 2000, p. 78).

Por outro lado, defensores do neoliberalismo responsabilizam os sindicatos pela crise ora instalada, enquanto o Estado, em maior grau, apresenta, num primeiro plano, sinais de enfraquecimento ao promover as bases para a aplicação e regulação dos organismos privados

e, num segundo plano, sinais de fortalecimento, enquanto instrumento capaz de romper o poder dos sindicatos e o controle do dinheiro. Entretanto, apresenta-se mínimo para gastos sociais e intervenções econômicas (ANDERSON, 1995, p. 11).

De acordo com Pochmann (1996, p. 165), o sistema econômico capitalista combina “formas de subutilização da força de trabalho” pela via do enfraquecimento do potencial de produção e do sofrimento humano. Para o autor,

o desemprego não pode ser tratado como uma novidade, mas como um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação do capital. [...] As novidades que podem ser destacadas estão associadas às formas historicamente condicionadas de reação social e política ao desemprego.

Ou seja, convivência aceita pela sociedade, contenção de reações radicais – dimensão variada quanto à expressão do compromisso político.

Para Abramides e Cabral (1995, p. 25)

Do ponto de vista do componente ideológico, o neoliberalismo – ao desresponsabilizar o Estado de suas funções, no que tange à implementação das políticas públicas – mistifica o mercado atribuindo ao setor privado a realização das políticas em uma dimensão universal.

Dissemina, ainda, o *caris* da “solidariedade intraclasse como base da política de mediação no processo de correlação de forças existentes na vida social do país. Visa, com este objetivo, a cooptar os movimentos populares e sindical, na tentativa de neutralizar o processo de luta de classes

As tendências brevemente descritas aqui, em alguns de seus aspectos, indicam que as transformações recaem particularmente sobre os trabalhadores e sobre os movimentos sindicais. Elementos pretéritos são (re)tomados e projetados no presente como o desemprego e a lógica da exploração que propiciam o refluxo da classe trabalhadora, além de profundas alterações no plano da representatividade, da atuação estratégica e do próprio papel das entidades sindicais, elementos que serão tratados a seguir no âmbito internacional.

1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

É possível constatar, através de alguns autores e mesmo sem o recurso empírico, que o conjunto do mundo do trabalho foi afetado pela ofensiva do capital, ao combinar transformações tecnológicas, formas inovadoras de gerenciamento da produção e internacionalização econômica associada às alterações no papel do Estado, cujas implicações ilustram, no cenário internacional, a desordem e a instabilidade do próprio sistema capitalista mas, sobretudo, o ataque à “classe-que-vive-do-trabalho”.

Ainda na década de 80, quando o mundo viveu o intenso processo de transformações tecnológicas, face ao desenvolvimento e utilização da automação de base microeletrônica, da robótica, da expansão de novos setores como informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, biogenética dentre outros, emergiram novos processos de trabalho (flexibilizando a produção à lógica do mercado). As relações econômicas capitalistas se globalizaram integrando mercados cambiais, financeiros, de títulos e valores, assim como as grandes empresas internacionais e as redes globais informatizadas de gestão. Nesse período, as mudanças internacionais de âmbito político, patrocinadas pelo ideário neoliberal, também caracterizaram a liberalização, a desregulamentação, e as privatizações adotadas pelos Estados nacionais capitalistas (ANTUNES, 1995b; OLIVEIRA, 1995; MATTOSO e OLIVEIRA, 1992).

Em 1989 foi formulado o Consenso de *Washington* – plano único de ajustamento das economias periféricas, ministrado pelo FMI e pelo BIRD em mais de sessenta países de todo o globo –, com o objetivo de implementar uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais, para consagrar a estabilidade macroeconômica; viabilizar também as reformas estruturais pela via da liberalização financeira e comercial; a desregulação dos

mercados e privatização de empresas estatais; e, a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Com efeito, esse processo de mudanças recaiu sobre os trabalhadores, cujas implicações convergiram para: o desemprego estrutural; precarização das condições de trabalho; crescimento do emprego informal; redução do emprego público e industrial; perda de conquistas sociais e trabalhistas; subproletarização do trabalho através da terceirização, da subcontratação e da contratação temporária; fragmentação e dispersão de força de trabalho face à expansão de novos fluxos organizacionais em regiões distintas do globo; expansão do setor de serviços; flexibilização do emprego e dos salários, o que permitiu a redução progressiva dos gastos sociais do Estado.

Na esfera sindical as empresas passaram a controlar os sindicatos, como no Japão, garantindo altas taxas de sindicalização; enquanto nos níveis mais baixos a organização dos trabalhadores demonstrou sinais de deficiência. Já em outros países as taxas de sindicalização declinaram; o poder de representação, assim como a sua expressão política, foi abalado em decorrência das transformações que permearam os anos 80 em nível internacional.

Para Antunes (1997, p. 62-63), os sindicatos estariam “exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva”, pois abandonaram o sindicalismo de classe para aderir ao sindicalismo de participação e de negociação, caracterizado por aceitar a ordem do capital e do mercado, questionando tão somente os aspectos fenomênicos. Nessa perspectiva, o autor observa que os sindicatos passam a “esquecer” a luta pelo controle social da produção e subordinam-se à ação pela participação dentro da ordem, de forma que “o mundo do trabalho não encontra (enquanto tendência dominante) nos seus órgãos de representação sindicais e partidários, disposição de luta anticapitalista”.

Por outro lado, a descentralização do processo produtivo dificulta a organização dos trabalhadores, configurando uma redução significativa da presença e da marca destes na

sociedade e no Estado e, conseqüentemente, uma diminuição da consciência dos direitos sociais (OLIVEIRA, 1995, p. 167-168).

Portanto, as tendências verificadas no curso dos anos oitenta repercutiram criticamente sobre a organização dos trabalhadores no decorrer da década seguinte, face às novas condições submetidas aos trabalhadores e sindicatos. O contexto tem demonstrado o individualismo competitivo sobre os diversos segmentos da classe trabalhadora, tornando a ação coletiva mais difícil, devido à fragmentação e à insegurança. Se esse quadro remete para o agravamento das condições em que vivem os trabalhadores, faz-se necessário salientar os fatores que desencadeiam esse processo.

Na década de 1990, o cenário internacional ilustrou uma intensa ofensiva do capital que combinou, segundo Barroso (1997, p. 45) “a desregulamentação/expansão dos sistemas financeiros internacionais dirigida principalmente pela oligarquia financeira norte-americana, com a tendência decrescente das taxas médias de crescimento econômico do centro imperialista”. Na análise de Rampinelli (1997, p. 67), existe atualmente “um governo mundial de fato”: seria o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no setor das finanças; a Organização das Nações Unidas, no campo político; e, a Organização Mundial do Comércio, no que toca às relações comerciais.

As conseqüências desta nova ordem, imprimiram para o conjunto da economia mundial, no período aqui analisado, um baixo crescimento econômico, recessões, privatizações, instabilidade financeira, queda das bolsas de valores, dívida externa e déficits comerciais crescentes. Por outro lado, a disputa pelas inovações tecnológicas ampliou as desigualdades entre países, regiões e classes sociais, separando cada vez mais, de acordo Barroso (1997), o centro, do império capitalista e, a periferia, do centro.

De forma procedente, o autor realça ainda que para recompor novos padrões de acumulação capitalista, as economias nacionais foram devastadas pelo “desmonte do Estado

de bem-estar social”, através da redução crescente dos investimentos públicos e estatais, além das privatizações em larga escala para obtenção de novas fontes de extração de mais-valia. Portanto, a conjugação dos elementos que combinam os efeitos da reestruturação produtiva aos aspectos neoliberais, recaiu sobre os trabalhadores de forma geral, bem como promoveu “um ataque demolidor sobre a organização e a resistência sindicais” (BARROSO, 1997, p. 46) .

A tendência maior, identificada na última década do século passado, voltou-se para os níveis de desemprego atingindo milhões de trabalhadores nas diferentes regiões do globo, inclusive nos países centrais do capitalismo. De acordo com Neto (1996, p. 75-76), os dados revelados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicaram cerca de 800 milhões de desempregados ou subempregados no mundo, nos anos 90, sendo aproximadamente 40 milhões nas nações capitalistas avançadas.

Países¹ como Estados Unidos, França e Alemanha, apresentaram taxas crescentes de desemprego em relação a outras décadas. De forma semelhante, Espanha e Finlândia apresentaram índices de desemprego significativos, assim como os países do leste europeu (como Hungria, Polônia e Bulgária). Na Rússia os números aproximaram-se dos 25% da população economicamente ativa; os países da América Latina registraram, segundo Barroso (1997, p. 46), 56% de sua PEA no mercado informal, com salários médios inferiores aos níveis de 1980.

De acordo com estudos elaborados por Antunes (1995b, p. 59-62), mudanças afetaram a classe trabalhadora, de modo a reduzir as taxas de sindicalização nos anos 80, criando um “abismo social no interior da própria classe trabalhadora”, o que reduziu fortemente a

¹ Os índices de desemprego entre os anos de 1995/97, segundo Barroso (1997) foram: EUA (5.4%); França (12,4%); Alemanha (10,4%); Espanha (23,2%); Finlândia (16,8%); Irlanda (60%); Hungria*(12.6%); Polônia (15.7%); Bulgária (15%).

*Índices de 1993 para os três últimos países.

capacidade de resistência coletiva entre os trabalhadores “estáveis” e aqueles representados pelo trabalho precarizado, em escala mundial.

Embora esse fenômeno tivesse afetado grande parte dos trabalhadores, Barroso (1997) sinaliza que as resistências avançaram em todos os continentes. Na Europa – com predomínio do sindicalismo (social-democrata) – permaneceram as greves na Itália, Espanha, França e Portugal, Bélgica, Holanda, Alemanha e Inglaterra. O eixo central da resistência voltou-se para “a defesa das conquistas do estado de bem estar social, destacadamente quanto às aposentadorias e pensões, bem como a batalha contra a destruição da rede de proteção social”, seguida pelo desemprego.

Essa resistência sindical europeia, na realidade, significou uma reação ao programa neoliberal adotado que, naquele momento, planejava a unificação monetária para a adoção do *Euro*, com o estabelecimento de restrições orçamentárias (limite inflacionário, dívida pública, déficit orçamentário) capazes de atingir diretamente os gastos públicos e o desemprego, especialmente dos trabalhadores dos setores produtivos (ferroviários, metalúrgico, mineiros, operários da construção civil).

No continente asiático as manifestações contaram com greves que resultaram em prisões e até assassinatos de trabalhadores e sindicalistas. A Coreia do Sul viveu um momento de reorganização sindical, o qual patrocinou a ampliação do número de sindicatos, além de promover greves contra medidas do governo – aumento da jornada de trabalho, contratos temporários, negação de liberdade de organização sindical.

Em relação à América Latina, o cenário ilustrado pelo desemprego, flexibilização dos contratos trabalhistas e privatizações, também desencadeou várias formas de manifestação como greves gerais e de categorias, paralisações, negociações coletivas além de revoltas.

Vale destacar que, com a implantação do Mercosul, no início da década de 1990, trabalhadores dos países envolvidos, mobilizados pelas centrais sindicais e pela Coordenadora

de Centrais Sindicais do Cone Sul, empreenderam protestos em defesa de direitos daqueles trabalhadores, que resultaram em algumas conquistas, especialmente, “a criação do Fórum Consultivo Econômico-Social, e de sensibilização para o reconhecimento de suas posições elaborando reivindicações”, encaminhadas durante reuniões presidenciais e ministeriais (WANDERLEY, 2001, p. 11).

Diante da emergência da ideologia neoliberal e das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a ofensiva do capital estaria voltada à restrição de direitos e garantias sociais, além de atingir o sindicalismo, de modo que “as recompensas são individualizadas e não coletivas, estimulando a competição e a agressividade individual” (NETO, 1996, p. 89).

Paralelamente a esse processo, que impulsionou a exploração do trabalho associada à precarização, à queda nas taxas de sindicalização e à violação dos direitos sindicais dos setores tradicionais da organização sindical, foi possível verificar o avanço dos sindicatos assalariados médios do setor público, possivelmente para resistir à onda neoliberal. Mesmo apresentando essas características, as manifestações de resistências dos trabalhadores continuaram a avançar nos continentes (ANTUNES, 1995b, p. 63; BARROSO, 1997, p. 47).

Foi no curso desse processo que as nações começaram a aderir ao programa neoliberal, na qual se destacaram a Inglaterra da era Thatcher e os Estados Unidos com Reagan. O capitalismo assistencialista, patrocinado pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960, fora substituído pelo ideário hegemônico do neoliberalismo, consolidando o predomínio combinado de mercados com governos, enquanto os trabalhadores entram num processo de desestruturação coletiva.

Essa nova fase impunha uma posição defensiva, do movimento sindical, manifestada por certa passividade, na qual a ofensiva neoliberal seria responsável pela desestruturação da resistência ativa/combativa, com o objetivo de minimizar ou controlar as atividades sindicais

em seu aspecto político e ideológico. Do mesmo modo, a reestruturação produtiva também promoveria essa característica.

Cada vez mais envolvida com as suas particularidades, cada trabalhador tem desenvolvido suas tarefas imediatas afastando-se do exercício político e/ou coletivo. A adoção dos novos padrões tecnológicos e organizacionais representa uma revolução no mundo do trabalho, no qual o auxílio do computador promoveu a rapidez de tarefas antes morosas; a robotização avançou e substituiu o trabalho humano em proporções grandiosas, economizando tempo e eliminando erros. Entretanto, as conseqüências sociais, políticas e econômicas foram nítidas, haja vista as transformações ocorridas na “classe-que-vive-do-trabalho” e a competitividade internacional por mercados, além de condenar parte significativa da humanidade à exclusão, enquanto beneficia algumas “ilhas”, de prosperidade.

1.4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil vivenciou os processos até aqui apresentados, obedecendo ao ritmo característico de país inserido de forma subordinada no âmbito hegemônico internacional.

Foi a década de 1990 que consagrou a difusão de novos padrões tecnológicos e organizacionais, como também a vigência do ideário político neoliberal, caracterizando a abertura comercial, o processo expressivo de privatizações, o aprofundamento da desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, o corte nos gastos públicos, a reestruturação nas políticas sociais, a recessão, a concorrência capitalista, entre outros.

Durante a transição dos anos 80, no campo político o Brasil vivera o fervor das manifestações populares, organizações de base no campo e na cidade, em busca das mudanças necessárias. No passado, a participação política das massas se dava por causas progressistas, entretanto, a década em pauta inflamou a força popular pelo movimento das “diretas já”, a fim de romper o sistema político decorrente do período militar.

No plano econômico, o governo Sarney, de características populistas, implementou planos de ajuste para conter a inflação, a exemplo do controle de preços e salários, numa tentativa emergencial de combater a crise ora instalada. No entanto, as iniciativas governamentais não impediram que a sociedade brasileira continuasse estruturalmente dependente e a dívida externa fosse um elemento dessa dependência. Atrelado às classes dominantes, o governo não impediu que o controle dos grupos econômicos fosse materializado pela via do aumento do consumo, paralelo ao problema da pobreza coletiva, mantendo, assim, os desígnios capitalistas conservadores.

Após a eleição direta, que conduziu o Presidente Fernando Collor de Mello ao poder, o país viveu um processo recessivo da produção nos setores de ponta da indústria nacional, que conduziu o governo a implantar o Plano de Ajuste Estrutural (PAE), face à questão da dívida externa. Por sua vez, as pressões patrocinadas pelo FMI, BIRD e países imperialistas, via ajuda financeira, promoveram a implantação do modelo neoliberal. Propostas como a modernização e desregulamentação da economia e privatização de empresas estatais, concorreram para a investida em políticas anti-populares, que ampliaram a queda no poder de compra da população, conduzindo a um expressivo índice de desemprego.

O país entrou num clima de estagnação que lhe valeu o terceiro lugar entre os países com pior distribuição de renda do mundo. Salários desvalorizados, taxas elevadas de desemprego, acumulação da dívida social, dentre outros fatores, geraram gradativamente a perda da legitimidade.

Durante o período do Governo Collor, o cenário brasileiro ilustrou inovações tecnológicas e organizacionais, voltadas para o incremento da produtividade e da qualidade nos setores industriais e de serviços, conduzindo empresas a racionalizar os custos através das demissões, mas, também, a investir em treinamento pessoal. Esse período marcou também a propagação do processo de terceirização, configurando a precarização do mercado e das

condições de trabalho, além do processo gradativo de fusões e privatizações de empresas estatais. Essas questões, associadas a outras de ordem política, culminaram no *impeachment* do presidente no final de 1992.

Naquele momento, o país viveu sob o jugo da recessão, com queda nas taxas de produção, empregos e salários, contribuindo para a redução da atividade grevista. Como salienta Boito Jr. (1996, p. 90), “se em 1990 um total de 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo país, em 1991 esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992 despencou para apenas 2,9 milhões.”

No âmbito dessas características, a recessão foi estabilizada momentaneamente pela crise do *impeachment* e durante a gestão do presidente Itamar Franco mas, foi retomada com força no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Com o governo de FHC, o processo de reestruturação produtiva consolidou-se via política de estabilização, anunciada pelo Plano Real, com a subvalorização da moeda americana em relação ao real, associada a uma ampla facilidade para a importação, exigindo, das empresas, transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para a sobrevivência; além disso, o governo manteve elevados os juros e uma suposta reserva de dólares o que, segundo Lopez (1997), impediria o aumento do consumo (evitando a inflação) e a capitalização de dólares do exterior para investimentos especulativos.

Segundo Pochmann (1998, p. 46), desde 1990 as medidas macroeconômicas teriam conduzido o país à “uma desintegração da cadeia produtiva”, gerando, em certa medida, destruição da estrutura produtiva e do emprego, em proporções superiores ao estabelecimento de uma nova base de desenvolvimento, com forte apoio na geração de empregos.

Como atenta o autor, esses fatores permitiriam identificar que “o projeto nacional de reinserção no mundo globalizado não vem sendo acompanhado da melhora dos indicadores econômicos – base de sustentação para possíveis avanços sociais”.

A combinação de políticas recessivas como: redução do papel do Estado, abertura comercial excessiva, elevação das taxas de juros, repercutiram sobremaneira no padrão de uso e remuneração da força de trabalho.

Com efeito, verifica-se a precarização das condições e relações de trabalho e um movimento em proporções significativas do desemprego. Este último, reflete não somente a conjuntura, mas a estrutura “decorrente da formação e dos desdobramentos históricos da economia brasileira” (POCHMANN, 1996, p. 167). Para o autor em expressão, o desemprego no Brasil estaria associado

ao abandono do projeto de industrialização a partir da crise dos anos oitenta e, principalmente, do processo abrupto de abertura comercial, valorização cambial, altas taxas de juros e de reestruturação empresarial, sem acompanhamento de políticas industrial ativa e social compensatória, em curso nos anos noventa. [...] O crescimento das ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira e as altas taxas de desemprego revelam o perfil e a dimensão do desemprego atual.

Isso se refletiu no movimento sindical brasileiro ao apresentar decréscimo em sua base de mobilização operária reativa/reivindicativa, reduzindo o número de greves, principalmente nos setores industriais, já que estes, ao promoverem inovações organizacionais, teriam patrocinado a livre negociação de salários, os abonos e antecipações salariais. Esse segmento passou a assumir uma conduta defensiva tendo em vista as restrições aos direitos trabalhistas e a garantia de empregos.

É importante ressaltar que, nos anos oitenta, a organização dos trabalhadores brasileiros vivenciou um período de ascensão, contrário ao quadro daqueles trabalhadores organizados, dos países industrializados. Ao emergir do período autoritário, o movimento sindical brasileiro renovou suas demandas, estratégias e bases sociais na relação capital-trabalho, abarcando setores modernos da indústria, assalariados de classe média e trabalhadores rurais, enquanto expressiva força social no cenário político. Sob a denominação de Novo Sindicalismo, a movimentação dos trabalhadores esteve caracterizada por

empreender formas abrangentes de luta (de natureza combativa com ações ofensivas e de confronto) tanto no plano mais amplo, como naqueles mais específicos.

Todavia, em razão das mudanças organizacionais e tecnológicas, associadas ao poderio neoliberal, desencadeadas no limiar da década de 1990, modificaram a postura dos sindicatos, tencionando para a perspectiva mais defensiva e de refluxo

Como aponta Rummert (2000, p. 52), os anos oitenta apresentaram uma “rebeldia social face à rigidez do capital e do Estado e de muitos de seus aparelhos de hegemonia”. Se esse caráter marca o período, foi possível verificar, numa outra perspectiva, as

fragilidades do movimento sindical no que se refere a contribuir, de forma significativa para o processo de organização e construção de uma proposta contra-hegemônica que aglutinasse, efetivamente os diferentes setores da sociedade que aspiravam por transformações estruturais.

Na mesma direção, a autora complementa:

A cultura que emergiu no campo do trabalho, não se configurou como anunciadora e consolidadora de um novo projeto de sociedade, embora o sindicalismo combativo tenha se movido em torno de lutas contra os padrões de acumulação e a ordem excludente estabelecidos (idem, ibdem).

Por outro lado, as forças sociais detentoras do poder político-econômico mostraram-se suficientemente hábeis para reordenar, de modo novo e gradual, os elementos essenciais que compunham as condições de existência, bem como as dimensões simbólicas que emergiam, tanto no coletivo e cotidiano da sociedade, quanto dos elementos intrínseco do imaginário social.

Se até na década de 80 havia uma tendência ascendente para a incorporação da força de trabalho nos setores modernos da economia, os anos 90 assumem o contexto da exclusão da PEA (na qual se destacam jovens, idosos, pessoas com reduzida escolaridade, mulheres e negros) no âmbito econômico. A elevação nos índices de desemprego (a taxa nacional do desemprego, em 1996, atingiu 7.2% da PEA, contra 3% observados em 1989); o desassalariamento causado provavelmente pela eliminação dos empregos formais e ao

crescimento do emprego sem registro; a precarização das ocupações e da produtividade, impulsionam para a desestruturação do mercado de trabalho.

Assim, as características ilustradas no contexto brasileiro dos anos 90, permitem considerar que o desafio se amplia para aqueles que vivem do trabalho, mas, sobretudo, para aqueles desprovidos deste. Sob a lógica da exclusão e ameaça aos empregos, a resistência da classe que vive do trabalho tem-se mostrado insuficiente para responder à ofensiva do capital reestruturado.

1.5 OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO SERGIPANO

Os efeitos da reestruturação produtiva no Brasil alteraram significativamente as relações de produção e de trabalho em diferentes setores, repercutindo na composição da população economicamente ativa, bem como em outros segmentos sociais pela via da exclusão, através do aumento estrutural do desemprego, fenômeno também refletido no Estado de Sergipe.

Durante os anos de 1960, na economia local, houve um incremento de investimentos na área industrial, permitindo o acúmulo de capital que possibilitou, na década de 70, a dinamização das indústrias extrativas minerais, químicas e de transformação.

Segundo Moraes (1999), o ritmo de crescimento do setor industrial foi considerado lento até o ano de 1970, quando atingiu desempenho significativo na economia sergipana. O setor terciário, por sua vez, despontou entre 1970 e 1990 o que não ocorreu nos setores secundário e primário, evidenciando o aumento de emprego no setor de serviços, em detrimento do desemprego no setor primário, cuja causa deveu-se à queda de produção.

De acordo com Silva (1997, p. 81-86), em meio à crise do “milagre econômico”, o setor extrativo mineral sergipano (produtor de gás natural, petróleo, amônia, uréia, cloreto de

sódio e potássio) compunha, juntamente com outros Estados do Nordeste – Alagoas, Bahia e Pernambuco –, o “eixo econômico” da região. Apesar de representar o segmento mais dinâmico e propulsor da economia estadual, registrando crescimento no nível de renda de parcela da população; incremento do setor secundário e terciário; crescimento no processo de urbanização e, conseqüentemente, da construção civil, a indústria extrativa mineral e outros ramos integrados à economia nacional se uniram às oscilações do mercado interno brasileiro, naquele período de crise.

Os reflexos do incremento econômico, para a sociedade local, indicaram, porém, a “tendência nacional de degradação nas condições de vida da população e concentração de renda” demonstrada pela elevação da renda de uma parcela da população em detrimento de outra, substancialmente desempregada ou subempregada. Por outro lado, em decorrência do setor produtivo estatal e dos serviços gratuitos e semi-gratuitos terem sido ampliados pelo estado, verificou-se o aumento do emprego público (SILVA, 1997, p. 81-6).

Tal contexto desencadeou, no setor político, o processo de ascensão dos movimentos sociais. Todavia face à depreciação salarial e às condições políticas do regime ditatorial, trabalhadores dos setores público e privado – classe média – emergem como um dos agentes de mobilização reivindicatória, sendo intensificada com a transição democrática (SILVA, 1997, p. 88). É o momento em que o servidor público aproxima-se da classe operária e do sindicalismo de mesma linha, numa conjuntura política favorável à mobilização, cujo eixo central das lutas corresponde à questão salarial. As greves são constantes, mesmo com a sua ilegalidade. Em relação às políticas sociais, especialmente saúde e educação, verifica-se o “problema da deteriorização e o ‘sucateamento’”. Há indisponibilidade de recursos financeiros para promover melhorias nos serviços.

No entanto, é no advento da década de 1990 que o Estado de Sergipe se atrela aos interesses nacionais. A recessão e as mudanças estruturais, implementadas no país através da

abertura do mercado interno às importações, e de investimentos internacionais para a instalação de novos setores industriais, refletiram impactos consideráveis sobre a economia local. De acordo com Santos (1997), o crescimento econômico de Sergipe atrelou-se às políticas setoriais e macroeconômicas nacionais, bem como ao ritmo de crescimento da economia nacional, materializada através do aumento da produção nas indústrias, oriundo das “mudanças tecnológicas e organizacionais requeridas pelos novos padrões de eficiência e competitividade, cuja resultante é o aumento dos níveis de produtividade com a diminuição dos postos de trabalho”; das privatizações de empresas públicas; do desemprego, golpeando a população trabalhadora, influenciado também pela “adoção de medidas para garantir a sustentação do Plano Real” (SANTOS, 1997, p. 41-42).

Faz-se necessário salientar, porém, o momento político vivido em 1994, quando a eminência eleitoral, definiu os rumos do país, elegendo os novos representantes à presidência da República e aos governos estaduais. Em Sergipe a população elege o ex-senador e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano do Prado Pimentel Franco. O novo governador incluiu em seu discurso a geração de empregos, adoção de políticas sociais, não privatização de órgãos públicos (SANTANA, 2001).

Passados os anos, o que se verificou foi o processo de desmonte do Estado, através da implementação de medidas econômicas que afetaram os trabalhadores do setor público como adoção do PDV (Programa de Demissão Voluntária) junto aos servidores; privatização de empresas como a ENERGIPE (Empresa Energética de Sergipe)²; gradual redução de investimentos, inibindo o crescimento local; além da expressiva redução do Estado no campo de ação das políticas sociais (saúde³; educação, habitação segurança pública).

² O valor da venda da ENERGIPE foi de 520 milhões de reais, ao grupo Cataguases Leopoldina, de Minas Gerais, com participação de 40% de capital estrangeiro (SANTANA, 2001, p. 41).

³ De acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde, em 1990 Sergipe possuía 46 hospitais da rede pública, mas o número reduziu para apenas nove unidades em 1997. Já a rede privada cresceu, no mesmo período, de 34 para 42 unidades hospitalares.

No âmbito do mercado de trabalho, não se constituiu exceção à realidade brasileira, na qual mudanças estruturais, sobretudo a partir da década de 90, apontaram a questão do emprego como o grande desafio.

Esse caráter não decorre de uma fatalidade, mas do fato de que a presença hegemônica do pensamento neoliberal no Brasil também se refletiu em Sergipe, de modo a dar sustentação às práticas político-econômicas inspiradas no ideário.

De forma ilustrativa, foi possível evidenciar uma tendência decrescente no tocante ao emprego industrial. No período compreendido entre 1992/1996 foi possível constatar, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos – CAGED/MTb, que o desemprego na indústria atingiu o índice de 60%, contra 6,1% do setor de serviços e 3,6% de atividades agrícolas. Em contrapartida, o setor terciário admitiu força de trabalho em torno de 60% – sendo 38% para os serviços contra 22% para o comércio. Constatou-se que o setor de serviços absorveu os novos profissionais valorizando, principalmente, a qualidade do trabalho a ser desenvolvido, “[...]seja de forma individual ou em associação entre pequenos grupos de técnicos especializados[...]” (FAPESE, 1996, p. 43).

Uma segunda tendência verificada diz respeito à taxa de crescimento anual da População Economicamente Ativa (PEA), apresentando 5,1% em 1995, crescimento atribuído à inserção progressiva da força de trabalho feminina⁴, sobretudo em áreas urbanas; verifica-se também a redução do poder aquisitivo da população ocupada, induzindo o ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho. O trabalho informal também foi apontado como outro aspecto vinculado ao desemprego.

A redução da força de trabalho no setor agrícola, substituída por setores industrial e de serviços constitui uma terceira tendência. Enquanto nas regiões mais desenvolvidas do país o

⁴ A participação da mulher na atividade econômica teve seu apogeu nacional nas décadas de 70 e 80, concentrada em atividades industriais, prestação de serviços e atividades sociais (saúde e educação), embora as diferenças salariais ainda se preservem.

fenômeno é conseqüente do processo de modernização da agricultura, em Sergipe os indicadores correspondem à modernização incipiente da agricultura – restrita à fruticultura e às unidades produtivas –, desarticulada pela inexistência de complexos agro-industriais.

Na concepção neoliberal, segundo Borón, “o desemprego, longe de ser preocupante, passa a ter uma conotação positiva, representando um forte sinal de que a economia está se ‘reestruturando’, modernizando, tornando-se mais competitiva e, evidentemente, premiando os mais capazes” (*apud* RUMMERT, 2000, p. 54).

Nessa perspectiva, os estudos realizados em Sergipe, sobre a inserção da população economicamente ativa, indicaram o setor de serviços como o responsável pela maior absorção da força de trabalho gerada na economia sergipana, embora o fenômeno da terceirização permita uma queda da incorporação da PEA nos setores produtivos, assim como a privatização em alguns setores, que reduziram o seu quadro funcional, como foi o caso da ENERGIPE (Empresa de Energia Elétrica de Sergipe).

De acordo com Souza (1997), entre 1988 e 1993 houve diminuição na oferta de emprego, com destaque para a indústria de transformação, construção civil, serviços de administração pública e agricultura. Este fator estaria possivelmente associado à intensa crise que abateu o país na década de 80, acompanhada da instabilidade econômica, fato que conduziu o Estado de Sergipe a elevar o número de contratação sem carteira assinada, desprotegendo o trabalhador, ao passo em que manteve o índice de desligamento superior às admissões entre 1995 e 1996, com destaque para a contratação no setor de serviços.

Outro fator importante está na queda de emprego do setor extrativo mineral, que em Sergipe representou, durante algum tempo, a base de desenvolvimento do Estado, mas entra em esgotamento contrário à indústria de transformação.

No âmbito dos movimentos sindicais, o Estado de Sergipe demonstrou similaridades em relação ao contexto nacional. As manifestações restringiram-se aos trabalhadores dos

serviços da esfera pública. A organização sindical patrocinou sua participação através de greves, lutas contra a privatização de empresas públicas, embora num contexto mais amplo a redução dos direitos e garantias sociais tivesse inibido o poder e as ações dos movimentos sindicais.

A nova matriz tecnológica (a revolução microeletrônica, informática, robótica) associada à nova tecnologia de gestão, às alterações no mercado, à desagregação de organizações sociais e ao desmantelamento do estado de bem-estar, atingiram o mundo do trabalho tanto para aqueles inseridos no emprego regular, como para os trabalhadores informais, pois exigiram novas qualificações da força de trabalho, na forma de polivalência ou multiqualificação, e novas relações de poder. O desemprego, por sua vez, atingiu parcela crescente da força de trabalho, que foi substituída por novos equipamentos automatizados, pelo uso cada vez mais ampliado da informática e pelas mudanças na organização da produção (FAPese, 1996).

Sob o jugo da produção flexível o trabalhador vem assumindo novas tarefas, reunindo o pensar e o fazer através de novas determinações que o qualificam para os interesses específicos do mercado. No universo do mercado formal sergipano, o nível de escolaridade, apesar de representar elemento fundamental ao processo de admissão, ainda é insuficiente, pois há necessidade de profissionais instruídos e qualificados. Para Santos (1997, p. 50), “neste contexto o desemprego pode ser caracterizado como um problema político, vez que, se a educação foi priorizada no conjunto das políticas sociais, o jovem estará mais preparado para o setor produtivo”.

O ajuste econômico adotado pelo governo federal para garantir a sustentação do Plano Real, implicou em reversão do crescimento, concorrendo o pouco incremento do emprego ao provocar perdas substantivas nos postos de trabalho (FAPese, 1996).

No caso de Sergipe as perdas atingiram, no mesmo período, cerca de 13 mil empregos, fenômeno este evidenciado desde os anos 80, no país, justificado pelas mudanças tecnológicas e organizacionais, oriundas dos novos padrões de eficiência, competitividade e produtividade, revelando diminuição dos postos de trabalho regular, em substituição ao processo de terceirização da atividade produtiva.

Por outro lado, o processo de globalização influenciou na queda do emprego industrial, na medida em que o comércio internacional proporciona a importação de produtos de consumo, que substituem similares nacionais produzidos pelo parque industrial brasileiro. A persistência desses fatores causou impactos para os trabalhadores da indústria, na medida em que tendem a migrar para outras áreas, particularmente a área dos serviços, devido ao valor atribuído à qualidade do trabalho profissional a ser desenvolvido.

Essa tendência decrescente do emprego industrial refletiu-se ainda no trabalho informal, caracterizado pelo aumento do emprego sem carteira assinada e por conta própria. Como indicador das peculiaridades do mercado de trabalho, verificou-se que mais da metade dos assalariados (50,9% em 1995) não possuía carteira assinada, reforçando as formas precárias de trabalho vigentes no Estado. Esse dado, ao tempo que acena para a precarização da inserção de vastas parcelas da população ocupada em atividades econômicas informais, aponta para a necessidade de sobrevivência dos contingentes excluídos do mercado de trabalho, em atividades de baixa remuneração (FAPese, 1996, p. 49-51).

Como atenta Rummert (2000, p. 65), foi

nos anos de 1990 que se tornou mais evidente, em nosso país e, em geral, na América Latina, a substantiva transformação da classe trabalhadora. Registra-se, então, a sensível redução da classe operária industrial, simultânea à ampliação das diversas formas de trabalho precário.

Quando se analisa a participação dessas atividades na geração de emprego e na absorção de empregados com carteira assinada, observa-se que apesar de o setor industrial desempenhar papel significativo na economia sergipana, impulsionando o desenvolvimento,

foi o setor terciário (comércio e serviço) responsável por relativo aumento do ingresso no mercado de trabalho.

Para se adequar ao novo padrão de acumulação vigente no mundo, os estabelecimentos industriais do Estado promoveram transformações através do incremento de equipamentos e aplicação da informatização nos diferentes setores da economia sergipana⁵, de forma a acompanhar o processo de reestruturação produtiva no contexto mais amplo da economia globalizada, em busca de mercados, bens e serviços disponíveis no comércio internacional, e maior competitividade.

Dentro dessa perspectiva, verificou-se a implementação dos Programas de Qualidade Total (PQT) no cenário empresarial sergipano. Apesar da reduzida participação dos estabelecimentos nesses programas, o interesse demonstrado pelos quatro setores, em desenvolver estes PQT, em parceria com outras instituições, evidenciou o caráter associativo, próprio da perspectiva empresarial, na busca de soluções para enfrentar a competitividade do mercado, mesmo que de forma incipiente.

Embora houvesse essa tendência, observou-se, de modo particular, a reduzida percepção do empresariado sergipano no processo de modificação do mercado de trabalho em nível mundial, na medida em que a qualidade, como um instrumento de melhoria e desenvolvimento de sua empresa, não fazia parte de sua estratégia de planejamento.

A introdução e o desenvolvimento desses programas de qualidade, aliados ao uso da informática, tenderam a um processo de demissões, pois investimentos com automação e equipamentos de ponta substituem aqueles dirigidos à força de trabalho. Se as causas conjunturais apontam para o fenômeno do desemprego, somam-se a estas o processo das inovações organizacionais e tecnológicas, pois as atividades eliminadas por essas inovações,

⁵ Conforme a pesquisa desenvolvida pela FAPESSE (1996, p. 70), a informática foi adotada em 85,7% do setor de serviços; 76,5% no comércio; 76,4% na indústria e 33% na agropecuária.

desempregam pessoas que não são incorporadas em outros postos de trabalho gerados pelas novas atividades, em um mercado cada vez mais exigente e altamente globalizado.

Dentro dessas exigências, aponta-se o nível de instrução como elemento essencial às demandas impostas pelo processo de reestruturação econômica, razão pela qual a ênfase na qualidade da educação constituiu elemento central no debate da última década do século XX⁶.

Como destaca Antunes (1995b, p. 16), apesar dessa transformação na forma do trabalho, ocorreu um processo antagônico, ou seja, se por um lado, apresenta demandas de maior qualificação, de outro, relega a maior parte dos trabalhadores a ocupações que demandam baixos níveis de conhecimento.

Em Sergipe, o setor industrial não utilizava, até aquele momento, a escolaridade como critério para contratação de mão-de-obra. Já no setor de serviços observa-se uma sensível melhora, tendo em vista esse setor contemplar atividades de educação e saúde, que exigem uma melhor qualificação da mão-de-obra empregada. De fato, a nova base técnica vem demandar processos de trabalho mais integrados, definindo novas competências para o trabalhador, nas quais a formação, via educação, assume papel de destaque.

Experiência aliada à qualificação profissional, seguida pela escolaridade, passaram a constituir elementos centrais no processo de contratação. Todavia, para o caso sergipano, verifica-se o atraso significativo de parcela do empresariado do setor industrial, ao não exigirem níveis relativos de escolaridade e não alertarem para as novas exigências impostas pela modernização da economia, na qual a escolaridade e a qualificação são os condicionantes mais importantes em curso no mundo. Essa particularidade pode ter relação com o próprio perfil desse setor, que define regras de dominação a fim de preservar a docilidade e

⁶ Essa questão será discutida no capítulo seguinte.

passividade dos trabalhadores, cumprindo sua função básica: o processo de exploração para a produtividade.

Mesmo com as demandas requeridas para o trabalhador, especialmente em relação à qualificação profissional, a falta de investimentos numa política educacional não permite que a grande massa dos trabalhadores esteja preparada para assumir as vagas que o mercado dispõe. Em Sergipe a situação se agrava devido aos baixos níveis de escolaridade da população, comprometendo o processo de qualificação e preparação da mão-de-obra, para as novas exigências do trabalho.

Por outro lado, enquanto os novos paradigmas se caracterizam por investir na qualificação dos recursos humanos, Sergipe adota posição oposta à tendência global, limitando uma pequena parcela do empresariado a demonstrar preocupação com a sobrevivência do seu empreendimento. A resultante desse processo é a crescente utilização do emprego temporário ou terceirizado, em detrimento do trabalho regular.

Numa direção análoga à maioria dos Estados brasileiros, a difusão das novas tecnologias e métodos organizacionais, em Sergipe, vem sendo implementada em ambiente marcado por distorções profundas, tais como elevadas taxas de rotatividade da força de trabalho, relações conflituosas e baixo nível de envolvimento, tanto empresarial, como por parte dos trabalhadores com formação profissional e qualificação.

As informações aqui apresentadas evidenciam que as mudanças em curso no processo de produção, subordinadas ao capital, afetaram significativamente os trabalhadores submetendo-os a um processo de precarização das condições de trabalho, além de modificar a classe-que-vive-do-trabalho no âmbito da materialidade e da subjetividade, como adverte Antunes (1995b).

Essas transformações afetam as relações de trabalho e também o cotidiano do trabalhador – os direitos à educação, ao lazer, à vida privada de modo geral –, enquanto o capitalismo – modo societário sob o qual essas transformações ocorrem –, permanece.

Para atenuar as contradições definidas pela economia de mercado internacional, garantir a ordem e ocultar as conseqüências do capitalismo, “criam-se mecanismos políticos e econômicos que garantam a reprodução do sistema e formem um amplo aparato ideológico que procura naturalizar e eternizar esse modelo de sociedade” (SANT’ANA, 2000, p. 78). Assim, o neoliberalismo firma-se como a ideologia do sistema capitalista: corpo teórico, doutrinário, como suporte de legitimação de caráter hegemônico, capaz de transformar suas verdades em senso comum.

Sob essa marca o Brasil e, particularmente, Sergipe viveram as transformações no curso dos anos noventa, regidas, pelos interesses hegemônicos internacionais, que desmantelaram direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e engendraram mudanças na materialidade das relações sociais de produção, na cultura e no âmbito político.

Numa tentativa de recuperar os diferentes contextos, mesmo que de forma breve, chega-se a um capitalismo “pós-industrial” que demanda, dentre outros fatores, uma sociedade do conhecimento; e um ideário, que (re)apresenta como via de superação das desigualdades – entre países, grupos, frações de classe, indivíduos –, a educação.

Nessa perspectiva, ganham dimensão os projetos societários do capital e do trabalho que enfatizam a temática educacional, ao nível dos discursos, de modo a difundir esse projeto de sociedade, que se pretende hegemônico no Brasil.

A educação possivelmente representou uma das marcas da década de 1990 no Brasil, e a educação de qualidade, objeto maior de referências. Como ressalta Rummert (2000, p. 16), essa questão integrou a pauta de reivindicações das entidades representativas dos empresários, dos trabalhadores e das diversas instâncias do poder do Estado. Emergiu como ponto de

consenso, à primeira vista, mas assumiu significados plurais, de modo a conquistar e manter a hegemonia.

Para compreender a questão serão tecidas, na seção seguinte, de modo específico, algumas considerações teóricas sobre as categorias hegemonia, ideologia e discurso, enquanto elementos definidores dos rumos da educação e da sua política; enquanto parâmetros de análise do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no ensino de 1.º e 2.º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AO NEOLIBERALISMO

De acordo com a abordagem do capítulo anterior, o modelo produtivo fordista-keynesiano, instalado no segundo pós-guerra, começou a apontar sinais de declínio e fora substituído pelo padrão de acumulação flexível. Com o processo de mudanças patrocinado pela reestruturação produtiva, os efeitos recaíram sobre a sociedade, os trabalhadores e suas organizações.

O salto tecnológico foi visível. A microeletrônica, a robótica e a automação revolucionaram a cadeia produtiva ocasionando, dentre outros fatores, a redução do nível de emprego. A qual a multiplicidade de funções dirigidas a um mesmo trabalhador substituiu o caráter parcelar do trabalho

No final do século XX, particularmente na década de 1990, o tema educação passou a ocupar lugar privilegiado no cenário brasileiro. As discussões permearam, além do Estado, as esferas do trabalho e do capital, cujos projetos societários realçaram a qualidade, enquanto elemento estratégico de discurso. O alcance vem sendo empregado, sob diversas conotações e para diversos fins, por um espectro de forças e correntes políticas.

Ganharam evidência questões relativas à educação e às relações que esta mantém com o mundo do trabalho. Dentre elas, a qualidade da educação se constituiu em um dos eixos temáticos a nortear vários estudos, que procuraram compreender os nexos dessa relação.

A partir da dinâmica atual que se impõe à sociedade, aos trabalhadores e às suas organizações, há necessidade de recuperar categorias fundamentais de análise, capazes de instrumentalizar a compreensão sobre as mudanças, sob o viés hegemônico e ideológico, com reflexos para o discurso.

2.1 DISCUTINDO PARÂMETROS DE ANÁLISE DO SINTESE: HEGEMONIA E IDEOLOGIA

Todo trabalho requer referências teóricas, no caso específico, elas são os “parâmetros iniciais de análise de uma situação concreta”: o estudo sobre Sindicalismo na Educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE. Nesse sentido, a apropriação das contribuições de Gramsci (1978), através de autores nacionais como Gruppi (1996) e Chauí (1994), foi necessária para compreender o real, capturando as categorias hegemonia e ideologia. Nessa mesma perspectiva, Rummert (2000), Velasco (2001) e Pereira (2001) também ofereceram valiosas contribuições acerca do discurso, enquanto estratégia necessária à defesa dos interesses de uma categoria.

Hegemonia, no sentido tradicional, significa dirigir, guiar, conduzir. Gramsci entende como dominação, no sentido de ditadura do proletariado, para “salientar a função dirigente, a conquista do consenso, a *ação de tipo cultural e ideal* que a hegemonia deve desempenhar” (GRUPPI, 1996, p. 78). Quando o filósofo italiano analisa a ditadura do proletariado, inclui a dominação e o consenso, a coerção e a persuasão.

Para Gruppi (1996, p. 81)

a hegemonia é impossível sem uma exploração do terreno nacional. A hegemonia é justamente a capacidade de descobrir a especificidade nacional, as características específicas de uma sociedade determinada. A hegemonia é conhecimento, além de ação, por isso é conquista de um novo nível de cultura.

Para o pensamento gramsciano, manter coeso e em consenso o bloco histórico (conjunto de forças políticas e sociais), estrutura econômica e Estado, faz o uso da ideologia, bem como da influência política. É a ideologia “que permite manter unidas classes sociais diferentes com interesses até opostos, antagônicos” (GRUPPI, 1996, p. 82). As classes populares, por não possuírem sua própria concepção de mundo, absorvem a cultura dominante de modo heterogêneo e acabam manifestando uma subordinação ideal, cultural.

A necessidade de superação é fundante para que a classe subordinada alcance autonomia (via partido, concepção cultural, linha política), a fim de conquistar sua hegemonia antes mesmo do poder.

Para Gramsci, “O processo da hegemonia das classes subalternas é então um processo de unificação do pensamento e da ação política”, isto é, são dois elementos que unidos por um processo de educação crítica possibilitam a construção de uma nova cultura, dita “revolucionária, de reforma intelectual e moral” (GRUPPI, 1996, p. 83).

A partir da perspectiva gramsciana, Rummert (2000) compreende que a hegemonia é um elemento de disputa das forças sociais – grupos caracterizados por se aglutinar, se aliar ou se enfrentar – em busca de interesses comuns e imediatos, econômico-corporativo; por reivindicar, de forma conjunta, e provocar alterações de caráter jurídico, legal e administrativo; por consolidar a construção de um projeto hegemônico ou contra-hegemônico.

Os grupos sociais concebem formas distintas de compreensão e ação sobre a realidade e, nessa dinâmica, a disputa hegemônica se dá através de projetos societários. Esta idéia de projetos societários remete à concepção desenvolvida por Netto (1999, p. 93). Segundo ele,

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um *projeto*, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação de valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la.

Em suas reflexões o autor designa projetos societários como um tipo de projeto coletivo, ou seja, “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser constituída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”.

Os projetos societários constituem uma modalidade de projetos coletivos, cuja particularidade está em apresentar, como “nível de abrangência e inclusividade”, propostas para o conjunto da sociedade.

Netto (1999, p. 94) chama atenção para o fato de, necessariamente, existir nos projetos societários uma dimensão política, envolvendo relações de poder, pois “constituem estruturas flexíveis e mutáveis: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas”.

Em sua concepção, é somente a partir das conquistas e garantias das liberdades políticas elementares, que os projetos societários distintos podem se confrontar e disputar a adesão dos membros da sociedade, isto é:

Mesmo num quadro de democracia política os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes (NETTO, 1999, p. 94).

Nesse sentido, pode-se depreender que diferentes projetos societários transitam num dado momento histórico democrático, porém, as disputas hegemônicas constituem-se nos confrontos que definirão o projeto societário.

Dentro dessa concepção, um outro aspecto é recuperado pela concepção gramsciana: trata-se da direção cultural que o grupo dirigente ou o que se propõe a ser, exerce, via ação educativa, sobre a sociedade e o conjunto de indivíduos que a integram. Entre os dominantes e dominados, superiores e inferiores, dirigentes e dirigidos, a relação pedagógica se faz presente.

Para manter esse estado hegemônico, torna-se necessário “manter sob controle as forças sociais heterogêneas, através do convencimento, da busca de consenso”, a fim de impedir que antagonismos e/ou uma suposta crise social, aflorem (RUMMERT, 2000, p. 27).

Além desses aspectos, para a disputa, a conquista e a manutenção da hegemonia, pressupõe ser necessária a difusão de uma ou diferentes concepções de mundo, mas também o confronto faz parte da dinâmica que dá vida a esse processo, tanto na realidade, quanto na forma de atuação sobre ela.

Sobre essa questão, torna-se necessário recuperar o significado de ideologia, embora não se avance nas reflexões. De antemão, faz-se imperioso expressar que as concepções aqui apresentadas incidem sobre o caráter inspirado na teoria marxista, que aponta a ideologia como mecanismo de ocultação da realidade, para atender interesses de uma dada classe.

A partir da formulação inspirada em Marx, em relação à ideologia, é oportuno apresentar a concepção elaborada por Chauí (1994, p. 21), quando indica que os homens

produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.

Por intermédio da ideologia os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Na realidade do SINTESE, a ideologia se manifesta como elemento necessário à prática de dominação.

Para Gramsci esse conceito se amplia na medida em que aparece “como veículo aglutinador e organizador das diferentes forças sociais” (RUMMERT, 2000, p. 30). Tal sentido indica que existem, no tecido social, diferentes ideologias, manifestadas em diferentes grupos, culminando em níveis de elaboração e complexidade também distintos.

Essa questão é pertinente em alguns espaços, onde são elaboradas e/ou difundidas as ideologias como: igrejas, sistemas escolares, meios de comunicação de massa, organizações culturais, profissionais e sindicais, além das classes representadas pelo capital e pelo trabalho, no âmbito da sociedade.

Todavia, é oportuno destacar o que afirma Chauí (1994, p. 10-11), quando indica que:

um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tornar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.

Nesse sentido, está um aspecto essencial da ideologia hegemônica no modo de produção capitalista, que “reside em obscurecer a percepção dos conflitos inerentes à sociedade de classe” (RUMMERT, 2000, p. 30).

O autor ainda entende que essa concepção, quando produzida e difundida pela classe dominante, na realidade “expressa as representações que essa classe tem da realidade, de si própria e de seu papel como condutora da totalidade social” (Idem, *ibidem*).

Em se tratando de frações de classes dominadas, a ideologia que circunda sua concepção de mundo “é constituída por número significativo de elementos construídos a partir de valores aparentemente antagônicos aos seus interesses de classe que, na maioria das vezes, prevalece” (RUMMERT, 2000, p. 31).

Na dinâmica das ideologias, independente o grau de conflito que lhes possa conferir, “abrigam representação, imagens, valores, projetos, padrões de comportamento e interdições”. Por outro lado, no “sentido cultural e político, desempenha funções ordenadas na sociedade, que se concretizam por meio das linguagens [...] na medida em que são criados e amplamente difundidos discursos explicativos sobre a realidade [...]” (RUMMERT, 2000, p. 36). Dentro dessa perspectiva, a disputa hegemônica também passa pela elaboração, articulação e difusão de discursos.

Na pauta do discurso do SINTESE, uma questão sobressai: supõe a pretensão de estabelecer a validade dos enunciados sustentados no convencimento, sob argumentos de fundamentação universalizantes.

Na obra “Ética do discurso”, Velasco (2001, p. 11-12), indica que “para a teoria dos atos de fala, por exemplo, a linguagem não é apenas um fato institucional objetivamente regulado, mas constitui a condição de possibilidade de fatos institucionais objetivamente regulados, tais como fazer promessas, proclamar leis, etc.”.

A linguagem, usada de forma comunicativa, chama-nos a atenção para a circunstância de que, na argumentação, costuma-se aludir à necessidade de uma conexão entre os discursos e as ações, embora a contradição se manifeste.

De acordo com Velasco (2001), o discurso expõe o signo do convencimento na medida em que transmite, através da linguagem, interesses particulares e estratégicos, apoiados em argumentos universais capazes de sustentar uma ideologia transformadora.

No plano das disputas hegemônicas diferentes discursos se manifestam de modo a dissertar interesses e necessidades de classe. Não é difícil compreender essa perspectiva quando, por exemplo, depara-se, nos dias atuais, com os discursos de representantes do Estado, da classe trabalhadora e dos capitalistas, especialmente no tocante à educação.

Como indica Amaral *apud* Silva (2001, p.83):

O discurso é produzido em um determinado momento histórico social [...] e responde às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência na sociedade. O discurso é uma materialização das formas ideológicas; é, por isso, o espaço por excelência de expressão da palavra; a instância e quem a palavra cumpre sua função, manifestando-se como produto das relações e das forças sociais.

Essa compreensão vai além da gramaticalidade, pois o que está essencialmente manifesto no discurso é a “sua aceitabilidade, não no sentido, mas o valor, isto é, o interesse despertado e o poder do discurso no grupo social” (PEREIRA, 2001, p. 141).

Por outro lado, o sociólogo francês Bourdieu (*apud* PEREIRA, 2001, p. 141), afirma que,

para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólica que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que estejam *impossibilitados de falar* (por exemplo, as mulheres) ou devam *conquistar* seu público enquanto outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes).

O discurso constitui-se em elemento, não somente expresso através da linguagem, mas que se amplia num momento histórico social, manifestando-se de formas múltiplas pela disputa hegemônica e sustentada por ideologias.

Configurado pela hegemonia, ideologia e discurso, a ênfase da qualidade da educação assumiu, dentro de uma realidade contraditória e complexa, significados diversos com predomínio para a educação básica. Tal questão “integra a pauta de reivindicações tanto das

entidades representativas dos empresários, quanto das que representam trabalhadores, sendo, também, tida como prioritária no discurso daqueles que representam as diferentes instâncias do poder do Estado” (RUMMERT, 2000:16).

Nesse aspecto, o discurso é recorrente por possuir razões determinadas para surgir e se conservar. Essas razões, produzidas pelas relações sociais, supõem modalidades ideológicas particulares.

O discurso aponta de forma bipolar a sua manifestação. Assim é que, de um lado tem-se a ocultação, a manifestação do que realmente denota, ou seja, mantém uma obscuridade no teor de sua mensagem, como estratégia de manutenção; de outro, torna-se evidente, visível, claro e perceptível, aspectos que interessam particularmente àqueles que se manifestam, verbalizam a mensagem como forma de disseminar idéias capazes de se legitimarem como verdadeiras.

Concomitantemente o discurso se modifica de modo correspondente às transformações do homem e do mundo, ao tempo em que, esse mesmo discurso, é capaz de manipular os homens e suas idéias. São esses homens que, dentro de um determinado conjunto de relações sociais, executam seus próprios fins e interesses, assentados em pressupostos ideopolíticos, ora progressistas, ora conservadores. Como conseqüência, essa perspectiva poderá sinalizar uma tendência à despolitização da sociedade civil.

No caso particular, as esferas do Estado, do capital e do trabalho expõem maneiras específicas de conduzir o discurso, através de argumentos comuns e particulares. No aspecto comum está a universalização, enquanto princípio necessário ao acesso e ao desenvolvimento do indivíduo e, mais amplamente, da nação. Em relação às particularidades, essas esferas (Estado, capital, trabalho) expõem maneiras específicas de conduzir o discurso através de argumentos singulares, no qual a produtividade, competitividade e o lucro são emblemáticos para o capital; as exigências políticas externas, de organismos internacionais, e o ideário

neoliberal, acompanhado da função hegemônica, são assumidos pelo Estado; a questão salarial e política, bem como a contra hegemonia são demandas do trabalho, que envolve o cenário em suas entrelinhas. Essas questões expõem um caráter contraditório do enunciado, pois desejam de todos o reconhecimento da argumentação ao tempo em que não o cumpre no agir.

O Estado cumpre o papel de controle a partir dos serviços públicos prestados, como é o caso da educação, utilitária à instrução e à cultura pública, ao tempo em que esse mesmo Estado exerce função hegemônica. Nessa perspectiva, ele estabelece uma relação de controle junto à educação, no sentido de incrementar o nível técnico-cultural da população e responder assim às exigências do desenvolvimento das forças produtivas.

Ressalta-se que é na sociedade civil que se trava a grande batalha entre concepções opostas de mundo, ou seja, nesse *locus* a luta hegemônica entre os setores se manifesta para disseminar amplamente a cultura, a ideologia na vida social e cultural. O processo também se faz no âmbito contra-hegemônico.

O trabalho, por sua vez, assume, como projeto e ação, superar as formas de consciência existentes, difundidas no senso comum através da filosofia dominante e da visão de mundo das classes, também dominantes; ou seja, romper a concepção de mundo, impregnada nas classes subalternas, pela via intelectual e moral, política e partidária, criando e popularizando um novo senso comum, resultado da elaboração crítica da filosofia da práxis e da luta política das classes populares. Por sua vez, denuncia as desigualdades e formula idéias e alternativas, capazes de ajudar a refletir e construir uma escola e uma sociedade, na qual o direito à educação ultrapasse uma formal promessa.

O Estado, representado por seus intelectuais, assume o discurso da qualidade produzindo uma adesão conformista, na categoria dos trabalhadores subordinados ao regime,

e utiliza a escola como instrumento de divulgação e difusão de direitos e deveres, concepções de mundo capazes de atingir o nível cultural e moral da população num tom conformista.

No discurso, a unidade da mensagem passa por um processo de metamorfose que combina interesses convergentes e divergentes, capazes de transformar ou sedimentar idéia.

Para os propósitos deste estudo entende-se que, no âmbito do Estado, do capital e do trabalho, comungam uma unidade no discurso, qual seja, **o discurso da qualidade do ensino como meio de transformar, através da educação, os indivíduos potencialmente produtivos**. A divergência está nas estratégias e na essência (interesse latente) desse discurso, que consiste em utiliza-lo como instrumento de existência e legitimidade para os que o fazem (produtores), ou seja, manter e subsistir os homens e suas relações. Por outro lado, seja no Estado, no capital e no trabalho, as representações indicam grupos cujos interesses podem estar inscritos como questões sociais, problemas – objeto de ações políticas concretas, sem efetivar uma ação política concreta, em virtude da subalternidade cultural histórica.

A educação tratada como solução e superação de problemas de ordem nacional, internacional, como desenvolvimento, vista como vetor indispensável à construção de uma nova sociedade, tornou-se objeto de atenção por parte da burguesia industrial e setores envolvidos.

Por sua vez, a qualidade da educação ou do ensino converteu-se em objetivo prioritário ou de especial consideração, compartilhado nos diferentes meios, como: organismos internacionais, organização de professores, centrais sindicais, empresários, autoridades educacionais, estudantes, teóricos e especialistas. O emprego do termo se justifica em propostas das mais variadas (desde aquelas conservadoras até as mais progressistas), metas a serem atingidas e até mesmo eixo de discurso. Assume ainda outros sentidos como uma palavra de ordem mobilizadora, em um grito de guerra em torno do qual se devem juntar todos os esforços.

Embora o termo seja polissêmico, ele se tornou central no tocante à problemática da qualidade, que vem substituir a problemática da igualdade e da igualdade de oportunidades. Se a demanda por qualidade em educação existe, isso se deve, antes, ao fator da quantidade, ou seja, o processo consiste em atender às demandas da população, via acesso aos níveis de ensino pelos poderes públicos, para posteriormente abordar os aspectos qualitativos.

As breves considerações acerca das categorias aqui abordadas, são fundamentais para apreender, como parâmetro de análise das práticas expressas pelo Sindicato, objeto desse estudo. São necessárias também para compreensão das questões pertinentes à educação e à política educacional, sob os desafios da reestruturação produtiva e do neoliberalismo brasileiro abordados a seguir.

2.2 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Para o caso brasileiro, o quadro educacional nunca recebeu tamanha atenção como nas últimas décadas do século passado, sobretudo no transcurso da reestruturação produtiva e do ideário neoliberal (de modo mais geral), e no transcurso da Constituição Federal Brasileira de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9.394/96), no plano particular. O debate sobre a qualidade da educação, apoiada nos preceitos democráticos, ou mesmo às exigências dos novos paradigmas produtivos, assumiu proporções de destaque no cenário nacional.

Apoiadas em bases materiais de produção e na organização do trabalho, típicas dos modelos fordista, as ações educativas se voltaram para a questão da qualidade, refletidas nas suas estruturas e nos conteúdos. Como destaca Fogaça (1992, p. 22), no sistema educativo “consolidou-se a separação entre o ensino acadêmico, ou de educação geral, destinado às profissões ‘intelectuais’, e o ensino técnico profissional, que embora contemple conteúdos de

educação geral, privilegia a ‘parte profissionalizante’, isto é, as habilidades e conhecimentos específicos de uma ocupação”.

Já Frigotto (1996, p. 18) realça a educação brasileira dos anos 60 e 70 “reduzida pelo economicismo, o mero fator de produção – capital humano”, delineadas por profundas transformações vividas pelas sociedades de classe, no ocaso do século passado, especialmente materializada em inúmeras formas de exclusão, violência e barbárie

à luz da atual hegemonia dos regimes neoliberais e neoconservadores (tanto na América Latina quanto número nada desprezível dos países de Primeiro Mundo), e reconhecendo as novas condições materiais e culturais criadas a partir da crise do regime de acumulação fordista, de seus Estados de Bem-Estar e da própria reorganização (ou desorganização) da classe operária que é derivada de tal processo (GENTILI *apud* FRIGOTTO, 1996, p. 13).

No caso brasileiro “os efeitos do economicismo na política educacional reforçado pela ideologia de regime militar, ficou expresso pelo desmantelamento da escola pública e reforço da educação como ‘negócio’”. Por conseguinte, o descaso do Estado com a *educação* e o sucateamento da rede de ensino constituem uma ‘política social’ que favorece a emergência e a consolidação de interesses privados na área.

O descompromisso do Estado no âmbito desta política específica, devido ao favorecimento explícito para setores privados, cuja lógica da concentração de riqueza, do caráter mercantil, acaba por subalternizar e derrotar o anseio por satisfação da necessidade social.

E o ‘social’, eivado de boas intenções, não passa de *estratégia de legitimação* das condições e dos mecanismos necessários à preservação, revitalização e êxito das ações do capital, o que equivale a buscar, permanentemente, a coesão em torno do padrão dominante de relações humanas, o das relações sociais capitalistas. Sob tal ótica o caráter estratégico, enquanto elemento de legitimação é reafirmado e complementado.

Essa discussão também se desenvolve no plano da reestruturação produtiva, mas assumindo características particulares, mediante o tipo de desenvolvimento econômico e

social adotado no Brasil. Como adverte Carvalho (1994, p. 105), as exigências de um novo perfil profissional, com “capacidade de abstração, raciocínio crítico e presteza de intervenção”, conduziram os países mais industrializados a incrementar investimentos no setor educacional, já que os elementos acima são determinantes e por isso “o grau e a qualidade da escolaridade formal terminam por ter impacto direto sobre a produtividade do trabalho”.

Na realidade brasileira as evidências são contrárias. Mesmo tendo vivenciado o processo de industrialização de forma marcante, o baixo dinamismo tecnológico não foi capaz de atingir os efeitos inerentes aos países mais desenvolvidos. Historicamente, prevaleceram (e ainda prevalecem) no Brasil processos de trabalho industrial com baixo grau de automação, fragmentado e simplificado e que, por isso, reflete uma força de trabalho semiquificada ou não-qualificada, com baixo grau de escolarização formal e cujas experiências de treinamento são de curta duração. As empresas nacionais investem pouco em capacitação e formação do trabalhador, quando comparadas aos padrões internacionais manifestos em processos de modernização e difusão de novas tecnologias e técnicas organizacionais (CARVALHO, 1994, p. 108-109).

É no conjunto dos requisitos profissionais, impostos pelas novas tecnologias, que surgem os desafios na esfera da educação, na medida em que são propostas novas orientações educacionais, em particular, o tipo de formação que poderá estar sendo requerida.

Contudo, não se pode desconsiderar o fato de que a escola se reproduz em meio ao desemprego, ao subemprego e ao aumento sem precedentes da exclusão social nas grandes cidades. Inserido no âmbito das demandas dos educadores, o debate e as ações estiveram circunscritos em uma luta por garantia de ensino público, gratuito e com padrão de qualidade.

Os movimentos sociais e a ação sindical, enquanto manifestações de práticas políticas, da consciência e da cultura de segmentos organizados, reivindicam qualidade do ensino, além de atuarem como “grupos de pressão”.

Houve um entrelaçamento entre a luta política e educacional verificada em 1968, quando a educação atingiu seu ápice de crise, em meio às pressões de movimentos políticos de subversão da ordem social, como estudantes e docentes; e de conservação da mesma dirigida ao governo militar. Mas, em relação aos anos 1990, estratégias estariam sendo utilizadas na tentativa de massificação dessa bandeira, frente às mudanças ocorridas nos movimentos e, especificamente, nos sindicatos, no sentido de reivindicar seus interesses.

É possível ilustrar, no caso brasileiro, que no âmbito do capital, o discurso da qualidade pode surgir, como ressalta Druck (1998, p. 46), em “resposta a uma situação econômica recessiva” e, enquanto “estratégia empresarial de resposta à mobilização operária infra e extrafabril por maior participação e democracia”. Por certo estas modalidades discursivas soam em períodos particulares, como a década de 1980, cujo cenário ilustrava uma situação econômica recessiva, uma cultura de gestão centralizadora e autoritária, e uma organização sindical resistente aos desígnios capitalistas empresariais, adoção de novos modelos de gestão do trabalho, inovações tecnológicas, novas políticas de organização.

Por sua vez, os anos de 1990 inauguraram a “*década da qualidade*” nos setores produtivos de bens e serviços, motivada pela propagação de novas práticas de gestão empresarial, pelo processo de globalização, competitividade e produtividade, corroborada pelo fenômeno da Qualidade Total. O reordenamento do mercado internacional, nos anos 90, configurado a partir da reabertura econômica paralela à instabilidade econômica no plano nacional, exigiu um conjunto de ações capazes de reduzir custos, elevar a produtividade e qualidade na produção mediante concorrência. A lógica do discurso estaria pois, vinculada “a

iniciativa empresarial na busca por flexibilizar a produção e o trabalho” (DRUCK, 1998, p. 49).

Vale salientar, que o discurso da qualidade – eivado na competitividade, produtividade e concorrência – assumido pela perspectiva das organizações e setores produtivos, revelou para o campo da educação um caráter relevante. Gerado no seio dos setores produtivos, o discurso da qualidade ocupou espaço privilegiado no cenário educacional da década de 1990, embora o tema marcasse outros momentos⁷.

No plano do Estado o tom do discurso aproximou-se da perspectiva empresarial, no aspecto da modernização e globalização dos mercados, com destaque para a produtividade e competitividade. O discurso revelou a existência de pontos comuns entre o Estado e o capital, voltados para a gestão/organização do trabalho.

Para o trabalho a qualidade estaria associada a condições mais dignas de expectativa de vida e salários, habitação, saúde, educação, saneamento básico, lazer, incluindo ainda a cidadania e a democracia. Os trabalhadores, ao enfrentar as exigências impostas pelo capital, nas três últimas décadas do século XX, expressaram, pela via das mobilizações da organização sindical e da resistência, suas insatisfações frente às condições impostas pelo “fordismo periférico” (DRUCK, 1998, p. 50).

Essa passagem é bastante recorrente, pois verifica-se que, no discurso da “qualidade da educação”, esta é colocada como pauta principal de reivindicações, embora a prioridade seja o salário. Nesse sentido, a questão da qualidade constitui argumento central, utilizado pela categoria dos trabalhadores em educação, para atingir objetivos/interesses prioritários às necessidades subjetivas, individuais e coletivas. Por certo, este pressuposto não invalida o fato

⁷ Convém destacar que a discussão sobre educação, enquanto dever do Estado, data o “final do século XIX quando as democracias capitalistas européias se empenham em generalizar o ensino básico, expandindo o ensino público” (MOCHCOVITCH, 2001, p. 48), fato que também ocupou o debate histórico dos movimentos populares e o pensamento socialista.

de que o discurso também expressa “elementos simbólicos em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional” agindo como elemento de comunicação e consenso, ou mesmo ocultando interesses.

Para o capital a lógica discursiva fundamenta-se na idéia de que as novas tecnologias e formas organizacionais exigem mão-de-obra qualificada, a fim de atender às demandas do mercado. Nesse sentido, surgem os Programas e Controles de Qualidade Total, no âmbito da administração do setor industrial, cujo significado consiste na competitividade, produção e lucratividade. Seria romper o desperdício da “subutilização das pessoas” em substituição a “uma nova abordagem no que se refere à utilização das potencialidades do empregado” (LARANJEIRA,1997, p. 183).

A questão revela a qualidade colocada como responsabilidade de todos os trabalhadores da organização, de modo a reduzir custos e emergir uma suposta democracia industrial. Dos princípios que norteiam os Programas de Qualidade Total (PQT) sobressai a satisfação do trabalhador. Laranjeira (1997, p. 184) enfatiza que os princípios

definem-se pela presença do forte conteúdo ideológico, que se traduz na exigência de atitudes e valores – e na utilização de uma linguagem –, cujos fundamentos estão baseados em idéias que apelam à legitimidade, cooperação, harmonia, comprometimento, confiança, alinhamento e convergência de ações e que deveriam representar uma efetiva mudança cultural em favor de completa identificação com a empresa.

Se as questões ilustradas até o momento abordam o caráter produtivo, pela via da reestruturação, cumpre destacar também a questão ideológica, na qual o projeto neoliberal revelou-se como direção política de fim de século. Nas duas direções a educação aparece como uma possibilidade favorável, ao alcance das novas competências, novo homem, com destaque para a qualidade.

2.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O debate sobre a qualidade da educação ou do ensino brasileiro, no âmbito da política educacional brasileira nos diferentes níveis, atingiu seu ápice na década de 1980, paralelo à luta democrática implementada no país (WEBER, 2000).

Sob forma de princípio legal, o artigo 206 da Constituição Federal garante o padrão de qualidade do ensino, ao que Weber (2000, p. 370) entende a qualidade da educação como:

um processo complexo e multifacetado, que não se restringe aos diferentes níveis da instância escolar propriamente dita, mas envolve necessariamente, além da unidade de ensino, o professorado, os alunos, a comunidade e a própria sociedade como um todo, e ainda a própria história das relações entre todos esses elementos mencionados e o estágio atingido, nacional e localmente, na oferta dos diferentes níveis de escolaridade.

O desdobramento dessa qualidade foi traduzido pela via democrática quando se discutiu “o reconhecimento da educação como direito social básico” (WEBER, 2000, p. 371), ainda no início dos anos 80. Essa concepção estabeleceu como caráter auspicioso o exercício da cidadania, considerando a escola o espaço necessário ao acesso, aos conhecimentos e bens culturais, a socialização.

Como indica Weber (2000, p. 371),

Nos anos 80, especialmente a partir da sua primeira metade, assistem assim à formulação e à implementação de políticas educacionais, especificamente, em nível dos Estados que, procurando resgatar a dívida social de acesso e de permanência na escola de toda a população em idade escolar, priorizam a construção da qualidade do ensino.

Na educação básica consolidam-se três diretrizes de política educacional:

- a) universalização do acesso ao ensino de qualidade, com ênfase na educação fundamental, estendida também ao ensino médio;
- b) dignificação do trabalho docente ou valorização do magistério, que é consubstanciada, entre outras políticas, na reorganização das condições de trabalho de professorado, no estabelecimento de planos de cargos e carreira, no incentivo à sua formação continuada, além da formulação de orientações para a sua preparação profissional, prioritariamente em nível superior, emanadas da instância federal (WEBER, 2000, p. 372);
- c) democratização da gestão educacional e da gestão escolar.

Nos anos de 1990 as questões econômicas tiveram predominância no discurso governamental com apelo modernizador. A qualidade do ensino ocupou, no decorrer dessa década, espaço singular na relação educação/produção.

A temática percorreu diversos setores da sociedade civil como: trabalhadores, secretários de Educação e dirigentes Municipais de Educação, empresariado industrial, enveredou para a organização da produção e reprodução ampliada do capital, aliada a uma mentalidade industrialista no espaço escolar, através de medidas empresariais tecnoburocráticas.

Segundo o relatório Delors (1998, p. 70-71), observa-se que o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico acentuaram a demanda por educação para fins econômicos, na maioria dos países. Sobre este aspecto, Carvalho (1994) declara que economias industriais mais avançadas, como Japão e Leste Asiático, ao exigirem maior qualificação da força de trabalho, face a automação de base microeletrônica, entenderam que havia a necessidade de investir na universalização de uma boa educação nos níveis de primeiro e segundo graus, enquanto requisito essencial para agilizar a adoção, a adaptação e a absorção de tecnologia.

Na mesma direção, Neves (1997) e Fogaça (1992) admitem que, para o caso brasileiro, a necessidade de adequar o sistema educacional ao novo cenário da economia, teve como objetivo adaptar indivíduos qualificados à esfera da produção. Esta adequação, por sua vez, conduziu à determinação de amplas reformas educacionais.

Nessa perspectiva, vale considerar que na década de 90 a questão da educação alcançou amplitude considerável no Brasil, tendo em vista a discussão sobre “o papel que cabe à Educação desempenhar frente à modernização produtiva e os desafios econômicos e políticos interpostos pela nova ordem internacional” (FERRETTI, 1996, p. 08).

No dizer de Rech (1998, p. 74) “a educação deixou de centrar-se na formação do indivíduo como sujeito, como ser histórico, para encará-lo como indivíduo com perspectivas

econômicas”. Esse perfil tem a ver com as características pertinentes à teoria do capital humano, em virtude do qual a educação passa a ser considerada como objeto de investimentos.

Essa teoria reforça a idéia de que as contradições do capitalismo não seriam justificadas “como estruturais mas como contingenciais” cuja resolução poderia estar nos investimentos em educação, devido às mudanças provocadas no ser humano (RECH, 1998, p. 75). Por considerar a educação como mercadoria, a teoria do capital humano sugere “a otimização dos recursos humanos na qualificação para o trabalho”, a fim de preparar melhor o trabalho e também a vida do trabalhador (negociar sua força de trabalho, obter *status* e cargos). Face à atenção voltada para o mercado, estão sendo produzidas alterações no campo educacional, com enfoque para a formação técnica e para o aumento da produtividade.

A questão ganhou adeptos, especialmente economistas, ainda nos anos 1960, no marco da crise taylorista-fordista, introduzindo elementos teóricos de corte liberal – indivíduo livre, soberano e racional (CATTANI, 1997; RECH, 1998).

Na concepção de Cattani (1997, p. 35), duas perspectivas se articulam:

Na primeira a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A ‘qualidade’ da mão-de-obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção. [...] Na segunda perspectiva, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação aos meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu ‘capital pessoal’, avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado futuro.

É interessante perceber que esta teoria se aplica, não somente aos trabalhadores dos setores produtivos, mas também àqueles considerados improdutivos/pedagógicos, como é o caso dos professores. Observa-se que, por força das próprias mudanças no mundo do trabalho, os trabalhadores da educação têm exigido dos empregadores, particularmente do Estado, maior e melhor capacitação através de cursos de aperfeiçoamento e qualificação, a fim de atender às demandas do mercado, pois esses sujeitos produtivos, em certa medida, nivelam-se àqueles trabalhadores, quando o tema é remuneração/salário. Não se pode negar que a Teoria

do Capital Humano, nesse aspecto, vem influenciando os mais diversos setores para o investimento na qualificação pessoal.

Nessa perspectiva, verifica-se que o processo de investimento no campo educacional, para a qualificação do ‘capital humano’, tem como finalidade obtenção de maior lucro para empresas e ganhos para o trabalhador. Ao ser adotada em países desenvolvidos, como naqueles de economia periférica, durante a fase de crescimento do capitalismo, pode-se perceber certa receptividade, devido à relativa recuperação econômica, propiciando “muitas e melhores oportunidades de trabalho” (RECH, 1998, p. 76).

Frigotto (*apud* RECH, 1998, p. 76) ao analisar esta teoria concebe-a como uma mistificação ideológica e, sua contraposição, estaria amparada numa “sólida formação do trabalhador tanto na perspectiva tecnológica e profissional, quanto na dimensão sócio-histórica”.

A teoria do capital humano privilegia, pois, o “mercado e a inserção produtiva do homem como a prioridade da educação. Neste momento, no entanto, ainda se vislumbra a perspectiva de que através da educação voltada para a produtividade possa se impulsionar o processo de desenvolvimento sócio-econômico” (RECH, 1998, p. 76). Ou seja, a teoria do capital humano chegou, justamente, em um período marcado pelo desenvolvimento econômico de países centrais e periféricos.

A adoção dessa teoria, cujo cerne está na lucratividade, no maior índice de produtividade aliado à qualificação da mão-de-obra, favorece ao mercado e, numa manifestação ideológica, prega o desenvolvimento do trabalhador, através de investimentos no campo da educação. Esta área, por sua vez, passa a receber atenção particular, na medida em que se volta para o campo da produtividade, enquanto elemento necessário ao processo de desenvolvimento sócio-econômico. Sob esta perspectiva, o componente educacional é enaltecido como uma possível alternativa impulsionadora deste desenvolvimento.

Alguns aspectos implícitos aparecem e estão relacionados ao movimento neoliberal. O neoliberalismo, como já foi discutido anteriormente, é considerado por diversos analistas, teóricos, cientistas políticos e, enfim, pela literatura específica, como uma reação ao Estado intervencionista e de bem estar.

Essa posição, originária de Friedrich Hayek (1944), recebeu substantivo apoio que o consagrou como Prêmio Nobel de Economia, justamente no período de crise instalada na sociedade capitalista (década de 1970), onde se aponta o Estado de bem estar como responsável pela estagflação, já que a função redistributiva do Estado afetava, no entendimento desse pensador e seus adeptos, a expansão econômica e conseqüentes lucros e acumulação.

A lógica neoliberal sustentava a idéia de Estado forte e máximo, para romper o poder dos sindicatos; controle do dinheiro em relação aos seus gastos sociais e empreendimentos econômicos (RECH, 1998, p. 76).

Para Rech (1998, p. 77), o mercado “passa a ser não apenas o delimitador das atividades econômicas mas também o definidor das políticas do campo social, nos direitos da chamada cidadania, que estavam a caminho de sua universalização”.

Nesta perspectiva, a lógica neoliberal para a educação assume os seguintes enfoques: aquele que estaria voltado para a esfera do mercado e do privado, no qual o direito à educação “invoca o princípio da liberdade de escolha”, em detrimento da universalização, vista como “mazela”; um segundo, apoiado no princípio da competição e do lucro, no sentido de transformar o direito universalizado em serviço terceirizado de ensino. Para esse mesmo autor, o eixo da educação não será mais centrado na construção do sujeito e da cidadania, mas na “preparação para atuar no mercado, na produção de ‘cidadãos produtivos’”.

Sem dúvida é oportuno considerar como o ideário neoliberal e a teoria do capital humano influenciaram a formação do indivíduo e o seu de interesse para a qualificação.

A adoção dessas políticas educacionais esteve monitorada por agências internacionais ou de cooperação. Como indica Rech (1998, p. 78)

a CEPAL, órgão regional da ONU, para a América Latina e para o Caribe, já na década de 60, receitua políticas educacionais para toda a América Latina, voltadas para o desenvolvimento, através da adoção de medidas tecnocráticas, obedecendo aos princípios da teoria do ‘Capital Humano’. Já na década de 70 também o Banco Mundial entra na linha de financiamento de projetos educacionais.

A década de 90 submeteu a educação a um processo de mudanças, especialmente em relação aos avanços da informação no mundo, o que culminou com a Conferência Internacional de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia. Convocada por organismos internacionais – Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial – o evento finalizou com a elaboração da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O evento culminou na adoção de posições consensuais de nove países⁸, com destaque para “a luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos”; elaboração de planos decenais de educação; universalização de oportunidade com equidade, fortalecimento de acordos, parcerias e compromissos.

Essas medidas definiram para a educação formas refinadas de reforçar o senso comum, ou seja:

a educação ganha novas finalidades e uma nova linguagem, que será universal e, cada vez mais distante dos educadores e de suas organizações e cada vez mais próxima e afinada com a voz dos empresários, mostrando assim a total submissão dos interesses da educação aos novos ordenamentos do mercado (RECH, 1998, p. 78).

Dentro dos princípios neoliberais,

a educação não se centra mais na formação do indivíduo como sujeito, como ser histórico, mas na condição de indivíduo com perspectivas econômicas[...]o Estado não mais terá a responsabilidade de assegurar direitos. É uma nova organização da sociedade com o Estado mínimo para as questões sociais e máximo, forte, repressivo e coercitivo, na aplicação das políticas de exclusão (RECH, 1998, p. 80).

⁸ Os países que chegaram a essas ‘posições consensuais’ foram Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, considerados com maiores índices demográficos do mundo e com baixa produtividade de seus sistemas educacionais (RECH, 1998).

De modo particular, pode-se compreender que o neoliberalismo submete a formação das pessoas aos preceitos do mercado, de modo a inserir os indivíduos na produção para um mercado cada vez mais competitivo, motivo pelo qual, “não conseguindo se adaptar a esta função, será motivo de exclusão. O Estado não mais oferecerá garantias de direitos, atuando na contraposição do direito do cidadão/dever do Estado, para ser apenas o árbitro para que as leis de mercado fluam naturalmente” desresponsabilizando-se pelos desajustes dos indivíduos (RECH, 1998, p. 79-80).

Essa lógica, ao mesmo tempo em que inibe a expansão dos direitos da cidadania, consagra-os como serviços disponíveis no mercado. Autoritarismo, centralização e conservadorismo são mecanismos adotados pelos governos neoliberais para conter a participação organizada da sociedade civil. Na esfera da educação, o enfoque está na formação do indivíduo com perspectivas econômicas. O Estado não mais atua como garantidor de direitos e investidor em educação, em busca de retorno econômico e desenvolvimento, mas na condição de agente do mercado.

De acordo com Andrade (2000), as transformações ocorridas no domínio da base produtiva brasileira – especialmente no curso dos anos de 1980 –, marcadas pela introdução de novas tecnologias e, notadamente, novas formas de organização do processo de trabalho, passaram a colocar em pauta a necessidade da formação de uma força de trabalho preparada para lidar com as inovações técnico-organizacionais.

A formação humana ocupou o debate teórico e se constituiu em objeto de atenção do Estado, de instâncias organizativas/representativas empresariais, assim como de sujeitos políticos coletivos, principalmente o sindicalismo autônomo dos trabalhadores.

O capital, devido às mudanças no mundo do trabalho e no setor produtivo, desenvolveu os chamados Círculos de Controle de Qualidade e Qualidade Total, além de

adotar a Teoria do Capital Humano, utilizando-se da educação como fator necessário ao processo produtivo.

Em relação ao trabalhador, o debate e ações voltaram-se, dentre outras questões, para a qualidade do ensino público, e defesa deste. Como o momento ilustrava um refluxo dos movimentos sindicais em relação às ações combativas, à política e à economia, os trabalhadores defendiam empregos e empresas públicas, em detrimento de salários, reflexos do paradigma neoliberal. Não que esta questão fosse menos relevante, tanto que segmentos diversos mantiveram-se inseridos na luta pela questão salarial, e a situação vivida no país reforçava esta tendência.

No campo da política educacional brasileira, as bases que fundamentaram a reestruturação do sistema educativo, tiveram início nos anos 80 – com o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito – e se consolidaram no início dos anos 90, com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública LDB. No curso dos anos 80, durante o processo de elaboração do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representantes da sociedade civil e movimentos organizados estiveram reunidos debatendo, propondo alternativas para os desígnios da educação brasileira.

Através de setores estadual, municipal e dos trabalhadores organizados, o empresariado industrial, em geral representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com o empresariado do setor educacional, debateram nas esferas federal, estatal e municipal os problemas circunscritos no âmbito educacional.

A este respeito, interessou (e ainda interessa) ao empresariado, por exemplo, uma preparação mais escolarizada da força de trabalho, a fim de adaptá-la às novas exigências determinadas pelo sistema capitalista. Como indica Fogaça (1992), a ênfase à habilidade intelectual associada às novas responsabilidades e ao manuseio de equipamentos sofisticados, conduzindo a uma nova relação entre o homem e a máquina, exigiram, portanto, um nível

educacional compatível com novos requisitos adotados pela automação e pelas novas técnicas inovadoras.

Nessa perspectiva, coube ao sistema educativo responder às demandas do capital, ou seja, formar um novo perfil, não somente preparado para iniciativas específicas, como ocorrera durante o processo de industrialização brasileira, de caráter taylorista/fordista, mas sobretudo, capacitar para o pensar e o agir de forma dinâmica.

Todavia há uma disputa no âmbito da política educacional, onde tipos de projetos e de seres humanos predominam. Nesse contexto, tanto o Estado – através de atividades normativas, ações dos tecnocratas, fornecimento do ensino via seus representantes – , quanto os agentes da práxis educativa – trabalhadores do processo pedagógico escolar, movimento sindical, professores – elaboram a política educacional. Independente do período político administrativo e de representações novas, a política educacional será formulada e definida cujo instrumental da ideologia é fundante pois, na medida em que potencializa a capacidade de decisão do Estado, reduz a capacidade de participação das camadas e grupos populares na gestão das coisas públicas, cujo pano de fundo vincula-se “à privatização do poder e ao caráter excludente das instituições econômicas e políticas e do próprio Estado” (MARTINS, 1994, p. 22).

Por outro lado, não seria imprudente afirmar uma interdependência entre o Estado e a organização dos trabalhadores em educação, na qual o fator econômico é, em determinados momentos, mais significativo que o político. Nessa perspectiva, o ideário neoliberal interfere no mundo econômico e, mesmo, na política educacional, na medida em que dita parâmetros diferenciados de cidadania, ao tempo em que associa igualdade a direitos sociais e superação de problemas sociais pela via da educação universalizante. O que concretamente não consegue assegurar oportunidades equitativas de escolarização aos cidadãos.

Considerar a educação como saída para os males sociais sem vinculá-la às condições regionais, econômicas e culturais de cada grupo social, e articular as políticas educacionais em si mesmas, mera ilusão.

De acordo com de Martins (1994, p. 36),

Na combinação cidadania X trabalho X educação [...], a extensão da educação a todos vinculou-se mais às necessidades econômicas e exigências do processo produtivo do que ao processo de correção das desigualdades sociais. A significação econômica da política educacional passou a prevalecer sobre seu teor político.

Portanto, esse entrelaçamento entre política educacional e economia está fundamentado não na instrução pública, mas no incremento da produtividade econômica, pois o processo de industrialização de uma nação, acompanhado do desenvolvimento, ao tempo em que complexifica a economia, exige novos padrões de produção e conhecimento.

A retórica empreendida pelo ideário neoliberal estampa a qualidade da educação para os cidadãos, oportunidades iguais de escolarização para ocultar ou justificar a “função econômica da política educacional” (MARTINS, 1994, p. 35). Embora a educação contribua para a dinamização da economia, ela não determina o desenvolvimento da sociedade e tampouco “contribui necessariamente para a construção de uma sociedade democrática” (Idem, *ibidem*).

Nesse momento atual, a expansão da educação escolar para todos assumiu maior relevância, porém, prevaleceu o sentido reprodutivista e assistencialista compensatório, ultrajando a ética social.

Sem pretender expor uma visão panorâmica da lógica do discurso, mas pontuar alguns aspectos considerados relevantes, entende-se que a exigência dos órgãos de financiamento internacional para a redução dos níveis de analfabetismo, evasão e repetência, assim como produtividade pela via educacional, forçaram a esfera pública a cumprir exigências exógenas, sem que para isso condições sejam oferecidas, como por exemplo: número de escolas suficiente para atender à demanda; corpo técnico pedagógico capacitado; políticas públicas

efetivas, capazes de levar a população à superar índices elementares de instrução; condições compatíveis de sobrevivência.

O Brasil tradicionalmente proclamou o discurso desenvolvimentista voltado para o crescimento econômico mas, nitidamente, esteve pouco preocupado com a educação de seu povo. Sob a retórica do crescimento, interesses dominantes de um Estado capitalista, definiram a realidade educacional, ao adotar uma mentalidade industrialista no espaço escolar, através de medidas empresariais, sem falar naquelas de teor tecnoburocrático. A temática da qualidade do ensino permanece, identificada sob o jugo de uma nova estratégia ,que deve ser usada em situações determinadas.

Dentro dessa lógica, o processo de tramitação da nova LDB apresentou, em sua fase final, duas versões, denominadas por Neves (2000, p. 184-186), “projeto educacional neoliberal (versão Darcy Ribeiro) e o projeto democrático de massas (versão Cid Saboia)”.

De acordo com Melo (1998, p. 18), trata-se de projetos distintos, de sociedade e de educação:

a) **O Projeto Neoliberal**, cujo interesse pelo aumento da competitividade e produtividade da economia, aliado a um discurso de resgate da dívida social; pretendia proporcionar ao país uma inserção competitiva na nova divisão internacional do trabalho, apresentando a necessidade de uma política de capacitação científica e tecnológica para as massas, encarando a educação e a formação para o trabalho como complementares, no sentido restrito de formação técnica para o trabalho;

b) **E o projeto democrático de Massas**, cujo interesse na conformação científico tecnológica da sociedade e da educação do ponto de vista da classe trabalhadora pretendia indicar a necessidade de uma escola unitária, quando se começa a discutir o trabalho como princípio educativo.

Esses projetos coincidem com o movimento político-econômico internacional de globalização, de novas configurações no processo produtivo, exigindo, conseqüentemente da força de trabalho, um maior nível de escolarização. Projetos que tomam forma, nos anos 90, sob a hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo.

Dentro dessa lógica, o discurso da qualidade esteve atrelado aos diferentes sujeitos políticos, compondo propostas (planos e ações) para fins bem definidos: atrelar estritamente o

projeto neoliberal aos interesses dominantes, com propósitos hegemônicos; combinar o projeto democrático de massas, de sociedade e de educação numa direção inversa, de caráter contra-hegemônico.

Essa nova postura do trabalho, na organização da produção e no cotidiano da classe trabalhadora se justifica:

- a) pelas mudanças qualitativas que vêm se processando no conteúdo do trabalho, na organização da produção e no cotidiano, no Brasil e no mundo neste final de século e nos anos iniciais do século XXI;
- b) pela necessidade de a escola brasileira se constituir em instrumento privilegiado de produção do conhecimento e de formação de cientistas e tecnólogos para a *qualidade social*, o que requer o alargamento da base do sistema educacional;
- c) pela necessidade de o homem brasileiro pensar autonomamente o mundo e a cultura em que vive para ter condições de poder atuar no sentido de tornar as relações sociais mais dignas, no século que se avizinha (NEVES, 2000, p. 186).

Essas questões irão repercutir de forma significativa, como será exposto adiante, no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1.º e 2.º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE.

CAPÍTULO III

CONSENSOS E CONFLITOS NAS LUTAS PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO SINTESE

Analisar o movimento associativo, a partir de sua trajetória político-sindical, constitui-se em uma tarefa desafiadora por tratar de um segmento de organização dos trabalhadores da educação, mais especificamente do SINTESE. Toma-se, em primeiro lugar, a formação e a evolução; as proposições do sindicato no período de 1992/1996, frente à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo, às transformações econômicas que atingiram a categoria dos trabalhadores da educação; os movimentos sociais mais amplos, sem deixar de considerar a organização, a ideologia, a hegemonia, os consensos e conflitos e, a política, elementos que dimensionam fundamentalmente a categoria trabalhadora.

Até os anos 90 o movimento sindical exerceu papel fundante na história da classe trabalhadora e da sociedade. No entanto, o final do século XX demonstrou o arrefecimento de tal movimento. As novas tecnologias, as alterações nas formas convencionais de realização do trabalho afetaram, como indica Lorangeiras (1994, p. 180), “os níveis de emprego, a estrutura ocupacional, as condições de trabalho⁹, os níveis de qualificação e as relações de poder na empresa” e, conseqüentemente, a dinâmica do movimento sindical mais geral.

As mudanças, então constatadas, levam a indagações: como os trabalhadores da educação viveram o período marcado por mudanças na ordem do trabalho? Por que em meio às mudanças ocorridas no sindicalismo – arrefecimento, fragilidade -, o SINTESE apresentou determinadas particularidades – reconhecimento, sindicalização ampliada, mobilização interna e externa, frente ao movimento mais amplo em nível local, bem como ao processo mais amplo? Qual o debate travado pelo sindicato em estudo, mediante a conjuntura?

O suposto é de que a direção do SINTESE, num primeiro momento, sob o caráter de Associação, assumiu uma linha corporativista. Porém sob nova direção, com a consciência de

⁹ Para os trabalhadores em educação as condições de trabalho “referem-se às condições físicas (temperatura, ventilação, iluminação, barulho), à quantidade de alunos, às condições da lousa, à quantidade de aulas diárias, aos turnos de trabalho, à distância escola-residência, às condições de higiene, à segurança, ao local de refeições, às condições antropométricas do posto de trabalho, às condições materiais (salário e jornada) (DEJOURS *apud* SOUZA, 1997, p. 137).

classe de esquerda, estabeleceu uma legitimidade potencialmente identificada com as lutas dos trabalhadores. Nessa perspectiva, os militantes privilegiaram posturas e/ou reivindicações, tanto corporativas quanto propositivas e reativas, enquanto respostas à política educacional brasileira dominada pela agenda neoliberal.

A trajetória da organização político-sindical dos trabalhadores em educação do Estado de Sergipe, por intermédio de suas entidades de representação – a APMESE, de 1977 a 1987; o CEPES, de 1986 a 1987 e, o SINTESE, de 1988 até 1996 –, constitui tarefa significativa a ser empreendida para capturar a direção na luta dos trabalhadores em educação da rede pública, num contexto político-social de mudanças e continuidades.

3.1 PANORAMA SOBRE A APMESE: RESGATE DO MOVIMENTO E DIREÇÃO.

A organização dos trabalhadores em educação, da rede pública oficial de ensino em Sergipe, constituiu-se ainda na década de 60 do século XX, através da Associação dos Professores, num período amplamente marcado pelo militarismo no contexto da sociedade brasileira.

Somente a partir de 1977 surge a Associação dos Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe – APMESE, enquanto entidade associativa autônoma e específica dos professores da esfera estadual e municipal. Nascida numa conjuntura ditatorial, em que os organismos e associações encontravam-se atrelados ao poder público, a APMESE limitava suas funções ao caráter assistencialista e recreativo, distante da função reivindicatória.

Como indica Fogaça (1992, p. 41),

Os trabalhadores da área da educação [...] até a década de 70, compunham uma categoria sem maior expressão, do ponto de vista da ação política e organizada, seja pelo impedimento legal dos servidores públicos se organizarem em sindicatos, seja pela própria desmobilização da categoria, herança de um passado em que o *status* do magistério garantia um salário digno e o respeito da sociedade e dos governantes. Além disso, os professores, em sua grande maioria eram provenientes da burguesia e da classe média alta, o que também concorria para um distanciamento dos demais

segmentos da classe trabalhadora e de seus problemas cotidianos, que serviram de base à ação sindical.

Esse processo permaneceu até o fim do “milagre econômico”, quando setores da classe média e dos trabalhadores em educação, particularmente, foram atingidos pelo fenômeno da “proletarização”, que registrou uma mudança no perfil do magistério, no tocante às condições de trabalho, salário e forma de luta.

Como indica Nascimento (1996, p. 12), o quadro educacional brasileiro ilustrou uma crise nesse sistema, expressa também em formação acadêmica deficiente ou mesmo ausência de formação continuada, índice de evasão escolar, precariedade nas condições da rede física, baixo nível do padrão pedagógico, da estrutura de financiamento da educação, da aplicação dos recursos neste setor e do baixo nível de democratização da gestão educacional e escolar.

Através de consistente análise histórica, Maria Isabel Ladeira Silva desenvolveu um estudo sobre o sindicalismo no setor público, especificamente relacionado à educação, no qual apresenta o processo de fundação da APMESE, na década de 80. De acordo com a autora, entre 1977 e 1986 a APMESE funcionou numa perspectiva colaboracionista, orientada pelo Estatuto da classe para assumir, na essência, uma postura subserviente aos desígnios do então regime, sem a percepção política dos trabalhadores. Nestes termos, as ações organizativas apresentavam-se extremamente atreladas ao poder público local, no qual “o exercício do Magistério era encarado como uma espécie de sacerdócio onde prevalecia o sacrifício, a abnegação e a disciplina, dispensando-se o conflito e o protesto” (1997, p. 89-90).

Essa forma de conduzir a organização segue o modelo instituído no início do século XX no qual o Estado mantinha o controle sobre o sindicalismo, aviltado pela subordinação e obediência ao governo. Por outro lado, no transcorrer da década de 70 houve a retomada do movimento de massas e o desenvolvimento dos sindicatos não-operários.

Ainda, na análise da autora, desde a sua fundação até a primeira metade da década de 80, a APMESE manteve um intercâmbio com a entidade federativa da categoria denominada

CPB (Confederação dos Professores do Brasil) instituída em 1979. Este momento, em nível nacional, já apresentava sinais de combatividade compreendido no bojo das práticas sindicais e políticas, em consonância com a conjuntura nacional e o movimento sindical mais amplo da classe operária.

A ascensão do movimento reivindicatório de servidores públicos, no qual o professorado exerceu papel fundamental, ocorreu durante os anos 80, quando eclodiram transformações significativas, denotadas pelo novo sindicalismo brasileiro. Como indica Antunes (1995a, p. 11), aquele momento marcava

a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e dos setores de serviços o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc..

No plano nacional, as metas dos trabalhadores organizados se ampliaram, abrangendo, além de conquistas imediatas, como a reposição de perdas salariais acumuladas ao longo dos anos setenta, um conjunto de demandas, que envolvia, direito de greve, liberdade sindical e filiação a organismos internacionais e reivindicações referentes à redemocratização do país.

Para o caso dos trabalhadores em educação de Sergipe, a deterioração das condições de vida e trabalho esteve relacionada às políticas econômicas implementadas desde os governos militares.

Nesse aspecto, para a associação docente em questão havia uma contradição entre acomodação e combatividade, na medida em que se manifestava uma postura subordinada e conservadora concomitante às orientações de luta deliberadas pela confederação. Essa postura se refletiu logo no I Encontro Estadual de Educadores realizado pela APMESE no ano de 1983, quando o então presidente da entidade – José Joaquim Macedo – que também ocupava cargo de direção, junto à Secretaria de Educação, apresentou um conteúdo identificado com as lutas sindicais, cujo cerne de reivindicações atingia principalmente a política sindical e a prática sindical “pelega”.

De forma prudente, Fausto (*apud* RUMMERT, 2000, p. 108) adverte que o grupo constituído pelos líderes e dirigentes sindicais, participantes de um movimento, não pode ser visto como um conjunto de trabalhadores coeso e partícipe de ideário, com objetivos e práticas comuns, pois é preciso estabelecer distinções entre o grande contingente que constitui a classe trabalhadora, e o conjunto formado pelos dirigentes e integrantes dos quadros sindicais.

Na mesma direção, para o caso específico do novo sindicalismo, Rummert (2000, p. 19), destaca:

embora o movimento fosse em grande parte constituído por líderes autênticos (que Gramsci designaria como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora), nascidos no cotidiano das lutas que, gradativamente, foram sendo travadas e tomaram corpo, dando origem ao movimento histórico, ele também reuniu antigas lideranças burocráticas que, percebendo a extensão das mudanças em curso, alteraram suas práticas e seus discursos

Dessa forma, professores do Estado, junto à APEMESE, descontentes com a entidade, em relação à defesa de interesses da categoria, assumem um ato de desfiliação, que culminou no ano de 1986, e criação de uma nova entidade, formada por professores que se opunham à política adotada pela associação. Assim nasce o Centro de Profissionais do Ensino do Estado de Sergipe – CEPES, sob a orientação do grupo denominado “Renovação”.

O CEPES tinha como proposta

conduzir a luta do magistério a partir de uma associação classista aliando reivindicações a estudos e debates, sobre a prática pedagógica da Rede pública do estado de Sergipe (SILVA, 1997, p. 117).

Em sua composição estiveram presentes militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e como presidente a professora Ana Lúcia Vieira Menezes (Idem, *ibidem*).

Em sua trajetória O CEPES demarcou a presença do professorado combativo e protagonista ostensivo, cujas reivindicações possibilitaram sua influência na formulação e controle de políticas e no padrão de relações políticas e de trabalho entre o Estado e seus empregados.

A efervescência do movimento sindical mais amplo refletia na esfera dos trabalhadores da educação, de forma específica, em Sergipe. Naquele momento, parcela dos professores manifestava a insatisfação gerada pela forma desvirtuada, em conduzir o movimento de classe, patrocinado pelos dirigentes da APMESE, cujo perfil político amparava-se no corporativismo e reformismo atrelados ao Estado, e com o apoio de grupos econômicos e partidos políticos.

Particularmente, a conduta atribuída à Diretoria da Associação não era aceita pelo grupo de oposição devido a ausência de independência, clareza de propósitos e caráter democrático. Para os professores filiados, a vinculação da entidade de classe ao poder estatal ou a determinados grupos econômicos e partidos políticos, descaracterizava a função autônoma do movimento.

Os episódios que marcaram a trajetória das entidades representativas do magistério público sergipano, revelaram estratégias necessárias para consolidar e manter posições hegemônicas e, no fim dos anos 1980, coroar uma liderança sindical legítima.

A APMESE, caracterizada, num primeiro momento, por manter suas lideranças vinculadas aos desígnios do regime militar e do poder executivo, manteve, oficialmente, a garantia de um lugar sempre privilegiado no comando dos professores. Já o CEPES, desde sua origem esteve sempre disposto a desafiar o regime e a defender os interesses da classe, sintonizado com a vanguarda do movimento mais geral da classe trabalhadora; ainda delineou um perfil combativo e de oposição à ordem estabelecida.

De acordo com cada momento conjuntural a APMESE adotou formas de atuação diferentes: negociações junto ao governo do Estado; participação em ações conjuntas com o CEPES e outras entidades, particularmente no plano das reivindicações salariais e funcionais, bem como a realização de greves.

A breve noção a alguns aspectos do movimento sindical específico da educação, no período que definiu o Novo Sindicalismo, objetivou, apenas, apresentar alguns aspectos que devem ser recuperados a seguir.

3.2 LUTAS POLÍTICAS INTERNAS: APMESE X CEPES

O ano de 1986¹⁰ foi decisivo por marcar a desfiliação dos professores estaduais da APMESE, e criar o Centro dos Profissionais do Ensino do Estado de Sergipe, uma nova entidade de classe tendo à frente o professor Diomedes Santos Silva.

Falhas relacionadas à defesa dos interesses da categoria, reivindicações mal conduzidas, fraude e ilegalidade da diretoria na condução da entidade, contribuíram para a criação de “uma entidade de classe autêntica, respaldada em três aspectos fundamentais: independência, clareza de propostas e caráter democrático”¹¹.

Para o dirigente da nova entidade,

os professores entendem que nenhuma entidade de classe pode ficar atrelada ao poder estatal ou a grupos econômicos e partidos políticos. Ela merece crédito quando suas diretrizes são transparentes e seus objetivos bem definidos [...], os professores de Sergipe precisam de uma entidade que seja de todos e que trabalhe para solucionar os problemas da categoria como um todo (Idem, *ibidem*).

Essa questão remete à concepção gramsciana sobre o processo da hegemonia, em que a unificação do pensamento e a ação política são dois elementos necessários à construção de uma nova cultura dita “revolucionária de forma intelectual e moral” (GRUPPI, 1996, p. 83). Por outro lado, constitui um elemento de disputa das forças sociais.

É possível perceber, então, o divisionismo e a insatisfação de trabalhadores da educação, que naquele momento anunciavam o surgimento de uma nova entidade, como alternativa dos descontentes. O conflito interno foi a marca dos anos 80 para o movimento.

¹⁰ Cf. Jornal da Cidade, edição de 30/10/1986 – ano XV, n. 4484, p. 3.

¹¹ Idem, *ibidem*.

Enquanto essa questão atingiu internamente o movimento, a APMESE realizava, em 21 de novembro do mesmo ano, o I Encontro Estadual de Educadores, com a participação ampliada aos professores da rede estadual e municipal. Na pauta do encontro, a política sindical, educacional e a constituinte, além da escolha de delegados que representariam o estado no XX Congresso da Confederação dos Professores do Brasil, em Porto Alegre (RS). A participação dirigida dos professores das esferas Estadual e municipal conferia aparente legitimidade, embora permeada por conflitos internos na entidade.

No âmbito do consenso,

defesa intransigente dos recursos públicos para escolas públicas, ensino público gratuito, de boa qualidade e em todos os níveis; concurso público para ingresso na carreira do magistério; [...] direito à sindicalização, direito de greve e aposentadoria aos 25 anos de serviço para os professores de sexo masculino, piso salarial de 3 mínimos e plano de cargos e carreira¹²

Diante do quadro acima definido, os professores e especialmente a direção da APMESE, impunha um discurso voltado para a democratização do ensino apontando a questão da qualidade, além de itens sobre direitos e garantias trabalhistas.

Na perspectiva gramsciana, “a disputa pela hegemonia passa necessariamente pela elaboração, articulação e difusão de discursos capazes de ordenar aspirações, sonhos, fantasias [...] necessidades materiais e simbólicas e projetos coletivos” (RUMMERT, 2000, p. 37).

Nesse sentido, uma questão se manteve: a proposta esteve voltada para a campanha de reajuste salarial, em razão do congelamento patrocinado pelo Plano Cruzado, implantado em 1986, cuja taxa inflacionária se manteve elevada.

A questão atingia os trabalhadores de forma geral e, no caso dos funcionários públicos, especialmente os professores sergipanos, a administração pública, além de não reajustar os salários, conforme estabelecia o Decreto-Lei 2.284/86 (disparo do “gatilho”,

¹² Cf. Jornal de Sergipe de 06/01/1987, ano VIII, n.º 2.509.

instituído pelo Plano Cruzado), reduziu os vencimentos da categoria em virtude dos descontos com serviços de previdência e saúde. Outro fator de reivindicação foi a “melhoria das condições de saúde e aprimoramento da assistência à saúde”¹³.

Essa questão predominou ao longo do ano de 1987, desencadeando a mobilização dos professores por melhores condições de vida e trabalho, através de assembléias, atos públicos, repúdios, audiências junto ao Governador Antônio Carlos Valadares e Secretário da Educação Marcos Prado Dias¹⁴, que, ao assumir a Secretaria do Estado da Educação e do Desporto, comprometeu-se a manter diálogo com os professores e melhorar o nível de ensino da rede pública estadual.

Para o caso do Estado, a fim de manter-se hegemônico, torna-se necessário “manter sob controle as forças sociais heterogêneas, através do consentimento, da busca do consenso”, a fim de impedir que os antagonismos aflorem, e/ou uma suposta crise social (RUMMERT, 2000, p. 27)

Diante dos insucessos nas relações com o poder público local, os professores decidiram paralisar suas atividades durante vinte e dois dias, com uma greve de fome praticada pela professora Ana Lúcia Meneses, em apoio ao manifesto da classe. A greve, enquanto instrumento de luta política e deflagadora da negociação coletiva, significou, num determinado período da história sindical, elemento de definição importante na medida em que respondia aos anseios, ou em parte, aos interesses sindicais. Todavia, o processo de mudança no mundo do trabalho reduziu, ou mesmo inibiu, a representação e o poder das greves.

Outro aspecto relativo ao período correspondeu à mobilização do CEPES, no tocante às condições do ensino público sergipano, envolve questões como ausência de crianças de 7 a

¹³ Cf. Jornal de Sergipe de 15 e 16/02/87, ano IX, nº 2 544.

¹⁴ Houve reação da APMESE quanto a indicação deste Secretário, em razão do mesmo pertencer a área médica e portanto não conhecer as peculiaridades da educação, fato este descartado pelo representante de governo durante discurso de posse, onde declarou sua vida pregressa no ensino superior e fundamental, conforme Jornal da Cidade, 17/03/1987, s/n.

14 anos, da zona rural, na escola de 1º grau; desqualificação profissional dos professores das primeiras séries da zona rural; superlotação nas salas de aula, comprometendo a qualidade do ensino público. Questões estas que pontuavam o debate do grupo de oposição.

A APMESE, em segundo plano, protestava também por melhorias do ensino no Estado e reformulações do Estatuto do Magistério pois aquele em vigor mantinha o tom ditatorial.

Quanto às lutas internas da APMESE, enquanto entidade representativa, vale destacar a ambigüidade conduzida pela diretoria no tocante aos encaminhamentos e reivindicações dirigidos ao Governo do Estado. A ausência de discussões coletivas desagradava a categoria dos profissionais do magistério, por sentirem-se afetados quanto às decisões que comprometiam os destinos da classe. A direção do grupo dirigente manteve a relação de conflito junto ao CEPES durante a década de 80.

Por outro lado, questões e pontos de consenso permearam a relação dos grupos adversários: a redução de carga horária para o cargo de coordenador; acréscimo salarial, de acordo com níveis e títulos; pagamento por insalubridade, adicional noturno e transferência de professores; assistência médico-hospitalar para servidores e dependentes; calendário único de pagamento (capital e interior); participação e representação paritária de alunos, professores e representantes do Estado, junto ao Conselho Estadual de Educação; reformulação do Estatuto do Magistério; disparo do gatilho salarial com efeito retroativo; eleições diretas para diretoria de escolas estaduais.

O discurso sobre a importância da educação escolar para o desenvolvimento nacional, bem como o incentivo da valorização dos profissionais do ensino, sempre esteve presente em falas políticas. Porém, o que se verificou, desde o século XVIII – passando pela República, adentrando à segunda década do século XX – com o Movimento da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros, até chegar ao capitalismo industrial, foi a gradativa desvalorização

da educação e dos professores, ao longo do tempo, seja pelo arrocho salarial, seja perdas qualitativas, e, notadamente, nas questões de gerência administrativa escolar, devido a burocracia.

Apesar do discurso favorável as condições de trabalho se mantêm precárias. Demanda por expansão de vagas e o alto índice inflacionário, influenciaram os professores a assumirem dupla jornada de trabalho, com salários progressivamente inferiores.

Na zona rural o problema era ainda mais grave, já que para atender à demanda de vagas, contrata-se professores leigos (alguns não possuem sequer o primeiro grau completo) com remunerações aviltantes. As contratações eram estimuladas pelo clientelismo político, tendo como conseqüência ausência ou exigência mínima do nível intelectual necessário. Essas questões fizeram parte da valorização do magistério ao longo da história.

Nesse sentido, o CEPES tentava junto ao governo do Estado expor as dificuldades enfrentadas pela educação pública sergipana, sem, contudo, obter o espaço necessário para ser ouvido em audiência. A presidente da entidade, Ana Lúcia Vieira Menezes, denunciava a falta de acesso de crianças da zona rural, de 07 a 14 anos, ao ensino de 1º grau; a defasagem salarial, pois os salários eram inferiores ao mínimo; professores das primeiras séries da zona rural sem qualificação para o exercício do magistério; superlotação nas salas de aula, o que afetava a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, solicitava redistribuição de carga horária (60% atividades de sala de aula, 40% atividades extra classe) e ingresso na carreira do magistério exclusivamente via concurso público¹⁵.

Na realidade a entidade cobrava do poder público os direitos assegurados por lei, negados na prática.

¹⁵ Cf. entrevista concedida ao Jornal Gazeta de Sergipe em 25/03/1987, p. 04.

Diante da ausência de propostas por parte do Estado, particularmente no que se referia aos salários, os professores oficiais, em assembléia, decretaram estado de mobilização, descontentes com a falta de compromisso do Governador Antônio Carlos Valadares. Muito embora, o representante do governador e o Secretário da Educação e Cultura ressaltassem o momento crítico brasileiro e local, declarando, ainda, a predisposição do governo “ao diálogo com os professores”, no sentido de atendê-los dentro, “das condições do orçamento estadual”¹⁶.

A deterioração das condições de vida e trabalho dos professores do ensino de 1º e 2º graus esteve relacionada às políticas econômicas implementadas desde os governos militares.

Como ressalta Cunha (1999, p. 59), “A deterioração dos salários docentes foi um motor poderoso desse processo; além da objetiva redução da remuneração, a auto - imagem desvalorizada do professor concorreu como adicional na deterioração do ensino público”.

É importante destacar que mesmo em momentos cujos interesses coletivos – salários , estatuto do magistério, condições de trabalho – vinham sendo debatidos, as desavenças internas permaneceram inalteradas. Fatos são foram ilustrativos dessa situação nas assembléias, quando a direção da APMESE foi acusada por agentes da categoria (professores) de agir arbitrariamente sobre os destinos da classe, ao encaminhar pauta de reivindicações ao governador do Estado.

Nessa perspectiva, não se pode considerar os professores como bloco homogêneo, mesmo quando pertencentes ao mesmo organismo associativo ou em busca de interesses comuns. A diversidade de visões, bem como a postura assumida e manifestada por diferentes sujeitos/agentes, exigem certa atenção sobre as várias ideologias, discursos e ações políticas que permeiam a luta e o movimento sindical dos professores em Sergipe. Convergindo com a idéia de que no plano das disputas hegemônicas, diferentes discursos se manifestam, de modo

¹⁶ Cf. Jornal da Cidade de 29 e 30/ 03/1987.

a dissertar interesses e necessidades de classe. Como alerta Amaral (*apud* SILVA, 2001, p. 183), “[...] o discurso é uma materialização das formações ideológicas”.

Como forma de manifestar a insatisfação diante do Estado, a APMESE, juntamente aos professores da rede oficial, decidiu entrar em greve, travando o confronto com a esfera do governo, que se negava a manter diálogo com o comando de greve até a suspensão do movimento. Em face das pressões dos manifestantes, o governo estadual concedeu 30% de reajuste, o que fora rejeitado pelos profissionais do magistério. Paralelamente, ecoavam em direção à sociedade denúncias sobre as condições de trabalho e salários, como forma de esclarecer as razões da paralisação e conseguir o apoio da população afetada com aquela ação.

No discurso do poder público estadual, através do Secretário da Educação, professor Marcos Aurélio Prado Dias, “O Governador Valadares sempre colocou a Educação como uma de suas prioridades, daí porque acreditava numa solução conciliatória para o impasse, embora reconheça as dificuldades financeiras que o Estado enfrentava, na atualidade”¹⁷.

Além dos professores, outros trabalhadores do funcionalismo público estadual também paralisaram suas atividades, como foi o caso dos servidores da Secretaria de Saúde. O poder executivo, pressionado pelos movimentos reivindicatórios, procedeu de maneira atenuada, criando a Secretaria do Trabalho, para servir de canal de negociação com os servidores; concedeu majoração salarial com variações entre 30 e 140%, dentro dos limites financeiros do Estado; concomitantemente, anunciava a dedução dos salários daqueles faltosos, sem prejuízo das medidas legais. Alegava ainda, que os professores de Sergipe ocupavam posição privilegiada em termos de salários, do Nordeste.

O governo do Estado destacava os problemas enfrentados pela nação e seus reflexos em nível local, motivo que conclamava a classe dos funcionários ao retorno das atividades,

¹⁷ Cf. Jornal da Manhã de 28/04/1987, p. 02.

para evitar maiores prejuízos à comunidade.

Para o presidente da APMESE, Hamilton Santana, há vinte e um dias em greve, junto aos professores, a lentidão nas negociações com o Estado, através do Secretário do Trabalho Wellington Paixão, não passava de estratégia, considerando à ausência de uma contra proposta que atendesse aos anseios do magistério, pois a pauta reivindicava 100% de aumento salarial, piso salarial de dez salários mínimos para profissionais de nível superior e cinco salários mínimos para o nível médio, enquanto o governo disponibilizou apenas 30% de aumento.

De acordo com Silva (1997, p. 101), a questão do piso salarial como principal eixo de luta do magistério local, era uma proposta orientada pela Confederação dos Professores do Brasil – CPB. Por outro lado,

O acirramento da luta interna e a cobrança dos professores em torno da questão salarial obrigaram os dirigentes da associação a radicalizar suas ações, quebrando os vínculos de subordinação para com o governo. [...]. A greve ainda era proibida no setor público, mas, na prática, ninguém cumpria a rigor naquela conjuntura da 'Nova República'. Nesse aspecto, a revolta dos funcionários públicos apresentou-se como mudança e determinante eminentemente político [e impotente].

Após vinte e oito dias de greve, os professores conquistaram, através de um acordo, algumas garantias com predomínio de “ganhos funcionais como incorporação de carga horária (para aqueles que ainda não possuíam esse benefício), matrícula limitada a 30 alunos por sala da 1ª a 4ª série, criação de um calendário de pagamento e 13º salário integral” (SILVA, 1997, p. 103).

Quanto à reformulação do Estatuto do Magistério, seria criada uma comissão paritária composta por 12 membros (cinco representantes da categoria, um da OAB e seis indicados pelo governo). Entretanto, o governo interrompeu o compromisso, ao nomear 4 representantes do poder público para compor aquela comissão, fato que desencadeou a retirada espontânea dos professores (através de decisão em Assembléia) da comissão. Além disso, o governo autorizou a implantação de Conselhos, para a democratização das decisões em unidades

escolares. Porém, desentendimentos internos entre as duas entidades contribuíram para o arquivamento da autorização.

Para selar o ano de 1987, ações voltadas para a educação foram promovidas pelas entidades, a fim de discutir, junto às escolas, questões relativas à “gestão democrática, gratuidade do ensino público, recursos para a educação, aposentadoria por tempo de serviço (25 anos), plano de carreira unificado, verba pública exclusiva para escolas públicas”.

A APMESE, sob a orientação da CPB, promoveu naquele ano o I Congresso Estadual de Educação cujo tema, “Valorização e Democratização da Escola Pública”, enfocava políticas nacional, sindical e educacional. De acordo com o presidente, tal evento significava o “compromisso assumido pela entidade, de elevação do nível de consciência do professor sergipano, como também pela preocupação e responsabilidade com a educação”, sobretudo a luta pela elevação da qualidade do ensino da escola pública, cujo meio era a elevação da qualificação docente.¹⁸

Por sua vez o CEPES realizava o Primeiro Fórum sobre o Ensino Público e a Organização dos Professores, com o objetivo de refletir sobre a estrutura educacional do país e a organização dos professores, através de suas diversas entidades.¹⁹

O evento contou com a participação de representantes da UFS, CUT, Centro dos Professores de Brasília e Goiás, professores da PUC/SP e UNICAMP, que debateram temas como “Movimento de Organização dos Professores; realidade política brasileira e sergipana; origem histórica e social do sindicalismo; educação e a produção do conformismo; descentralização da função do professor”.

Sem dúvida, os temas abordados atenuaram as demandas e anseios da categoria, ao tempo em que estavam sintonizados às lutas mais amplas, sobretudo num momento político

¹⁸ Cf. Jornal Gazeta de Sergipe de 20 e 21/09/1987.

¹⁹ Cf. Jornal da Manhã de 18 e 19/10/1987.

de reforma constitucional, em que uma das principais demandas do funcionário público pautava-se no direito à sindicalização.

Com relação às questões iminentes ao magistério, em nível local, os protestos por reposição salarial, e melhores condições de trabalho, permaneceram no cotidiano do movimento como manifestações, atos públicos, audiências junto ao governo e protestos contra as más condições da rede escolar municipal e estadual.

O ano de 1988 marcou o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Escola Pública e Gratuita”, orientado pela CPB. O debate sobre educação assumira proporções nacionais e, em Sergipe, discussões junto aos partidos políticos foram empreendidas por entidades sindicais (ADUFS, SINDIPETRO, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Jornalistas), sobre formação de comitês, campanhas e encaminhamentos de propostas aos constituintes estaduais, para elaboração da Carta Magna – estadual e federal.

Internamente, permanecia o acirramento entre APMESE e CEPES manifestado por troca de acusações, denúncias e conflitos, numa correlação de forças em busca de hegemonia (legitimidade e representatividade).

A APMESE, devido ao caráter exclusivo de filiação e credenciamento ao órgão nacional de classe, como também à autonomia na condução e representação dos professores em nível estadual, garantia, especialmente a seu presidente, Hamilton Santana, uma posição confortável perante o magistério.

Com relação ao CEPES, o fato de não ser reconhecido pela CPB, bem como promover ações independentes, foi considerada por sua rival, como ameaçadora aos interesses dos trabalhadores, ao voltar-se para atingir objetivos eleitoreiros e enfraquecer o movimento.

Esses episódios coincidiram com as eleições para a escolha da nova Diretoria, para o período de gestão 1989/1991. Mais uma vez o grupo formado por lideranças já envolvidas na luta da categoria, comandadas pelo atual presidente da APMESE, Hamilton Santana, vence o

pleito eleitoral, enquanto o grupo de oposição, sob a liderança da professora Ana Lúcia Meneses, manteve-se coadjuvante.

Paralelamente, continuaram as greves, especialmente por reposições salariais, em diferentes setores do funcionalismo público sergipano. No caso dos professores estaduais, a dificuldade de realizar negociações junto ao poder executivo por reajustes, face às perdas salariais promovidas pelo Plano Cruzado, fez deflagrar uma nova paralisação, com duração de dezessete dias, até que o governo cedesse às pressões do movimento²⁰.

As alegações do executivo tendiam sempre para a falta de recursos financeiros, numa demonstração de “falência do Estado assistencialista, agravada pela regressão econômica” (SILVA, 1997, p. 106).

Aquele ano foi marcado, ainda, pela promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), Carta Política declarada “cidadã” pelo seu teor democrático, apoiado por conteúdo pleno de direitos sociais e inclusão da participação dos movimentos mais amplos da sociedade como imprescindíveis, pois o momento refletia “uma complexa correlação de forças políticas que se estabeleceu durante esse período, legalizou um fenômeno que já vinha acontecendo de fato no país: a sindicalização e o direito de greve no setor público” fruto da pressão dos trabalhadores do setor, mas, uma mudança meramente política (SILVA, 1997, p. 106).

Como se percebe, ambas as entidades almejavam trazer para o conjunto da luta dos professores, o debate sobre a valorização do magistério, da escola pública, gratuita, de qualidade pra todos. Dando relevância a novos temas, procurou instituir espaços de discussão e deliberação de propostas, através dos primeiros Congressos.

²⁰ Esta greve teve um fato inusitado. Segundo SILVA, a professora Marisa Messias, 46 anos, foi vítima de derrame cerebral durante uma passeata de protesto em 05 de outubro daquele ano, vindo a falecer. Na ocasião a data ficou definida como Dia Estadual de Luta dos Professores. Por outro lado, a comoção gerada pelo episódio “forçou o governador a receber o comando de negociação” (1997, p. 105-106).

Entretanto, a disputa hegemônica permeou o movimento, provocando consensos sobre questões específicas à categoria – salários, condições de trabalho, capacitação profissional, qualidade na educação –, e conflitos relativos a posturas políticas, disputa pela direção da entidade.

Nesse processo, os discursos se entrecruzaram sob formas camufladas de projetos societários de teor democrático de massas. Ao que tudo indica, a década de 80 sinalizou aquele que seria consagrado, na década seguinte, como o discurso da qualidade em educação, sintonizando com o movimento mais amplo da sociedade e com as invocações no plano ideológico e produtivo.

3.3 DE ASSOCIAÇÃO A SINDICATO: CONSOLIDANDO A HEGEMONIA

O ano de 1988, em termos locais, encerrou-se com a transformação da APMESE em Sindicato dos Trabalhadores da Educação no ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, durante o Segundo Congresso Estadual²¹. Tratou-se de uma “atitude apressada e ‘clandestina’” movida pela direção da APMESE face à “luta interna entre as duas facções, no sentido de evitar que a entidade rival, o CEPES, pudesse auto-proclamar-se sindicato, desbancando a entidade oficial” (SILVA, 1997, p. 106-107).

Para os profissionais do magistério estadual, a década de 1980 O SINTESE encerrou com as lutas que fizeram a história do movimento na década de 80. A questão salarial esteve em destaque, ficando a educação em posição secundária. Naquele momento a economia brasileira atravessava índices recessivos, inflação elevada, arrocho salarial, coincidindo com

²¹ Cf. Ata de Reunião da Diretoria realizada em 30/11/1988.

mais um plano governamental denominado Plano Verão, cujos reflexos representavam “mais um engodo para os trabalhadores desse país”²².

No plano político, segundo Neves (1997, p. 14), a Constituição de 1988, no período de sua elaboração, provocou a criação do Fórum Nacional da Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito, articulando diferentes segmentos da sociedade civil no debate sobre reestruturação do sistema educacional.

É nesse contexto, também, que se verifica o crescimento da militância entre os professores em nível nacional. As manifestações, segundo Silva (1997, p. 103), “vão se tornando cada vez mais ampliado o número de participantes”.

Todavia, nos últimos anos da década, o clima já não era tão favorável para a Associação, tendo em vista a difícil relação com o poder executivo e o divisionismo entre as entidades representativas dos professores da rede oficial, cada vez mais acirrado, o que facilitava o desmando governamental, ao conduzir o magistério a situações aviltantes e prejudiciais aos interesses de uma categoria profissional, o que direta e/ou indiretamente se refletia na sociedade.

A luta interna do movimento (APMESE X CEPES) promoveu a disputa pela hegemonia na trajetória política dos trabalhadores em educação de Sergipe. A APMESE, apoiada pelo Estado militar de 1977/85 e articulada oficialmente à CPB, garantiu, durante anos, a direção e o poder (supremacia), enquanto o CEPES (oposição) não dispunha do consenso necessário da base para conquistar a direção e exercer o seu poder, como também faltou-lhe o reconhecimento da CPB.

Com a unificação do CEPES ao SINTESE, o grupo que ao longo dos anos manteve a hegemonia vai, gradativamente, perdendo força ideológica e não se manteve mais coeso,

²² Cf. Ata de Reunião da Diretoria ampliada em 19/01/1989, p. 4.

enquanto os mesmos que fizeram oposição, conquistam a hegemonia (direção e poder), além de manter, durante a década de 1990, a direção do Sindicato sob nova base ideológica. Esse deslocamento da pequena vanguarda (CEPES) ao poder, assegurou o tom de esquerda no movimento dos trabalhadores em educação, mas também foi sintomático em meio ao movimento mais amplo dos trabalhadores, quando o processo de desagregação afetou os diferentes organismos sindicais, sinal da crise econômica, política e social instalada naquele momento.

Tendo em vista a transformação da associação em sindicato, houve a necessidade de estruturar a nova entidade, através da criação de delegacias sindicais e curso de formação sindical, além da sindicalização da categoria.

Quanto à educação, o momento ilustrava, tanto em nível nacional como local, o debate acerca da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

A sociedade civil esteve envolvida para discutir os problemas educacionais do país, intimamente relacionados ao contexto econômico e político-social mais amplo, manifestando posições e propostas de forma participativa, com encaminhamentos para os parlamentares federais.

Em Sergipe, o SINTESE promoveu seminários orientados pela grande mobilização nacional. Não foi possível perceber, através da documentação analisada, propostas autênticas; somente a reprodução do discurso mais amplo promovido por aqueles organismos e entidades envolvidos com os temas do debate.

Nessa perspectiva, o discurso em defesa da educação na esfera do movimento, ecoou de forma ampla, tanto no aspecto local como na reprodução de problemas nacionais. Porém as ações não foram verificadas em termos reais, tendo em vista a questão salarial prevalecer como central no debate. Os problemas educacionais, não menos importantes, foram evocados

para denunciar a realidade à população, mas principalmente, foram utilizados de forma estratégica para atingir interesses coletivos e individuais.

Com o processo de eleições em todo país, muda o governo federal, com a vitória de Fernando Collor de Mello (1989), enquanto em Sergipe a vitória fica garantida pelo governador João Alves Filho. Muda a direção no movimento sindical, com a ascensão da professora Ana Lúcia Menezes à presidência do SINTESE, em julho de 1992.

Os anos de 1990/91 foram caracterizados por episódios que já faziam parte do cenário sindical, como:

- greves de servidores públicos com a participação efetiva do SINTESE;
- plano de cargos, salários e carreira;
- debates coletivos sobre o Estatuto, com a participação de escolas.
- política educacional: falta de segurança e manutenção das escolas; escassez de material didático, em razão da suspensão na distribuição, por parte do governo federal (MEC); índices elevados de analfabetismo, especialmente em alguns municípios; salários abaixo do mínimo, obrigando alguns professores a jornadas extras, em diferentes estabelecimentos, a fim de manter padrão mínimo de subsistência, mas sem a possibilidade de reciclagem profissional.

O período marcaria uma nova etapa na história do sindicato dos trabalhadores em educação do Estado de Sergipe. A pauta de reivindicações permanece, durante todo o novo governo, bem como no período do retorno do Governador João Alves Filho à ascensão da professora Ana Lúcia Menezes (1992) à presidência do SINTESE.

Após anos de embate político interno, o grupo de oposição assumiria, na década, a direção da entidade sob novos contornos, iniciando uma etapa de lutas baseada “em uma entidade que propõe políticas públicas na área da educação, possui um projeto de

profissionalização da categoria e age num processo interativo com a sociedade e com os segmentos organizados das classes trabalhadoras” (SILVA, 1997, p. 110).

A professora Ana Lúcia Menezes e seus parceiros de direção do sindicato passam a adotar uma nova leitura da realidade educacional, assumindo como uma das principais bandeiras de luta a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade social, contrapondo-se ao projeto hegemônico neoliberal.

Num esforço conjunto entre direção e membros de base, inicia-se o processo de construção de uma nova cultura, apoiada no consenso e no discurso unificado pelos trabalhadores em educação, em busca de uma práxis, na direção do compromisso social do SINTESE. Começam a delinear-se as primeiras propostas de realização de fóruns para discutir o tipo de escola necessária aos trabalhadores.

Vale destacar que, na política de educação, o discurso do poder do Estado culminava na erradicação do analfabetismo, entretanto, como atingir tal objetivo, diante da real condição do professor, elemento fundamental à efetivação desse projeto?

Durante os anos que antecederam a transição democrática, os dirigentes da então Associação, estiveram subordinados ao poderio militar, reflexo do momento político, com predomínio ditatorial do poder executivo, inibindo o exercício político democrático. Aquele momento se revelou como um processo rico e necessário ao movimento dos trabalhadores em educação, que surgia em oposição para responder ao *status quo* do regime e às ameaças de seus representantes, fato que permitiu conquistar gradualmente o poder na direção do Sindicato.

As greves apresentaram-se, em alguns momentos, como estratégias de defesa. Outras funcionaram como alerta sobre questões específicas. Muito embora tenha se evidenciado, em alguns momentos, o fracasso das manifestações, com ausência de conquistas ou, resultados aquém do esperado, devido a limitada mobilização dos manifestantes, ou mesmo pelas lutas

internas na organização dos trabalhadores. Porém, a depender dos interesses, ou mesmo com interesses divergentes, as duas entidades mantiveram uma relação de aliança, de caráter hegemônico de classe, capaz de permitir a mobilização contra o Estado.

Até 1992 permaneceu o grupo de oposição dos professores na direção do sindicato. Em junho do mesmo ano foi realizada eleição para concorrer à nova Diretoria do SINTESE (gestão 1992-1995)²³, empossada no mês de junho de 1992.

O SINTESE, sob nova direção, no curso dos anos 1990, foi capaz de superar as limitações corporativas, fechadas em si mesmas em busca de seus interesses imediatos de classe (o salário, a questão funcional), para se transformar em “protagonista e intérprete dos interesses gerais da sociedade”, conforme pregou Gramsci para o operário produtor e seu conselho de fábrica(*apud* GRUPPI, 1996, p. 74).

Ao assumir o órgão de classe, a nova direção encontrou a entidade em “completo abandono, sem material de trabalho e repleto de dívidas (aluguel, encargos sociais e material de reprodução)”, motivo que levou os dirigentes a assumir como uma das primeiras providências, a solicitação de empréstimos materiais e financeiros a outras entidades sindicais, na tentativa de organizar e solucionar problemas mais urgentes. Também foi instalado o processo de convocação em massa dos professores para filiação ao sindicato, e trabalho coletivo desenvolvido junto aos filiados, para a credibilidade e ações responsáveis, além de demandas funcionais (vale transporte, adicional noturno, gratificações por títulos).

No âmbito educacional, foram apresentadas propostas como ampliação e discussões em defesa da escola pública, defendidas com apoio de aliados (SINDIPEMA); e

²³ Das três chapas inscritas, a vencedora obteve 56,42% dos votos, contra 33,21% da segunda colocada e 10,37% da terceira (Cf. Ata de encerramento dos trabalhos de apuração das eleições em 16/06/1992 para a Diretoria do SINTESE).

desenvolvidas ações junto ao parlamento em favor de propostas da LDB: “engajamento com as associações de bairros para criar grupos de fiscalização nas escolas”²⁴.

O primeiro ano de gestão também promoveu ações de caráter mais amplo, como o processo de votação da nova LDB, no plenário da Câmara Federal, em Brasília.

Pautado na valorização da escola pública democrática e de qualidade, orientado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, o sindicato incluiu, em suas ações, mobilização junto a entidades sindicais e ao movimento popular, com o envio de telegramas à banda parlamentar sergipana, a fim de representar os interesses e propostas do magistério na elaboração da lei destinada à educação. Essas ações fizeram parte de um processo interativo junto à sociedade e outros segmentos organizados da classe trabalhadora (SINTESE, 1996, p. 02).

No plano político, as relações entre SINTESE e poder executivo (Governador, Secretário de Estado da Educação e do Desporto, e da Administração) estiveram voltadas para questões relativas ao Estatuto do Magistério, desencadeando um longo processo de resistência dos profissionais da educação na esfera estadual. Assembléias, passeatas, greves, atos públicos marcaram a arena, cujo resultado correspondeu a aprovação da Lei Complementar n.º 16/94, pertinente ao Estatuto do Magistério, com resultados significativos para a categoria (aspecto este a ser discutido mais adiante).

No âmbito econômico, o destaque esteve voltado para o Plano Econômico Federal de conversão dos salários em Unidade Real de Valor (URV), e suas implicações na política salarial do funcionalismo público estadual, especialmente os educadores. As defasagens e perdas salariais incluíram-se nas propostas do novo Estatuto²⁵.

²⁴ Cf. Ata de reunião da Diretoria em 18/07/1992.

²⁵ Destaca-se aqui que “somente com a greve de maio e junho de 1993”, o sindicato conseguiu retomar as negociações e nova comissão reformada(6 representantes do SINTESE e 6 da Secretaria da Educação.

Diante das evidências, é preciso recuperar alguns elementos apontados no capítulo anterior. O primeiro refere-se ao discurso. Nas reflexões de Amaral (*apud* SILVA, 2001), o discurso se produz em um dado momento histórico social para responder às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência na sociedade. Nessa perspectiva, o discurso produzido pelo novo grupo que assumiu o Sindicato, esteve sintonizado com as demandas dos trabalhadores e da sociedade.

Ao defender interesses específicos ou gerais, os agentes do discurso não se limitaram à mera expressão da linguagem, como atenta Bourdieu, mas despertaram o interesse e o poder sobre o grupo social, constituindo mais um ingrediente que permitiu revelar as práticas do magistério e seus valores latentes.

No plano hegemônico, em diferentes momentos históricos, pode-se perceber que os grupos aqui identificados se aglutinaram, se aliaram e se enfrentaram, definindo a disputa, ora consensual, ora conflitiva, sobre as relações de poder.

Nessa perspectiva, propostas foram delineadas, cujo eixo se converteu para as questões relativas às demandas do trabalho e para a defesa da qualidade do ensino, tão debatido no curso dos anos noventa pelos sujeitos políticos coletivos. Sobre essa discussão, serão referendados os IV, V e VI Congressos Estaduais dos Trabalhadores em Educação de Sergipe.

3.4 OS CONGRESSOS EM EVIDÊNCIA NOS ANOS 90

No ano de 1992 aconteceu o IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, com o tema: “Redimensionar a política sindical e pedagógica, uma necessidade do ensino público”.

Nesse Congresso, foram abordadas questões referentes ao papel político e pedagógico do sindicato; escola possível; necessidade do diálogo entre os trabalhadores da educação e os

do setor produtivo; significado da greve para o Estado; formação sindical endógena e exógena; significado da gestão democrática e ação transformadora do professor; desconhecimento dos professores sobre a LDB; análise de conjuntura e projeto neoliberal; e, ensino público.

Ao estabelecer essas linhas de discussão, o SINTESE manteve o diálogo junto à base dos trabalhadores em educação, no sentido de manter a categoria atualizada sobre temas econômicos, políticos e sociais, de forma mais ampla, mas também discutir temas recorrentes aos interesses e necessidades dos trabalhadores em educação.

Embora a escola pública tenha sido um tema bastante recorrente e inflamado pelo sindicato, faz-se necessário destacar que, naquele evento, havia preocupação de alguns participantes sobre o “desinteresse dos professores em discutirem a escola pública de que tanto falam”²⁶

Nesse fragmento, é possível perceber que o debate sobre educação, tão abordado no plano do discurso do magistério, acaba por contradizer a defesa de um projeto voltado para a educação de qualidade. De certa forma, uma partícula discursiva, não necessariamente define a realidade, mas pode sinalizar uma questão mais ampla.

O congresso possibilitou, ainda, momentos de discussões imanentes às demandas da categoria, como: plano de ação política para o ano seguinte; reflexões sobre o Estatuto do Magistério (propostas de emendas); campanha salarial; avaliação sobre estratégia de luta e negociação com o governo.

Foi possível perceber que o projeto democrático de massas surgiu de forma tímida, durante o IV Congresso, tendo em vista ser o primeiro ano de gestão da nova diretoria, cujos interesses principais estiveram voltados para questões de trabalho, salário e regulamentação

²⁶ Cf. Ata do IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, 16/12/1992.

do Estatuto do Magistério. O debate em torno do projeto democrático de massas só será ampliado nos anos subseqüentes.

Na esfera estadual, as discussões entre Estado e Sindicato sobre as questões educacionais, versaram sobre o compromisso pedagógico e administrativo dirigido às unidades de ensino e de trabalho relativas a qualidade (educação de qualidade), reforma da grade curricular com a participação dos professores; escassez de material didático.

Por outro lado, as pautas mais específicas da categoria, na relação junto ao Estado, permaneceram inalteradas: greve geral por melhorias salariais e funcionais e demandas da escola pública; e, renegociação do SINTESE junto ao governo do Estado sobre o Estatuto do Magistério.

Quanto ao Estatuto do Magistério, destacam-se como temas propostas: a vinculação do salário do professor à remuneração do Secretário de Estado da Educação (padrão de referência I, com carga horária de 130 horas correspondendo a 10% do gestor); concurso público; ocupação de cargos em atividades técnico-pedagógicas; bolsas de estudo para o magistério; estágio probatório; remuneração *ex-officio*; licença prêmio; direito de fiscalização; adicional de biênio; exercício das funções de direção, secretaria ou de assessoramento; dedicação exclusiva; gratificação por insalubridade, atividades em locais de difícil acesso, titulação, salário-família, auxílio doença; plano bienal de capacitação; regime de trabalho; comissão especial do magistério; conselho escolar.²⁷

As reivindicações relativas a reposições e perdas salariais, correções e vencimentos, ocorreram em meio a tentativas de diálogo junto ao Secretário; problemas administrativos e pedagógicos foram trabalhados em negociações e diálogos junto às autoridades constituídas.

Para o SINTESE, uma questão se fazia central:

Nós trabalhadores em Educação não podemos deixar de entender que o serviço público não é igual a iniciativa privada onde ocorre uma relação direta entre patrão e

²⁷ Cf. Cartilha Estatuto do Magistério, 1994.

empregado. Justamente por isso, que reforçamos a aliança professor-pai-aluno. Só assim será possível exigirmos o respeito da autoridade constituída para com todos os agentes do processo de ensino-aprendizagem (SINTESE, Boletim n.º 22, ano III, maio/94).

Por outro lado, o sindicato entendia que:

os Trabalhadores da Educação em Sergipe, tem demonstrado nestas duas últimas décadas, seu compromisso na defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade, que vem sendo sucateado e privatizado ao longo da nossa história, principalmente, a partir do regime militar, quando se desencadeou um processo de massificação e de desprofissionalização da grande maioria que labuta cotidianamente nas Unidades de Ensino²⁸.

Nessa perspectiva, eles estiveram presentes às paralisações, especialmente por melhorias salariais; manifestações em defesa da Escola Pública e da dignidade de todos que cotidianamente desempenham sua função educativa no Sistema Estadual de Ensino, mas, também, houve momentos de recuo em alguns atos, quando necessário à manutenção e resgate da Escola Pública.

Quanto à política educacional, diferentes sujeitos políticos formularam, a partir de propostas, o Plano Decenal de Educação para Todos. De acordo com Melo (1998, p. 57),

Entre maio de 1993 e setembro de 1994, as entidades que participaram da formulação do Plano [...] se encarregaram de discuti-lo nos estados e municípios, promovendo, junto com o MEC eventos [...]e elaborando relatórios e sínteses estaduais e regionais sobre o processo de discussão e implementação daquele Plano.

Durante o ano de 94, foi constante, ao longo da gestão sindical, a implantação dos Conselhos Escolares, de caráter deliberativo. Comprometimento do SINTESE com a escola pública de qualidade e com a valorização profissional dos trabalhadores em educação.

O momento selou, no plano nacional, a criação do Fórum Permanente do Magistério de Educação Básica, objetivando “valorizar os professores do país, através de ações ligadas à formação, capacitação e o mais importante – à melhoria salarial via Plano de Carreira²⁹”.

O sindicato manteve permanente diálogo junto ao Parlamento Estadual, por entender que a Assembléia Legislativa regulamenta as políticas públicas do Estado e constitui a

²⁸ Cf. Ofício n.º 175/94 de 03/05/1994.

²⁹ Cf. Ofício n.º 225/94 de 11/07/94 encaminhado ao Governador João Alves Filho.

representação popular. Nesta perspectiva, solicitou apoio e mediação junto ao Governo do Estado, especialmente nas questões relativas à aprovação do Estatuto do Magistério e reposições salariais.

O segundo semestre ilustrou o enfrentamento dos Trabalhadores em Educação da Rede Oficial de Ensino do Estado de Sergipe juntamente com a Diretoria do SINTESE, com o governo estadual. Naquele momento foram conclamados outros sindicatos, num processo de unificação do movimento sindical para desgastar a imagem do representante do poder executivo estadual.³⁰

Denúncias sobre a situação da escola pública e sobre os profissionais do magistério permaneceram. Ainda registrou-se paralisação de 14 dias, considerada ilegal, com ordem para o retorno ao trabalho. Nesse período, foram realizados, descontos e cortes salariais por dias parados; vigília permanente na Assembléia Legislativa com a ocupação dos trabalhadores nas dependências do recinto; e, greve de fome da Presidente do Sindicato, Professora Ana Lúcia Vieira Meneses, para chamar a atenção da opinião pública sobre a gravidade e descaso do poder executivo com o ensino oficial sergipano, bem como para pressionar o governo a negociar, no sentido de atender as reivindicações da categoria³¹.

De acordo com a documentação consultada, o SINTESE manteve o diálogo junto às autoridades municipais (gestores) a fim de garantir/reivindicar os anseios, necessidades e aspirações da categoria, em diferentes municípios.

O sindicato manteve três eixos: condições de trabalho, política salarial e gestão democrática. Entende-se por condições de trabalho: a distribuição de recursos pedagógico e administrativo às unidades escolares; o plano anual de capacitação; o concurso público; a ocupação de cargos nas atividades técnico-pedagógicas; a remoção ex-ofício.

³⁰ Cf. Ofício Circular n.º 010/94 de 10/08/94, dirigido a 18 entidades sindicais.

³¹ Cf. Ofício Circular n.º 012/94 e 013/94 de 09 e 10/08/94.

No que diz respeito à política salarial, destaca-se questões como a licença prêmio, o auxílio-doença, as férias, as gratificações por insalubridade, regência de classe ou atividade de turma, titulação e nível superior; a isonomia salarial, a licenciatura curta.

Gestão democrática corresponde à eleição direta para dirigente da unidade escolar e a criação do Conselho Escolar, de caráter deliberativo e com a participação efetiva da totalidade dos professores, especialistas, representantes de pais e funcionários de cada unidade escolar³².

É pertinente observar, que diante das pressões junto ao governo estadual, o SINTESE conseguiu apenas manter diálogo junto ao poder executivo, através de audiências, para definição de calendário de pagamento, compromisso assumido pelo governo em decorrência do encaminhamento e aprovação do Estatuto do Magistério, via Assembléia Legislativa, dentro do prazo previsto (anterior às eleições de 03 de outubro de 1994).

Não se pode desconsiderar o momento político vivido (ano eleitoral com renovação dos quadros parlamentares e executivos) no país, onde as barganhas e compromissos são firmados estrategicamente, objetivando interesses individuais e/ou coletivos. No caso do Sindicato, o momento foi favorável pois ao utilizar táticas e práticas político-sindicais (ocupação no espaço da Assembléia, envio de ofícios, paralisações, greve de fome) conseguiu-se responder a algumas das reivindicações corporativas e universais. Para o governo a posição era mais delicada, pois evitava denegrir a sua própria imagem em plena época de campanha política, além de buscar garantir a popularidade e legitimidade nas urnas. Embora fosse esse o discurso, o governo prometeu mas não cumpriu o acordo firmado junto aos trabalhadores em educação.

³² Cf. Ofício n.º 257/94 de 24/08/1994.

No entendimento do sindicato, a política salarial corresponde ao “primeiro passo para o restabelecimento da valorização profissional dos educadores”³³. Além disso, as condições relativas à educação também concorrem para essa valorização. Tendo em vista o descaso do poder público em relação a esta área e, diante das reivindicações não atendidas, o SINTESE manteve um número significativo de paralisações.

De acordo com o questionário elaborado pelo Instituto de Pesquisa sobre Estudos Sindicais – área de educação – sobre greve dos professores em Sergipe, o SINTESE respondeu que, no período de 1987 a 1993 ocorreram as seguintes greves, com reposição de aula:

- 1987 (abril/maio), 28 dias parados;
- 1988 (setembro/outubro), 15 dias parados;
- 1989 (maio), 30 dias;
- 1990 (maio/julho) 56 dias de paralisação;
- 1993 (julho/agosto), 26 dias de paralisação.

Somente na mudança do ano, de 1989 a 1990, o calendário escolar ultrapassou o ano seguinte; em ordem de prioridade, de 1988 a 1990 as principais reivindicações estiveram voltadas para:

- 1) melhores salários;
- 2) vantagens funcionais;
- 3) melhores condições de ensino;
- 4) gestão democrática³⁴

O eixo central da reivindicação do SINTESE esteve voltado para o debate envolvendo o Estatuto do Magistério. Sob a designação de Lei Complementar n.º 16/94, após várias

³³ Cf. Ofício Circular n.º 015/94 de 14/09/1994.

³⁴ Cf. Questionário sobre greve de professores, Ofício n.º 296/94 de 25/10/1994.

pressões e muita resistência manifestada através de paralisações, protestos, atos públicos, assembleias, passeatas e até greve de fome, o resultado foi a aprovação da lei, identificada como conquista significativa em benefício da categoria.

Embora o governo do Estado e os Deputados Estaduais tivessem rejeitado algumas emendas (sintonizadas com as direções do Acordo Nacional de Educação para Todos, conversão do salário em real, piso salarial de, no mínimo, 300 reais), as conquistas se deram através da redução da jornada de trabalho em sala de aula, incorporação de salário indireto à remuneração (vale-transporte), melhor organização de base, formação de lideranças sindicais e respeito junto a opinião pública.

O ano de 1994 encerrou-se com a realização do 5º Congresso Estadual de Trabalhadores em Educação, com o tema “Educação no Centro das Atenções”, realizado entre 09 e 11 de dezembro, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. As discussões voltaram-se para “o movimento sindical como espaço educativo; o projeto neoliberal na educação; o piso nacional do profissional do Magistério e as formas de luta dos Trabalhadores da Educação; Gestão Escolar, Democracia em questão”, além da tese “Construção, resistência e luta”.

Enquanto fórum máximo de discussão e deliberação pertinentes à categoria, no referido Congresso foram avaliadas as ações sindicais referentes ao último biênio, apresentaram-se os desafios para o período subsequente, bem como procurou-se efetivar as mudanças necessárias na estrutura e funcionamento da entidade (SINTESE, 1994, p. 1).

Para o sindicato,

Na contramão desses projetos, encontram-se os trabalhadores e o movimento sindical que se vêem concretamente ameaçados pelos mesmos, uma vez que, no afã de se promover a constituição de espaços econômicos e comerciais desregulamentados, essa políticas macroeconômicas objetivam atrair investimentos e permitir maior competitividade internacional às custas da sub-valorização da mão-de-obra e da superação de conquistas sociais e direitos sindicais (SINTESE, 1994, p. 3).

Sobre o discurso, relativo à questão educacional, produzido pelas elites, a leitura feita pelo SINTESE, seria:

a) preocupação permanente com a situação educacional, apesar de essas mesmas elites terem contribuído, historicamente, para a desqualificação dos espaços educativos;

b) mudança de posição em relação a educação patrocinados pela competitividade internacional, pertinente ao projeto neoliberal com o objetivo único de “adequar a escola e seus agentes às novas exigências do capital, preparando o ‘padrão de trabalhador’ que os novos tempos demandam”;

c) a educação teria, do ponto de vista das elites, que atender ao reforço dos elementos centrais do projeto neoliberal global. Esses elementos estariam referentes,

a construção da vida política tendo como prática a manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania, pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor (SINTESE, 1994, p. 6-7).

Nessa perspectiva, o organismo sindical denuncia o discurso ideológico que encobre as contradições entre ações concretas e os valores sustentados como referenciais do projeto neoliberal.

Na questão da qualidade da educação, as evidências recaem sobre uma reflexão objetiva: “uma escola que é regida burocraticamente, com um professor expropriado, alienado do seu trabalho, ‘adotado’ pelo livro didático, reproduz o processo de alienação e reificação do homem” (SINTESE, 1994, p. 7)

Todavia, diante desse projeto educacional, qual seria o discurso dos trabalhadores em educação?

Para o SINTESE,

Na insurgência desse projeto, estão parcela dos trabalhadores em educação, comprometidos com a sociedade mais justa e solidária, que não entendem cidadania como mero preparo para discussão dos direitos do consumidor, mas democratiza e amplia o seu conceito entendendo-a como libertação e preparo de qualquer ser

humano para o exercício do poder (econômico, político, social e cultural) (1994, p. 8).

Os interesses estavam consignados em “uma educação que liberta e não que escraviza os homens aos interesses do capital” com o objetivo de “inverter o processo de desprofissionalização que vem sendo imposto, quer seja através da divisão do trabalho na escola, quer seja através da expropriação do trabalho intelectual docente” (idem, ibidem).

Para a superação desse processo, o SINTESE apresentou alguns elementos:

- a) o estabelecimento de condições dignas de trabalho;
- b) a definição de uma política salarial compatível com a função do magistério;
- c) a preparação contínua do professor, visando sua profissionalização para a pedagogia libertadora;
- d) implantação da gestão democrática;
- e) a transparência na projeção e aplicação dos recursos públicos na área da educação (idem, ibidem).

Vale destacar, que a elaboração da tese pela diretoria do SINTESE e representantes de base, foi subsidiada pela “pré-tese unitária, apresentada pela CNTE para o XXV Congresso dos Trabalhadores em Educação” (SINTESE, 1994, p. 1). Ou seja, as propostas aqui apresentadas foram norteadas pela CNTE, que no âmbito mais geral, interveio “durante o processo de elaboração da LDB, e no Plano Decenal, procurando estabelecer diretrizes de um novo plano de carreira”. Além disso, “[...] a CNTE conseguiu, pela primeira vez em sua história, ser reconhecida como representante dos trabalhadores do ensino básico em âmbito nacional, e o compromisso público do MEC, CONSED e UNDIME no sentido de implantar um Piso Salarial Profissional Nacional³⁵” (SINTESE, 1994, p. 8))

O sindicato, por sua vez, estabeleceu como prioridade de discussão e ação o combate ao projeto neoliberal e a defesa e implantação do piso salarial. Essas questões tornaram-se os

³⁵ De acordo com o SINTESE(1994:8-9), o valor mínimo considerado era equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) para uma jornada de 40 horas semanais, com pelo menos 25% de horas extra-classe, para formação continuada.

eixos de luta do magistério público, embora a questão salarial tenha se destacado como tema histórico, no conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Vale ressaltar que, já no início dos anos 1990, o movimento mais amplo dos trabalhadores opunha-se àquele projeto neoliberal, “que se consolida como hegemônico no país, funcionando como plano estratégico da classe dominante para reverter um quadro político-econômico-social de crise” (MELO, 1998, p. 107)..

Para o sindicato, esse projeto se configurou, no trato da educação sergipana, como:

processo de terceirização do ensino, através dos convênios firmados pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com a CENEC, Prefeituras e empresas que prestam serviço de limpeza, manutenção e segurança; na centralização das informações; na ênfase ao uso do livro didático, em detrimento dos agentes do processo; e em uma visão de gestão voltada para o treinamento do administrador, negava a participação dos sujeitos que constroem o projeto pedagógico e administrativo da escola (SINTESE, 1994, p. 9).

Por outro lado, o quadro educacional do Estado confirma³⁶, na ótica do movimento sindical, “a desqualificação do trabalho profissional da educação; chocando-se com o discurso de qualidade utilizado pelas elites e seus representantes políticos” (SINTESE, 1994, p. 9-10).

Em meio aos desafios apresentados, o sindicato desenvolveu novas formas de enfrentamento contra a esfera estadual. Dentre elas destacam-se além das tradicionais, a elaboração do diagnóstico da escola, com a participação dos estudantes; a realização de atos públicos e panfletagem no centro de Aracaju e nas feiras municipais; o abraço das escolas; a ocupação da Assembléia Legislativa; suspensão das últimas notas dos estudantes; não apresentação de alternativas, durante o debate sobre Plano Decenal de Educação para Todos; manifestação com denúncias apresentadas ao Ministro da Educação, em visita ao Estado;

³⁶ Segundo alguns dados estatísticos, apontados pelo SINTESE sobre a realidade educacional em Sergipe, a situação assim se apresentou: a) para o ano de 1993 houve déficit de atendimento pré-escolar (63,26%), primeiro grau (38,27%), segundo grau (87,50%); b) para o ano de 1992, os índices de reprovação de alunos matriculados no primeiro grau chegaram a 35,68%, enquanto a evasão escolar, com destaque para as séries iniciais atingiu 20,79%; c) professores não habilitados legalmente para o exercício do magistério indicaram 32%.

presença constante dos trabalhadores nos eventos promovidos pelo sindicato; intervenção dos dirigentes em meios de comunicação, especialmente o rádio, enquanto “espaço privilegiado para denúncias; o repasse de informação e também para convocar a categoria para as atividades político sindicais” (SINTESE, 1994, p. 11).

Essas manifestações, aliadas à capacidade de mobilização dos trabalhadores em educação (assembléias, passeatas, vigílias) juntamente com alunos e pais, soaram como uma demonstração de resistência e empenho na conquista de direitos, tanto que, naquele ano, algumas reivindicações foram alcançadas como a nomeação de uma comissão paritária, designada para reformular o Estatuto do Magistério; além da redução da jornada de trabalho para 25 horas/aula, vale transporte e o estabelecimento de um calendário de negociações com o governo estadual.

No âmbito da política salarial, a presença da CUT, à qual o SINTESE é filiado, e o apoio do DIEESE, através de sua assessoria, foram decisivos nas manifestações imanentes à campanha salarial.

Entretanto, há que se destacar um fato inusitado: a greve de fome da Presidente da SINTESE foi considerada como “ato político extremo”, cuja repercussão, na esfera estadual, evitou a punição da categoria já paralisada, como também, permitiu o processo de negociação junto ao Governador João Alves Filho. Para o caso específico, “a crise da escola pública e a desprofissionalização do magistério” contribuíram para tal atitude extrema (SINTESE, 1994, p. 13).

Por outro lado, o sindicato reconhecia a sua contribuição na formação da consciência cidadã e na politização dos trabalhadores da educação, tanto que elevou o número de filiados, em decorrência da “credibilidade depositada pela categoria na direção do sindicato” (idem, *ibidem*). Esse fenômeno diverge daquele verificado no âmbito dos trabalhadores da indústria, onde os índices de sindicalização sofreram redução, reflexo da reestruturação produtiva.

Passado o processo eleitoral brasileiro, o ano de 1995 inicia-se com a posse dos novos representantes nas esferas federal e estadual. O Brasil tem como novo presidente, eleito pelo voto direto, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, enquanto Sergipe elege o ex-senador e ex-presidente da CNI, Albano do Prado Pimentel Franco, como novo governador do Estado. O ano foi decisivo para a população brasileira e sergipana, por afirmar o avanço de projetos societários – neoliberal e democrático – e de educação, no campo das propostas dos sujeitos políticos coletivos.

Com a vitória do Governador Albano Franco ao poder executivo, houve grande expectativa quanto à sua administração, pois prevaleceu o desemprego no setor bancário (BANESE), da saúde e da indústria; demandas sociais; violência no campo; ameaças de privatização; ingresso de funcionários no serviço público sem concurso. A reação foi imediata por parte dos setores de esquerda local. Partidos políticos, bem como movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade, discutiram proposta de manifestação para garantir a regularização dos processos de assentamento dos sem terra das comunidades remanescentes dos Quilombos.

O SINTESE apresentou um nível de organização diferenciado da gestão APMESE e daquela dirigida pelo professor Hamilton Santana. Sob a liderança da professora Ana Lúcia Vieira Meneses, houve a necessidade e preocupação de formar educadores sindicais em sintonia com o projeto político-sindical da CUT, e com propósitos de planejar e executar políticas de formação, e efetivar planos de trabalho das instâncias do Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Face às demandas da educação, o SINTESE elabora o documento intitulado “Cenário da Educação Pública em Sergipe”, no qual

preocupou-se em identificar os problemas estruturais da educação e a ausência de uma política educacional a nível estadual que contribua para transformar a atual realidade. Neste sentido, entende-se que o Acordo Nacional de Educação para Todos e o Pacto pela valorização do Magistério e pela Qualidade da Educação,

devem ser balizadores para às (sic) ações da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto³⁷.

O SINTESE solicitava providências para os fatos denunciados, junto ao Secretário de Estado da Educação e do Desporto, Clodoaldo de Alencar Filho, pois foi constatada, através da direção do sindicato e de visitas às unidades de ensino, a ausência da incorporação de 12,5% do horário de trabalho, para estudo, pesquisa e planejamento (atividade produtiva)

O Sindicato também estabeleceu calendário de negociação junto ao governo do Estado sem necessidade de paralisação, além da reivindicação de 30% incorporado ao salário do professor com regime noturno e reajuste salarial.

Foi possível observar que, em 1995 o SINTESE desempenhou o papel de fiscalizador da aplicação de recursos da SEED, junto às unidades de ensino que apontavam excesso de gastos em reformas, solicitando ações sobre privilégios de reformas de algumas escolas em detrimento de outras, e medidas político-moralizadoras.

Naquele mesmo ano (03 a 07/04/1995) foi realizado, em Brasília, Ato Público em Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional e contra a Revisão Constitucional, especialmente em relação à aposentadoria especial, estabilidade e previdência.

Em nível local, ocorreu a Conferência “A profissão dos Professores em tempos de Neoliberalismo”; o Fórum da LDB, com articulações políticas e debates; e, A Campanha Nacional Unificada de Trabalhadores em Estatais no Serviço Público. Greve contra o arrocho e as reformas neoliberais de FHC, também marcaram o ano.

Frente às evidências, pode-se compreender que:

a) em relação ao papel da educação, a defesa de uma educação de qualidade e democrática, na perspectiva de transformação social, esteve sintonizada com o projeto democrático de massas, no âmbito da conjuntura política mais geral e contrária ao projeto societário promovido pelo neoliberalismo;

³⁷ Cf. Ofício n.º 004/95 de 23/01/1995.

b) em relação do papel do movimento sindical, a ênfase maior se voltou para a proposta de transformar o SINTESE em um sindicato combativo, classista e democrático, assumindo significado importante para uma categoria específica de trabalhadores.

O SINTESE, sob a nova direção, interessou-se por questões pertinentes aos problemas e possíveis soluções em relação à educação, tanto em nível local como nacional.

Diante da temática sobre a crise na educação, o sindicato buscou juntamente com o Sindicato dos Profissionais do Ensino Municipal, ampliar, de forma conjugada, o Fórum em defesa da Escola Pública, de maneira a discutir e ampliar junto a associações de bairros (representação popular), os problemas das escolas e a ação direta junto ao parlamento em favor das propostas da LDB, discutidas amplamente pela sociedade civil, através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública de Qualidade e Democrática.

Em Sergipe, durante as décadas de 1980 e 1990, os profissionais do ensino da rede estadual lutaram pelo piso salarial. O salário corresponde a um dos principais problemas enfrentados pela categoria profissional e, a depender “do prestígio da corporação e de sua posição relativa ao campo de poder” as dificuldades tendem a se resolver via “estratégias eventualmente utilizadas para enfrentá-los” (PEREIRA, 2001, p. 29). O salário pode ser traduzido como uma questão particular ou geral, a depender dos agentes e do discurso traduzido nos limites das demandas materiais.

No caso dos profissionais do magistério oficial e dos demais funcionários do Estado de Sergipe, a ambigüidade de posição denota o discurso e move estratégias de luta. Na condição de categoria dominada e, em épocas de arrocho salarial e carestia, as reivindicações inclinam-se para o pólo salarial, como ocorreu nos anos oitenta.

Por outro lado, enquanto funcionários do Estado – mantenedores de certa estabilidade, *status* intelectual e/ou mesmo condição social –, o tom reivindicatório genérico ecoa interesses corporativos, ou seja, estão engajados em lutas por melhores condições de trabalho

e níveis mais justos e dignos, tradicionalmente constituídos, bem como abordam questões que atinjam toda a população, como a qualidade educacional e a gratuidade do ensino público.

Se no âmbito da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, as mudanças provocam exigências que afetam a classe trabalhadora, uma delas vem merecendo destaque no cenário sergipano sob forma de discurso: trata-se da qualidade total.

A questão foi tratada durante o VI Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, realizado em dezembro de 1996. Com o tema “Educação, Democracia e Qualidade Social”, o evento direcionou as discussões ampliando sobre o projeto educacional democrático de massa; estabeleceu como prioridade “a defesa do papel da escola na construção de uma sociedade erguida nos verdadeiros princípios democráticos [...] e também na obtenção da qualidade social” (SINTESE, 1996, p. 2).

Essa postura contrapunha-se aos propósitos definidos pelo projeto neoliberal, que se consolida como hegemônico no país, funcionando como plano estratégico dominante.

Por outro lado, o VI Congresso rejeitava a “proposta excludente de ‘qualidade total’ adotada pelas elites capitalistas” (SINTESE, 1996, p. 2).

Para os trabalhadores da educação de Sergipe, “as investidas do Projeto neoliberal também afetam o campo da educação face ao objetivo de adequar as políticas educacionais ao novo modelo produtivo [...] para capacitar a mão-de-obra para responder aos desafios técnico-operacionais” necessários ao capital (SINTESE, 1996, p. 15).

O entendimento do SINTESE, sobre o discurso neoliberal colocado para a educação, seria acirrar ainda mais os processos de exclusão, camuflados na gestão da qualidade total, via gestão participativa e autonomia das escolas, visto que, “apesar das designações atrativas, essas propostas não atendem aos históricos anseios de transformarmos a escola num espaço verdadeiramente democrático e emancipador” (SINTESE, 1996, p. 16).

De acordo com Gandin (2001, p. 72), “A discussão sobre a qualidade de ensino não é nova para os educadores. Ela está historicamente identificada com a luta dos educadores progressistas por uma escola melhor e mais democrática”. Todavia, um novo discurso sobre a qualidade em educação ocupou escolas e vem ganhando espaço, é o da qualidade total, de contorno neoliberal e sob a lógica do mercado capitalista.

O autor ainda afirma que “esse novo discurso sobre a educação busca reiterar os aspectos políticos do processo educacional, cooptando e invalidando o discurso histórico de democratização e qualidade de ensino dos educadores progressistas” (Idem, *ibidem*).

Compõe-se, assim, uma estratégia de discurso localizada em conceitos, categorias e políticas que adotam os alunos como clientes; vê a educação, não como direito do cidadão, mas como mercadoria; associa o público ao ineficiente, ao burocrático; apoia-se na privatização como alternativa. Ou seja, substitui a lógica do direito (democracia política), pela lógica do mercado (competitividade, produtividade).

O ideário neoliberal, em seu discurso da qualidade total, apropria-se da bandeira de democratização perseguida historicamente pelos educadores progressistas, uma vez que tenta tornar questões políticas em meras questões técnicas, como por exemplo, na administração interna nas escolas, ou, sem avaliar criticamente os objetivos desse processo.

Para esse mesmo autor, a qualidade total em educação não se reduz a uma mera...

estratégia organizacional que chega às escolas [...], ela faz parte de uma ampla estratégia neoliberal que visa despolitizar a educação e preparar de forma mais intensa e organizada a tomada de uma frente essencial à manutenção do capitalismo como modo de produção dominante: o senso comum (2001, p. 75).

Trata-se pois, de uma “ofensiva concreta” cujo resultado “é a adesão de um modelo de trabalho que traz consigo a formação de comportamentos esperados pela nova conformação da estrutura produtiva capitalista (uma certa ‘autonomia’ e ‘iniciativa’), algo que é contraditório com a idéia de educação crítica a essa sociedade, tal como definido pela educação libertadora” (Idem, p. 76-77).

Por outro lado, o VI Congresso percebia que as ações do governo federal, sobre educação, privilegiavam a implementação do projeto neoliberal, tanto que desconsiderou a proposta democrática de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresentada por Darcy Ribeiro.

O VI Congresso analisou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério. Para o Sindicato, esse Fundo,

resultou na redução da aplicação de verbas federais na educação, reforçando a tendência neoliberal de restringir a responsabilidade do Estado na esfera pública; como também significou uma restrição de direito no que tange à obrigatoriedade e gratuidade da oferta de ensino pelo poder público (SINTESE, 1996, p. 19).

Ao refletir sobre essas questões, o sindicato manteve uma interlocução junto aos trabalhadores em educação de Sergipe, sob a orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), afim de não limitar o debate em nível local, tanto que o ano de 1996 culminou com o I Congresso Nacional de Educação – CONED –, com o objetivo de “formular o Plano Nacional de Educação e advertir para as investidas dos governos neoliberais na redução dos direitos assegurados à população” (SINTESE, 19996, p. 19).

No plano das propostas sobre a educação em Sergipe, o SINTESE definiu como planos de luta:

- manter o trabalho de fortalecimento de suas ações em suas instâncias, lutando pela elaboração, com a participação da categoria, de uma política de educação democrática do ensino público;
- fortalecer e implementar a política da CUT e CNTE;
- travar lutas contra o projeto neoliberal;
- lutar por recursos destinados ao ensino público;
- manter a formulação de política de preparação continuada;
- manter a luta pela garantia de piso salarial;
- manter as lutas por melhorias nas condições de trabalho;

- manter a luta pela revisão do Estatuto do Magistério;
- implantar a gestão democrática nas escolas.

Face ao projeto hegemônico, compete aos educadores progressistas revelar suas estratégias e suas categorias e propor alternativas críticas a esse projeto.

Incorporar esse referencial democrático ao que está posto, no âmbito da educação, contribui para superar a desigualdade, a dualidade social e, por conseguinte, a exclusão social.

CONSENSOS E CONFLITOS NAS LUTAS PELA HEGEMONIA E DIREÇÃO DO *SINTESE*: À GUIA DE CONCLUSÕES

A história é cíclica e os fatos se repetem no processo de transformação, para o trabalhador e para a organização sindical. No século XVIII a substituição do homem pela máquina culminou na organização dos trabalhadores para garantir o trabalho. No início do século XIX, a superprodução elevou a massa de desempregados. Hoje, novos tempos, marcados pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e globalização, em que o trabalhador já não possui as garantias antes adquiridas. O desemprego assola o planeta e o sindicalismo trabalhista apresenta sinais de arrefecimento. Apesar das particularidades que retrataram as diferentes conjunturas, alguns elementos modificam, outros permanecem mesmo nos momentos de crise.

Desemprego, greves, salários, exclusão, luta de classes, ganhos e perdas trabalhistas, resistência e vulnerabilidades compõem essa teia e, o sindicalismo, independente da categoria, segue e oscila em seu rumo.

Protagonistas na história do sindicalismo em Sergipe, os trabalhadores da educação ocuparam espaço importante nas duas últimas décadas do século passado. A prática sindical da categoria dos trabalhadores da educação e os impactos junto aos trabalhadores e suas organizações expandiu sua influência para outros setores da sociedade na conjuntura local.

Os episódios que marcaram a trajetória das entidades representativas do magistério público sergipano, revelaram estratégias necessárias para consolidar e manter posições hegemônicas e, no fim dos anos 1980, coroar uma liderança sindical legítima. A APMESE, caracterizada, num primeiro momento, por manter suas lideranças vinculadas aos desígnios do regime militar e do poder executivo, manteve, oficialmente, a garantia de um lugar sempre privilegiado no comando dos professores. Já o CEPES, desde sua origem, esteve sempre disposto a desafiar o regime e a defender os interesses da classe, sintonizado com a vanguarda

do movimento mais geral da classe trabalhadora, delineando um perfil combativo e de oposição à ordem estabelecida.

De acordo com cada momento conjuntural, a APMESE adotou formas de atuação diferentes: negociações junto ao governo do Estado; participação em ações conjuntas com o CEPES e outras entidades, particularmente, no plano das reivindicações salariais e funcionais; e realizou greves. Entretanto, essa postura fora veementemente criticada pelo grupo de oposição emergente: o CEPES, que negava sua subordinação ao poder vigente, além dos métodos de luta adotados e o ideário conservador.

Não obstante, face ao momento histórico democrático nos derradeiros anos 80, a Associação transforma-se em Sindicato e, com ele, a afirmação de um grupo que em sua trajetória de lutas mantinha, de forma latente, propósitos hegemônicos que se sedimentaram na década de 90. Se na década de 80 os conflitos de um mesmo segmento ilustravam o cenário local, a década seguinte marcaria uma homogeneidade capaz de resistir ao tempo, mesmo em períodos de crise.

Nessa direção, a ameaça passa a ser um ideário – neoliberal –, que incorporado à esfera do Estado, define um novo homem, constrói uma outra direção capaz de interferir no ser, no saber, no agir humano.

A deterioração dos salários docentes, aliada às condições deficientes de trabalho e incerteza da regulamentação de direitos do magistério, constituiu fator de consenso nas lutas dos trabalhadores de Sergipe.

Por outro lado, a defesa em torno da qualidade na educação estabeleceu uma situação específica de contorno universal. APMESE, CEPES, SINTESE, capital e Estado, foram unânimes em eleger um discurso da qualidade da escola e do ensino, mesmo de contornos singulares, para atingir interesses gerais ou particulares.

O discurso da qualidade em educação assumiu duas direções: na primeira, de caráter mais geral, diferentes segmentos utilizam o tema enquanto elemento necessário à construção de projetos societários, seja na perspectiva neoliberal, ou naquela democrática de massas; a segunda, mais específica, aponta o discurso da qualidade como elemento fundamentalmente estratégico à manutenção da hegemonia, no âmbito dos agrupamentos sociais.

Para o caso em estudo, o discurso da qualidade foi também um elemento necessário à manutenção na hegemonia, seja pela via do consenso, seja pela via do conflito. O caráter hegemônico foi garantido e mantido mediante: o momento conjuntural; o papel exercido pelo grupo em relação aos comandados e, por fim, pelos interesses convergentes ou divergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C. & CABRAL, M. S. R. **O novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ALVES, Giovani. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo A de. (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

ANDERSON, Pierre. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9-23, 1995.

ANDRADE, Flávio Anício. A formação do “cidadão trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. In: NEVES, L. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995b.

_____. Aonde vai o mundo do trabalho? In: COGGIOLA, Osvaldo(org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. (Coleção Fora da Ordem).

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas – São Paulo: Pontes, 1995a.

ARANHA, Maria Lúcia Machado. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. Piracicaba, SP, 1997. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

AZEVEDO J. S. G. Globalização e educação. In: PRETTO, N. L. (org.). **Mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação à distância e sociedade planetária**. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

BARROSO, Sérgio. **Neoliberalismo e movimento sindical**. São Paulo: Princípios, 1997.

BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica marxista**. São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996.

CATTANI, Antônio David (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

CARVALHO, Ruy Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETI, Celso João et alli. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

COGGIOLA, Osvaldo. **A crise estrutural do capital**. 1997 (mimeo).

_____. **Crise, novas tecnologias e classe operária**. ANDES, fev./ 1998 (mimeo).

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DRUCK, Graça. **Terceirização: (dês)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FAPESE. **Nichos de empregabilidade e demanda de recursos humanos no Estado de Sergipe**. Governo do Estado de Sergipe, Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe. 1996.

FERRETI, C. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz A M. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal –estar” desse fim de século. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.171, p. 9-29, set./out. 1997.

FOGAÇA, Azuete. Modernidade Industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro. In: **A educação e os trabalhadores**. São Paulo: Scritta, co-edição Desep/ DNTE/CUT, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GANDIN, Luís Armando. Qualidade total em educação: a fala mansa do neoliberalismo. In: GANDIN, Danilo & GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. São Paulo: L & PM, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**; trad. Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Pooli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARANGEIRA, Sônia. Inovações tecnológicas e ação sindical: crise nos sindicatos? In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite & PRANDI, Reginaldo (orgs). **O Brasil no rastro da**

crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: Hucitec- ANPOCS- IPEA, 1994.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade . In: **O trabalho em movimento:** reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Marcia de Paula Leite (org.). Campinas – São Paulo: Papirus, 1997.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo.** 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão 3).

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional.** 2 . ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.(Coleção Primeiros Passos; v. 282).

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** 1. Reimpressão. São Paulo: Scritta, 1996.

_____ & OLIVEIRA, M. A. Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro. **Cadernos do CESIT.** Campinas, n 1, 1992.

MELO, A. A. S. de. **Educação e hegemonia no Brasil hoje.** Maceió: EDUFAL, 1998.

MORAIS, Maria de Lourdes Silva. **Mercado informal:** uma alternativa à crise do emprego? Análise do setor em Aracaju. Monografia Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão – Sergipe, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social.** São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, Luciano Cavalcanti do. **Sindicalismo e Educação:** um estudo do debate educacional no SINTEPE (1990 – 1994). Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

NETO, José Meneleu. Desemprego e luta de classes: as novas determinantes do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.& OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 20).

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social:** módulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

NEVES, L. **Política educacional nos anos 90:** determinantes e propostas. 2. ed. Recife: Editora Universitária, 1997.

_____. Ensino médio, ensino técnico e educação profissional: delimitando campos. In: NEVES, L. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A nova problemática do trabalho e a ética. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995.

PEREIRA, Gilson R. de M. **Servidão ambígua: valores e condição do magistério**. São Paulo: Escrituras, 2001.

POCHMANN, Márcio. O desemprego no capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 52, 165-7, ano XVII, dez/1996.

_____. Desestruturação no mercado de trabalho. **Teoria & Debate**. São Paulo: Fundação Perceú Abramo. n.37, ano 11, fev/mar/abr 98.

RAMPINELLI, Walmir José. Uma política externa subserviente a um governo mundial de fato. In: _____ & OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.). **No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

RECH, Pedro Elói. Paradigmas e políticas educacionais: o neoliberalismo. **Princípios**. n. 48, São Paulo, 1998.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SANDRI, Adriano. **Sindicalismo em tempos de qualidade total**. Belo Horizonte, 1994.

SANTANA, Kátia. **Ecos da política: uma retrospectiva histórica do processo político de Sergipe**. Aracaju: Instituto Desenvolver, 2001.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. n. 62, ano, XXI, São Paulo: mar./2000.

SANTOS, Milton. A grande crise já se instalou. In: MINEIRO Adhemar dos Santos; ELIAS Luiz Antônio; BENJAMIN César (orgs.). **Visões da crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

SANTOS, Sônia Maria Campos dos. **Análise do mercado de trabalho no estado de Sergipe (1990 – 1995)**. Monografia – Curso de Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, 1997.

SILVA, Iolani soares da. **As mediações do projeto ético-político profissional do Serviço Social contemporâneo de Marilda Iamamoto**. (Dissertação) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, ago/2001.

SILVA, Maria Izabel Ladeira. **Sindicalismo no setor público em Sergipe**: o caso da Educação. Aracaju, 1997. Dissertação – Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Aparecida Neri. Movimento sindical docente no setor público. In: LEITE, Marcia de Paula (org.). **O trabalho em movimento**: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1997.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 39-50, 1995.

VELASCO, Marina. **Ética do discurso**: Apel ou Habermans? Rio de Janeiro: FAPERJ: Monad, 2001.

WANDERLEU, Luiz Eduardo. Conjuntura: desafios e perspectivas. In: **Serviço Social & Sociedade**. n. 66, ano XXII. São Paulo: jul./2001.

WEBER, Silke. Política educacional no Brasil. In: **Brasil em Debate, Sergipe em Exame**. São Cristóvão: UFS/PROEX, 2000.

DOCUMENTOS

Ata da Reunião da Diretoria do SINTESE – 30/11/1988;

Ata da Reunião da Diretoria do SINTESE – 19/01/1989;

Ata da Apuração do Encerramento Eleitoral – 16/06/1992;

Ata do IV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação – 1992;

Cartilha do Estatuto do Magistério – 1994;

Ofícios n.º 175/94, 225/94, 257/94, 296/94, 004/95;

Ofício Circular n.º 012/94, 013/94;

Cenário da Educação Pública em Sergipe – 1996;

Resgate Histórico do SINTESE – 1996;

Boletim SINTESE, n.º 22 – 1994;

Tese do V Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação – 1994;

Tese do VI Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação – 1996.

JORNAIS

Gazeta de Sergipe

Jornal da Cidade

Jornal de Sergipe

Jornal da Manhã.